

**Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar às perdas  
registadas pelo Novo Banco e imputadas  
ao Fundo de Resolução**

[Inquérito Parlamentar n.º 5/XIV/1.ª (BE)]

[Inquérito Parlamentar n.º 6/XIV/1.ª (IL)]

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIV/2.ª (PS)]

**Reunião n.º 10**

(Presencial e por videoconferência)

24 de março de 2021

( 15:13 h – 20:35 h)

**Ordem do dia:** Audição do Dr. José Honório, ex-vice-presidente do BES e ex-administrador do Novo Banco

**Presidente da Comissão:** Fernando Negrão (PSD)

**Deputados oradores:** André Silva (PAN)

João Cotrim de Figueiredo (IL)

João Paulo Correia (PS)

Hugo Carneiro (PS)

Mariana Mortágua (BE)

Duarte Alves (PCP)

Eduardo Barroco de Melo (PS)

Mónica Quintela (PSD)

Miguel Matos (PS)

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Vamos dar início à audição do Sr. Dr. José Honório.

*Eram 15 horas e 13 minutos.*

Curiosamente, o Sr. Doutor vem identificado como antigo vice-presidente do Banco Espírito Santo (BES) e ex-administrador do Novo Banco, ou seja, vem por ordem cronológica.

Bom, esta não é a primeira vez que o Sr. Doutor aqui está. Recordo o disse na sua intervenção inicial na comissão de inquérito ao BES e o Sr. Doutor disse-me que, se os Srs. Deputados assim entendessem, poderia reproduzir aqui a intervenção inicial que fez nessa outra comissão, mas, obviamente, uma vez que temos acesso a essa intervenção, o Sr. Doutor escusa de a repetir.

Assim sendo, vamos passar já à primeira ronda de perguntas.

Começo por dar a palavra ao Sr. Deputado André Silva.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Sr. Presidente, antes de mais, saúdo a presença do Dr. José Honório nesta Comissão de inquérito.

Gostava de começar pela sua primeira passagem pelo BES. O que é público é que o senhor, quando estava nos CTT (Correios de Portugal), foi convidado a presidir à comissão executiva da Rioforte e recusou o convite, porque achava que o projeto que lhe tinha sido proposto era inexecutável, por causa da situação financeira calamitosa do Grupo Espírito Santo (GES).

Contudo, dá-se a circunstância curiosa — precisamente devido a essa situação calamitosa do GES — de ter aceitado participar, como pessoa independente do GES, em algumas conversas privadas e informais com os membros do conselho superior do GES, com o intuito de identificar

caminhos para a resolução da crise do grupo, e em acompanhar reuniões com decisores políticos.

Então, o que temos é o seguinte: teve acesso a documentos com dados sensíveis, como é o caso dos relatórios e contas da Rioforte; teve um escritório na sede do Grupo Espírito Santo, na rua de São Bernardo; teve reuniões com altos quadros do GES e da Rioforte; e acompanhou Ricardo Salgado a reuniões de alto nível com o primeiro-ministro Passos Coelho, com o vice-primeiro-ministro Paulo Portas, com a ministra das finanças Maria Luís Albuquerque, com o secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro Carlos Moedas, com o governador do Banco de Portugal Carlos Costa e o com o presidente da Comissão Europeia Durão Barroso, em que se sabe terem sido debatidos temas muito sensíveis para o sistema financeiro.

Gostava de lhe colocar algumas questões sobre esta fase, sendo a primeira a seguinte: foi pago, direta ou indiretamente, por estas funções de consultoria informal, digamos assim, ou teve alguma promessa de, no futuro, poder vir a ocupar algum tipo de cargo, mediante os resultados desta sua participação informal?

O Sr. **José Honório** (antigo vice-presidente do BES e ex-administrador do Novo Banco): — Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados.

Sr. Deputado André Silva, saúdo-o e agradeço as suas perguntas.

Relativamente às questões que me colocou, gostaria de precisar alguns conceitos. Primeiro, o Sr. Deputado qualificou a situação financeira do GES (Grupo Espírito Santo) como calamitosa. Enfim, não a adjetivo como calamitosa e do que me recordo é que a dívida financeira entre a Rioforte e a sua acionista, a Espírito Santo International (ESI), totalizava 7,6 mil milhões de euros. É o número que eu ainda hoje retenho, justamente pela sua dimensão.

Quando o Sr. Deputado diz que eu tive acesso a documentos e dados sensíveis da Rioforte, não, Sr. Deputado eu tive; ao que tive acesso foi ao relatório e contas da Rioforte a que qualquer pessoa pode ter acesso, bastando para o efeito dirigir-se à Conservatória do Registo Comercial e pedir as contas de qualquer empresa em Portugal.

Portanto, o relatório e contas a que tive acesso qualquer um dos senhores, qualquer empresa podia ter acesso a esse relatório e contas.

Sobre eu ter tido um escritório na rua São Bernardo, devo dizer-lhe que me arranjaram lá um espaço onde eu fui duas ou três vezes, para poder ter um sítio onde estivesse sentado, como estou aqui, para tomar umas notas e ver alguns documentos.

Quanto à questão das reuniões que tive com membros do Governo, hoje, olho para trás e não posso deixar de julgar a extrema ingenuidade que eu tinha naquela altura, porque eu pensava que o problema dos 7,6 mil milhões de euros estava confinado às pessoas que estavam a falar comigo e que não era do conhecimento de ninguém em Portugal, daí a minha preocupação de que, face à dimensão da situação, a mesma fosse dada a conhecer. A quem? Ao Governo, ao Banco de Portugal, ao Presidente da Comissão Europeia. Porquê? Porque Portugal estava a sair de um programa de assistência financeira da troica e 7,6 mil milhões de euros, na altura representavam qualquer coisa como 4,5% do PIB, que era uma situação que deveria ser do conhecimento dessas entidades para que, depois, decidissem como melhor entendessem, mas com conhecimento, porque há uma grande diferença no processo de decisão entre decidir por omissão ou decidir com conhecimento.

Quando me pergunta se eu fui pago, eu digo-lhe que eu não fui pago rigorosamente com nada, nem em espécie, nem em dinheiro, nem com uma caneta, nem com um lápis... Nada! Porquê? Porque recusei receber o que quer que fosse, na medida em que a proposta que tinha sido feita inicialmente

era de assumir as funções de presidente da comissão executiva da Rioforte, proposta essa que declinei, porque o projeto era completamente inexecutável.

Relativamente a uma consultoria informal, eu não prestei consultoria nunca na minha vida. Durante os meus 36 anos de trabalho sempre trabalhei em empresas claramente identificadas, isso faz parte da minha biografia e do meu currículo, e, portanto, nunca tive, até hoje, nenhuma atividade de consultoria, nem formal nem informal, nem paga, nem grátis.

Relativamente a promessas também nunca tive promessas nem nunca pedi promessas a ninguém – aliás, eu disse, quando estive cá há cerca de 6 anos, que na minha vida nunca pedi favores a ninguém e nunca fiz favores a ninguém.

Portanto, agradeço a pergunta que me colocou, porque permite-me, mais uma vez, reafirmar aquilo que se passou e aquilo que eu pude dizer na anterior comissão, mas o senhor, na altura, não estava cá.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Segundo a sua vasta experiência no setor empresarial é normal ocorrerem situações como a que teve nesta primeira passagem pelo BES, que eu apelido de consultor informal, e em que até participou em reuniões de alto nível com relevantes impactos no sistema financeiro, sem ser pago?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, eu com o BES nunca tive qualquer relação. O meu primeiro contacto com o BES foi no dia 14 de julho de 2014. O contacto que eu tive antes foi com o Dr. Ricardo Salgado e com o Dr. José Manuel Espírito Santo na sequência do convite que me fizeram para assumir as funções de presidente da comissão executiva da Rioforte.

Quando se contrata alguém com a função específica de consultor é por duas razões: uma, porque essa pessoa ou essa organização pode acrescentar valor; outra, porque essa pessoa ou organização presta normalmente essa

atividade. Ora, nunca ninguém me podia contratar como consultor, porque eu nunca fui consultor.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Deixemos os adjetivos de lado.

O senhor despendeu vários dias e várias horas a acompanhar Ricardo Salgado e outras personalidades em determinadas reuniões. Dada a sua vasta experiência, é normal, no mundo empresarial, aquilo que o senhor fez sem ser pago?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, eu perante isso só posso responder que não é normal. Mas também não é normal alguém tomar conhecimento como eu tomei de uma situação daquelas e depois, pelo menos eu penso assim, recolher ao conforto da sua vida pessoal e não pensar rigorosamente em mais nada.

Eu sou português, nasci em 1957, toda a minha vida trabalhei e vivi em Portugal, tenho vivência e tenho experiência de momentos muito difíceis por que o nosso País já passou e como isso se refletiu nas empresas, nas pessoas que trabalham, muita gente com salários em atraso, durante vários anos, e portanto quando pensei numa dívida de 7,6 mil milhões de euros, que se não se fizesse rigorosamente nada, implodiria, eu não pude deixar de pensar nas consequências que isso poderia ter em termos sociais e económicos.

Portanto, quando tomei conhecimento do número pensei: «o que é que está ao meu alcance fazer?» Resolver o problema, não estaria seguramente, porque eu não tinha informação, nem de perto nem de longe, nem conhecia a fundo o *dossier*, mas poderia, sim, contribuir e incentivar para que as pessoas falassem com quem deviam falar, porque eu estava a partir do pressuposto, errado, e errado porquê? Porque mais tarde, o jornal *Expresso* divulgou um extenso acervo de documentação em que eu pude constatar que a minha preocupação não tinha razão de ser, porque o Banco de Portugal

tinha conhecimento da situação, o Governo tinha conhecimento da situação. A minha preocupação, que, não escondo, tirou-me horas de sono, deu-me muitas preocupações, mas... Enfim, se voltasse atrás com o conhecimento que tinha teria feito a mesma coisa.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Nas reuniões de alto nível que teve com Passos Coelho, Paulo Portas, Carlos Moedas e outros políticos, algum destes alguma vez o questionou a que título o senhor estava presente? Nenhum achou estranha esta situação?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, eu não me recordo se me questionaram, mas recordo que fiz questão de afirmar em todas as reuniões o que é eu lá estava a fazer, porque era estranho... Ou seja, eu nunca tinha trabalhado com o GES nem com o BES, não tinha nenhuma relação profissional ou de amizade, sequer, às pessoas, portanto, aparecer alguém numa reunião, poderia parecer estranho e, então, eu fazia questão, para que não houvesse qualquer dúvida, de esclarecer a que título é que estava lá.

Se me pergunta se me questionaram, não sei; mas sei que fiz questão de explicar.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Sabendo nós que nos últimos anos do BES as relações de Queiroz Pereira com Ricardo Salgado, depois de um passado de grande proximidade e com participações cruzadas nas famílias, eram bastante tensas, havendo, inclusivamente, um grupo do Dr. Queiroz Pereira que investigava o GES, o senhor, quando foi para o BES, nestas condições, teve alguma conversa prévia com o Dr. Queiroz Pereira? Como é que ele viu estas movimentações? Não terá considerado que o senhor estava, digamos, a passar para o lado do inimigo?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, em Portugal as pessoas ainda têm muitas liberdades, nomeadamente a liberdade de mobilidade profissional, e, portanto, não me passa pela cabeça que, qualquer pessoa que trabalhe numa empresa se for trabalhar para outra empresa, isto possa ser vista da forma como qualificou.

Todavia, gostaria de precisar o seguinte: o Sr. Queiroz Pereira – aliás, ele também explicou isso aqui — constituiu um grupo para estudar o que se passava com o GES. Eu nunca fiz parte desse grupo. As minhas responsabilidades no Grupo Queiroz Pereira eram na Semapa, no Grupo Secil e no Grupo Portucel e acima disso nunca tive qualquer responsabilidade.

O Sr. Queiroz Pereira fazia questão de, quando tínhamos reuniões da comissão executiva da Semapa e quando entendia, nos dizer como é que as coisas estavam a correr. Porquê? Porque o grupo tinha uma relação em termos financeiros com o Banco Espírito Santo, como tinha com o Deutsche Bank, como tinha com o Citibank, como tinha com o BPN Paribas, ou seja, com muitos bancos no sistema, e, portanto, quando ele entendia que nos devia dar informação dizia-nos o que se estava a passar, para que se houvesse algo que devêssemos interpretar se soubéssemos de alguma coisa.

Eu não falei com o Sr. Queiroz Pereira nem sobre o resultado das suas investigações sobre o GES, nem conheço nenhum documento que tenha sido produzido por esse grupo, de que nunca fiz parte, nem tive nenhuma conversa prévia com o Sr. Queiroz Pereira, nem quando fui convidado para ir para os CTT, nem quando fui convidado para ser presidente da comissão executiva da Rioforte, nem quando fui convidado, inúmeras vezes em Portugal, para desempenhar outras funções, porque isso não faria sentido.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Passo agora à fase da sua ida para o BES com Vítor Bento, esta já oficial.

Gostava de saber se no âmbito das personalidades com quem conversou sobre a ida para o BES, onde se incluía o Sr. Governador do Banco de Portugal e Vítor Bento, falou com alguma personalidade pertencente ao Governo da altura, nomeadamente o primeiro-ministro Passos Coelho ou a ministra das finanças Maria Luís Albuquerque.

Algumas das pessoas com quem falou, ou quem o convidou, não levantaram dúvidas sobre se seria boa esta sua ocupação do cargo, tendo em conta o papel, que eu apelido, de consultor informal de Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, quem me convidou para ir para o BES foi o Dr. Vítor Bento no dia 9 de julho à noite. Íamos ter um jantar com um grupo de amigos, ele convidou-me e a minha resposta nessa altura foi muito evasiva, ou seja, não foi completamente negativa, mas quase.

E ele disse-me: «não decidas já, pensa e o Sr. Governador amanhã vai ligar-te.» Esta é forma como nos tratamos, porque eu tenho uma enorme apreço e amizade pelo Dr. Vítor Bento, pelo caráter, pela ética e pela pessoa que é.

O Sr. Governador do Banco de Portugal, que eu conhecia já há vários anos, em termos profissionais, telefonou-me no dia 10 de manhã, estava eu em casa, tivemos uma conversa relativamente longa comigo sempre a justificar que não fazia parte dos meus planos, naquela altura, aceitar qualquer compromisso profissional. Porquê? Porque eu tinha trabalhado durante 36 anos, os últimos 24 e uns meses no Grupo Queiroz Pereira, tive durante a minha vida profissional sempre uma ocupação muito intensa, em que trabalhava em média 14 h/dia seis dias/semana, e tinha entendido que tinha chegado a altura de pôr fim a este tipo de vida que tinha e pensar um bocadinho na minha família, que tinha relegado sempre para trás. Graças ao apoio e à força que a minha mulher sempre teve para manter a família, era

ela que a tinha suportado sozinha, portanto entendi que estava na altura de termos a vida familiar que não tínhamos tido.

Disse isto mesmo ao Sr. Governador, que continuou a insistir e, a determinada altura, disse-me que se tratava de uma missão patriótica, de superior interesse nacional.

O Dr. Vítor Bento, no dia anterior, tinha-me dito mais ou menos as mesmas palavras, que era uma missão patriótica, que também lhe tinham colocado o assunto dessa forma.

O Sr. Governador insistiu para que eu aceitasse e eu fiz-lhe uma pergunta. Tratei-o por Carlos, porque tinha intimidade com ele para o tratar assim quando estávamos os dois. Disse-lhe: «Carlos, diga-me uma coisa: como é que está o banco?» Eu, do banco, sabia zero. O Sr. Governador disse-me aquilo que era público nos comunicados: «O banco está bem. Tem um *buffer* de capital. Esteja tranquilo.»

Fiz uma segunda pergunta: «E se houver qualquer coisa, qualquer evento superveniente que o Sr. Governador não contemple neste momento e que não esteja à espera, o que é que vai acontecer?» Respondeu-me: «Não esteja preocupado, porque aí temos a linha de recapitalização pública.»

A insistência continuou e eu disse-lhe: «Então, Sr. Governador vou telefonar ao Dr. Vítor Bento e vou dizer-lhe que aceito o convite.»

De seguida, telefonei ao Vítor e disse-lhe: «Acabei de falar com o Sr. Governador e aceito, vou contigo. Mas, olha, acho que nos vamos arrepender.» Isto foi o que eu lhe disse no dia 10.

E outra coisa: era suposto só entrarmos em funções depois de o banco divulgar contas. Isso, para mim, era um fator determinante. Porquê? Eu tinha estado na vida empresarial muitos anos e sabia a importância de que se revestem as contas de uma empresa, não só de uma empresa cotada mas de uma qualquer empresa, não assino papéis de cruz, nunca assinei papéis de cruz, e, portanto, não estava disponível para assinar as contas do Banco

Espírito Santo referentes ao primeiro semestre quando não tinha tido nenhuma intervenção nas mesmas, quando não tinha tido qualquer trabalho e não teria fisicamente disponibilidade de tempo nem era possível absorver em meia dúzia de dias o conteúdo de uma atividade de um grupo tão complexo quanto o Grupo Banco Espírito Santo em seis meses. Portanto, eu disse, e disse também ao Sr. Governador, que isto era um fator inquestionável.

No dia 11, salvo erro, o Vítor telefonou-me e disse que o Sr. Governador do Banco de Portugal queria ter uma reunião connosco no dia 12, salvo erro, um sábado, porque a situação no banco estava a evoluir de uma forma menos positiva e era fundamental nomear novos membros para a administração do banco para entrarem em funções no dia 14.

Eu estava fora de Lisboa. Vim para Lisboa e pedi a um advogado para me acompanhar. Porquê? Porque esta minha posição era intransigente. Nunca entraria sem as contas estarem divulgadas.

Tivemos essa reunião no Banco de Portugal e eu disse: «Sr. Governador, tenho uma limitação. É que, como já referi, não estou em condições de assumir o cargo de administrador do Banco Espírito Santo para depois, em conselho de administração, aprovar as contas que não conheço. Não vou votar umas contas, nem vou participar nos trabalhos de encerramento de contas, quando não estive no banco nos seis meses anteriores, e nem tenho condições de absorver o que lá se passou.»

O Sr. Governador, na altura, estava acompanhado, pelo menos, do Dr. Pedro Machado, e disse-me: «Compreendo, mas não temos solução.» E o Dr. Pedro Machado pensou e disse: «Não, nós temos, porque nós, enquanto Banco de Portugal, poderemos inibir estes senhores de se pronunciarem, de analisarem e de terem qualquer intervenção relativamente às contas do primeiro semestre.»

Quando vim para Lisboa, telefonei ao Vítor e disse-lhe: «Olha, Vítor, a minha posição intransigente é esta... Portanto, não estou em condições de abdicar deste ponto. Aconselho-te vivamente a pensares em convidar outra pessoa, porque não vou abdicar deste ponto de vista.»

Quando saí de casa disse à minha mulher: «Vou ter uma reunião, mas não tem problema nenhum, porque conforme vou, venho e vamos prosseguir a nossa vida».

Quando o Dr. Pedro Machado diz uma coisa destas... Eu tinha algum conhecimento do Código das Sociedades Comerciais, mas não tinha um conhecimento do RGICS (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) e, portanto, não sabia desta possibilidade.

O advogado que me acompanhou disse: «Isto é verdade, o Banco de Portugal tem todo o poder para fazer uma coisa destas.» Perante isto o Banco de Portugal disse: «Vamos mandar uma carta dizendo isto mesmo, inibindo-vos de participarem em quaisquer trabalhos que tenham a ver com a análise, discussão e votação das contas. Então, sendo assim, vocês podem começar na segunda feira, dia 14.»

Foi neste contexto que aceitei e os meus colegas também, o Dr. Vítor Bento e o Dr. Moreira Rato. Foi neste contexto que aceitámos que, no dia 14, integraríamos o conselho de administração do Banco Espírito Santo.

Perguntou-me também se eu tinha tido algum contacto com algum membro do Governo. Não tive, Sr. Deputado. As únicas pessoas com quem falei foi com o Dr. Vítor Bento e com o Sr. Governador do Banco de Portugal.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Muito obrigado.

Por que é que, na sua opinião, se deu a alienação apressada e ao desbarato de diversas empresas do universo BES, como a seguradora

Tranquilidade, a Top Atlântico, os hotéis Tivoli, sendo que alguns destes negócios foram posteriormente revendidos por grandes valores?

Por exemplo, a Tranquilidade foi vendida ao Fundo Apollo por 40 milhões de euros e cinco anos depois foi revendida por 600 milhões de euros. No caso dos hotéis Tivoli, foram alienadas 12 ou 13 unidades hoteleiras a um grupo estrangeiro que, depois, ao alienar um único hotel, conseguiu pagar o custo dos restantes hotéis. Acha que foi uma boa opção? Na altura havia alternativas?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, se me permite, uma distinção importante. Que eu tenha de memória, os hotéis Tivoli e a Top Atlântico, salvo erro, não faziam parte da carteira de participações financeiras do Banco Espírito Santo. Portanto, quanto a isto, o Banco Espírito Santo não tinha rigorosamente nada que ver. Eram, sim, participações financeiras detidas por entidades que nada tinham que ver com o Banco Espírito Santo.

Quanto à alienação da Tranquilidade, agradeço imenso a pergunta que me faz para poder explicar o seguinte: a alienação da Tranquilidade foi um processo que foi iniciado pelo seu acionista algures no final de 2013.

Quando chegámos ao banco, em 14 de julho de 2014, fomos informados pela comissão executiva da Tranquilidade de que estava um processo de venda em curso e que o regulador — leia-se o Instituto de Seguros de Portugal — tinha chamado a comissão executiva da Tranquilidade para uma reunião, em que tinha manifestado a sua profunda preocupação pela situação da companhia, na medida em que a mesma não só não tinha condições para responder pelas reservas matemáticas que teria, como não teria capital suficiente para respeitar o rácio de solvabilidade e, portanto, impunham-se remédios imediatos e remédios mediatos.

Aquilo que nos disse a comissão executiva da Tranquilidade foi que, dentro dos remédios imediatos, estava a venda da Tranquilidade a uma

entidade que estivesse em condições de a dotar com os capitais necessários e com um projeto que permitisse à empresa continuar a desenvolver a sua atividade em Portugal no setor segurador.

Por outro lado, fomos também informados em reunião de comissão executiva do Banco Espírito Santo, salvo erro, pelo Dr. Joaquim Goes, de que o banco tinha um penhor mercantil sobre ações da Tranquilidade, que tinha sido concedido em contrapartida de uma operação de financiamento concedida pelo banco à Espírito Santo Financial Group (ESFG) para que esta pudesse efetuar o pagamento dos montantes devidos a clientes do BES que tinham comprado papel comercial de algumas empresas da Espírito Santo Financial Group. Portanto, o penhor estava devidamente formalizado e o banco deveria pensar em executar o penhor.

Avançando agora um bocadinho — penso que é esse o seu objetivo —, nós também tivemos mais informação. A comissão executiva da Tranquilidade apresentou-nos um quadro ou, melhor, um *slide* com vários sub-*slides*, em que descrevia o início do processo de venda, o número de entidades que tinham sido consultadas numa fase inicial — salvo erro, 11 —, aquelas que tinham sido convidadas para prosseguir a conversa, para apresentarem ofertas não vinculativas, que eram cinco, e depois duas entidades que apresentaram propostas vinculativas, a Permira e a Apollo, sendo que, depois, a Apollo foi a única que apresentou uma proposta vinculativa.

Nesse quadro estava também escrito que os múltiplos subjacentes às propostas não vinculativas — tenho isto aqui à frente — quer da Permira quer da Apollo estavam rigorosamente em linha com os múltiplos de mercado pelos quais a Caixa Geral de Depósitos tinha alienado a companhia de seguros Fidelidade e representavam mais ou menos 1,15 vezes o *book value*. Portanto, isto para nos dar a confiança, se assim se pode dizer, de que

mesmo o valor das propostas não vinculativas estava de acordo com múltiplos de mercado.

Isto foi uma apresentação que foi feita em comissão executiva e constará seguramente de anexo às atas da comissão executiva.

Aí ficámos a saber três coisas: que o Instituto de Seguros de Portugal pedia com urgência uma solução para a Tranquilidade. Porquê? Porque via o seu problema, que era ter uma companhia de seguros que não cumpria com os rácios de solvabilidade nem com as condições para operar no mercado; tínhamos a informação da comissão executiva da Tranquilidade de que o valor das propostas não vinculativas estava rigorosamente em linha com o valor pelo qual a Caixa Geral de Depósitos tinha alienado a Fidelidade à Fosun; e também tínhamos a informação de um colega nosso da comissão executiva de que o banco deveria empenhar-se, entre aspas, em executar o penhor das ações da Tranquilidade.

Entretanto, dá-se a aplicação da medida de resolução, o crédito passa para o Novo Banco e o Novo Banco — em termos estatutários, a administração —, entre as muitas obrigações que tem, tem a de preservar o nível de capital da instituição.

Quer isto dizer o seguinte: quando um banco tem um crédito concedido que está em incumprimento, o banco tem de fazer tudo o que está ao seu alcance para recuperar o montante que lhe é devido, porque se isso não acontecer terá de constituir uma imparidade que forçosamente terá impacto no rácio de capital do banco.

Portanto, o que fizemos foi o que que qualquer instituição de crédito faz diariamente — infelizmente, diria eu —, que é tomar as medidas necessárias para executar o penhor. E a execução do penhor visa o quê? Visa vender as ações e do produto que a instituição recebe apenas fica do seu lado aquilo que lhe é devido, sendo tudo o resto entregue ao dono das ações. Isto em qualquer processo.

Portanto, a Apollo, quando propôs — e a proposta definitiva, vinculativa, era de 215 milhões —, estava e linha com os múltiplos com que a Caixa vendeu a Fidelidade à Fosun. Portanto, de duas, uma: ou a Caixa vendeu mal e fez um mau processo, o que não acredito; ou, então, não tínhamos razão nenhuma para duvidar que o montante era o correto.

Depois, como é que se desce dos 215 milhões para o montante que o Sr. Deputado referiu? É que os 215 milhões eram para a companhia em determinadas condições. se a companhia não tinha 150 milhões porque tinha comprado uma dívida, enquanto aplicação financeira, e a entidade que lhe deveria fazer o reembolso não o fez e ficou em incumprimento, a companhia de seguros Tranquilidade ficou, perdoe-me a expressão, com um buraco de 150 milhões que era preciso preencher. Como? Através de um aumento de capital.

A certa altura, ainda em termos de Banco Espírito Santo, colocámos o seguinte cenário: se não houver interessados para comprar a Tranquilidade, o banco não deveria, de forma preventiva, comprar a Tranquilidade? Mas, para isso, teria de obter do Banco de Portugal uma declaração e um princípio de que o Banco de Portugal aceitaria que, enquanto o banco fosse o dono Tranquilidade, a aposta na Tranquilidade não afetaria os rácios de capital do banco.

Não é por acaso que hoje, quando vemos o sistema financeiro internacional, não vemos bancos detentores de companhias de seguros. Porquê? Porque isso tem um peso muito grande em termos de consumo de capital.

Por outro lado, havia ainda uma outra condição, que era a de nos fosse permitido prometer pagar sem pagar, sendo que o pagamento seria feito quando se vendesse a Tranquilidade. Mas isto, repare, num cenário em que não se perfilassem quaisquer compradores para a Tranquilidade e para evitar

que a companhia pudesse ser liquidada pelo Instituto de Seguros de Portugal, porque não respondia aos rácios.

Quando aparece a Apollo com uma proposta vinculativa de 215 milhões de euros, isso significa que este cenário, que, ao fim e ao cabo, era um cenário-limite de não aparecer nenhum comprador, estava completamente afastado. Portanto, não fazia sentido, sequer, estarmos a pensar em situações que não eram situações normais, porque tínhamos de pedir um conjunto de coisas ao Banco de Portugal.

Portanto, o que pensámos foi executar o penhor das ações. Para quê? Para recuperar o crédito vencido e em incumprimento, para podermos ressarcir-nos do montante que temos registado nos nossos livros e com isso não ter qualquer impacto nos rácios de capital do banco.

Foi isto que nos motivou, nada de diferente.

Quando refere o preço final, ele foi o encaixe líquido, porque houve que deduzir uma série de coisas.

Deixe-me pegar num exemplo muito simples: imagine que estou a vender uma propriedade rural e que nessa propriedade supõe-se que haja um determinado número de cabeças de gado, entre vacas, cabras, ovelhas e cavalos, um determinado conjunto de tratores e de alfaias agrícolas e também um conjunto de matérias-primas em armazém. A entidade que vai comprar diz: «Ofereço-lhe tanto por este conjunto.» No final, chega lá e as cabeças de gado não existem, as alfaias agrícolas desapareceram e as matérias-primas também. O preço é ajustado. É ajustado porquê?! Porque aquilo que eu disse que lá estava não está.

Foi exatamente isso que se passou com a Tranquilidade. Daí a diferença entre os 215 milhões de euros e, depois, o montante que o banco veio, efetivamente, a receber, mas que lhe permitiu ressarcir-se completamente da dívida que tinha, cujo penhor mercantil estava a colateralizar essa dívida.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Sobre o Banco Espírito Santo Angola (BESA), em tempos, afirmou que, quando entrou no Novo Banco, não houve uma transição de testemunho da administração anterior para a nova administração liderada pelo Dr. Vítor Bento. Portanto, tudo o que dizia respeito ao BES Angola era novo para vós e apenas tinha sabido pelo Banco de Portugal que haveria uma exposição, em termos de balanço, demasiado grande para uma subsidiária.

O Dr. Moreira Rato afirmou-nos aqui que, quando aceitou o desafio de ir para o Novo Banco, a exposição ao BES Angola era uma das questões preocupantes do banco e que teria sido informado pelo Banco de Portugal que essa questão estava a ser tratada pelas autoridades dos dois países, com boas perspectivas de ser clarificada no curto prazo e sem impacto material nas contas do BES.

Lendo o relatório de Costa Pinto, afirma-se que, no final do ano de 2013, o financiamento do BES ao BES Angola representava quase metade dos fundos do GES e que, em 2014, um eventual reconhecimento da incobrabilidade destes créditos teria de ser eliminado aos fundos próprios do GES, uma vez que o rácio entre a exposição aos riscos do BES Angola e aos fundos próprios do Grupo GES era de 86%.

Portanto, isto mostra, contrariamente ao que nos diziam, que nunca houve um «banco bom»; estávamos perante um castelo de cartas pronto a ruir.

Sobre isto, gostaria de fazer-lhe cinco perguntas.

Em primeiro lugar, pode dizer-nos se, tal como o Dr. Moreira Rato, foi informado pelo Banco de Portugal de que o problema da exposição ao BES Angola era uma das questões preocupantes do banco e de que haveria boas perspectivas de esta ser clarificada no curto prazo e sem impacto material nas contas do BES?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, quando me juntei ao Dr. Vítor Bento e ao Dr. Moreira Rato, no dia 14 de julho, não tinha tido nenhum contacto com o Banco de Portugal, portanto, nem sequer sabia do tema do BES Angola.

Soube do tema do BES Angola numa reunião de comissão executiva e fiquei surpreendido — aliás, isso está em atas do Banco Espírito Santo, seguramente — pelo montante da exposição e recordo-me de que pedi — isso deve estar em ata, também — que fosse feita uma exposição à comissão executiva das razões que levaram o Banco Espírito Santo a ter uma exposição dessa dimensão ao Banco Espírito Santo de Angola, porquanto não me parecia prudente o montante envolvido face ao montante dos capitais próprios do banco.

Bem sei que, numa ótica de gestão do grupo, por vezes, as casas-mãe financiam as companhias subsidiárias sem restrições, mas só o fazem, quando há boa gestão, quando têm um conhecimento profundo e total da atividade empresarial e dos riscos a que estão sujeitas essas subsidiárias.

No caso em apreço, por que razão fiquei admirado?! Porque, na minha anterior vida profissional, tinha tido contacto com a economia angolana e, provavelmente, o grupo onde trabalhei deve ter sido, se não o único, dos únicos daqueles que foram ressarcidos de dívidas resultantes do processo de nacionalização do BES em Angola.

Portanto, sabia os anos que isso tinha demorado a resolver, sabia da morosidade e sabia da complexidade. Sabia que isso se resolvia, mas era todo um processo muito lento e moroso.

A economia angolana era uma economia emergente e, como tal, qualquer grupo empresarial, quando tem uma exposição a um mercado emergente, tem-no em montantes e em condições em que o risco possa ser assumido em última instância. Por que razão refiro montantes e condições?! Porque uma coisa é o montante, outra coisa é o prazo. São coisas distintas.

Ora, quando fomos informados — e, para mim, foi a primeiríssima vez — da situação da exposição do banco ao BES Angola, fiquei surpreendido, daí que tivesse pedido mais explicações.

Explicaram-me, também, que havia uma garantia soberana emitida pelo Governo angolano a favor do BESA. Isto é muito importante, porque a garantia não era a favor do BES; a garantia era a favor do BESA. Portanto, o que a garantia cobria era riscos do balanço do BESA, o que era diferente, porque a exposição que o BES tinha ao BESA advinha da concessão de linhas de mercado monetário, vulgo «operações de mercado monetário», que andariam próximos, salvo erro e se a minha memória não me traiçoa, dos 4,6 mil milhões de dólares, que é uma fortuna em qualquer parte do mundo. Se pensarmos que os capitais próprios do Banco Espírito Santo, segundo a ideia que tenho, não chegariam a 7000 milhões de euros, vemos que é um montante, de facto, muito, muito expressivo.

Recordo-me que tivemos conversas no Banco de Portugal, em que o Banco de Portugal nos disse que havia a garantia soberana, que era um assunto que estava a ser tratado entre o banco central de Portugal e o banco central de Angola, leia-se «o Banco de Portugal e o Banco Nacional de Angola», e que era previsível, fruto das boas relações existentes entre as duas instituições, que todo este assunto...

Para nós, o que era relevante ali era, essencialmente, o risco que o BES tinha sobre o BESA, porque era um risco de liquidez e era um risco de incumprimento. Se o BESA incumprisse, isso teria impacto nos capitais de forma muito significativa.

Recordo-me de que partilhei com o Sr. Governador a minha experiência anterior, ao fim e ao cabo, do relacionamento com Angola. Disse-lhe que, enfim, ainda bem que assim era, porque, segundo a minha experiência, eram situações morosas, era preciso ter muita paciência e, acima de tudo, a variável tempo tinha uma componente diferente em Angola do que

tinha em Portugal. Mas, se o Sr. Governador estava tão convicto de que isso ia acontecer, tanto melhor, embora, para mim, fosse uma surpresa.

Recordo-me, também, de ter conversado com o Dr. Vítor Bento e com o Dr. Moreira Rato sobre o tema. Isto foi uma conversa particular, mas, dado o assunto que é, vou aqui dizê-la. Não disse, no Banco de Portugal, isto que vou dizer aqui.

O que lhes disse foi que achava estranho que uma garantia soberana não estivesse a ser tratada de Estado a Estado. Porquê?! Porque, quando é uma garantia emitida por um Governo estrangeiro — neste caso, pela República Popular de Angola —, em que o próprio presidente teve uma intervenção determinante na concessão da garantia, dadas as relações diplomáticas e ao mais alto nível que havia entre os dois países, para mim, era estranho que o poder político, leia-se «o Governo», não estivesse envolvido na resolução de um tema desta importância.

Estamos a falar de uma dívida de uma entidade angolana a uma entidade portuguesa de mais de 3000 milhões de euros e essa dívida teria consequências muito graves em Portugal se a mesma não fosse honrada. Portanto, o que me faria sentido era que o poder político estivesse a tratar disto.

Por que razão disse isto?! Porque, durante a minha vida, em que trabalhei em termos corporativos, sempre que ia ter um negócio qualquer em qualquer país, imediatamente falava com o nosso Governo e fazia questão de falar com o nosso embaixador no país em causa, para manter as autoridades portuguesas ao corrente. Porquê?! Porque é sempre bom que o Governo saiba que as empresas portuguesas estão a desenvolver negócios em determinada geografia política. É bom que o Governo saiba, para já, porque é um motivo de orgulho haver uma empresa portuguesa a fazer negócios noutra região e, por outro lado, para que, nas várias conversas bilaterais que houver, esse tema esteja presente e possa ser relevante.

Recordo-me, por exemplo, de que, quando a Portucel negociou com o Governo moçambicano duas concessões florestais de cerca de 260 000 ha — para terem noção da área, estamos a falar de uma área do tamanho do Algarve —, fiz questão de manter informado o nosso Governo e o nosso Presidente da República. Não fui uma única vez a Moçambique sem ter ido reunir-me com o nosso embaixador lá, justamente porque são temas da maior importância.

Portanto, nesta questão da garantia soberana de Angola, fazia-me impressão, desculpem a expressão, que um tema desta magnitude não estivesse a ser tratado também do ponto de vista político.

Mas isto, enfim, era a minha experiência anterior, não tinha nada que ver. Provavelmente, até estaria errado, não sei. Mas, como digo, acho que não estava errado.

Quando estive no Grupo Semapa e quando estivemos na Secil, quando conseguimos, finalmente, receber, também do Governo angolano, uma declaração de dívida suportada por emissão da dívida pública angolana, mantivemos sempre o Governo português informado *pari passu* do que se passava, do que estávamos a passar lá e como é que as negociações estavam a decorrer. Porquê?! Porque é um tema importante. Os Governos, quando se reúnem uns com os outros e quando discutem têm de discutir temas do interesse da economia nacional também.

Mas isto, repito, foi uma conversa particular entre nós os três. Nunca dei conhecimento dela, porque a convicção que nos foi transmitida nessa reunião, no Banco de Portugal, foi de tal maneira forte que até pensei «que grande diferença há entre o Banco de Portugal e uma empresa», porque sabia as dificuldades que tinha passado antes sempre que tinha relações que envolviam negócios com entidades de outros Estados. Quando o Banco de Portugal conseguia, com uma facilidade, resolver um problema destes... De

facto, quem pode, pode! Foi o que pensei para mim e comentei com os meus colegas justamente isto.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Por fim, sabendo-se que as questões relativas ao aprovisionamento da dívida de Angola estavam no âmbito de competências do Banco de Portugal, como já referiu, gostava de saber se, passados estes anos, considera que foram corretas e adequadas as decisões do Banco de Portugal relativamente às transferências de ativos, de passivos e de elementos extrapatrimoniais associados ao BES Angola do BES para o Novo Banco e se considera que estas decisões inviabilizaram recapitalização privada do banco.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, a recapitalização privada do Novo Banco, é isso?

Sr. Deputado, quanto à questão das transferências dos ativos, dos passivos, dos elementos extrapatrimoniais e dos ativos sob gestão, devo dizer o seguinte: quando, no dia 1 de agosto, ao final da tarde, às oito, oito e qualquer coisa, nos reunimos no Banco de Portugal e quando o Sr. Governador nos informou da decisão tomada de aplicar ao BES uma medida de resolução... Isso, para mim e para os meus colegas, era um facto completamente novo. Nenhum de nós percebia exatamente o que isso era, não tinha ideia nenhuma. Nunca tínhamos ouvido falar nisso, até porque todos os comunicados do Banco de Portugal, até essa altura, diziam sempre que estava sempre disponível a linha para recapitalização pública, nos termos do Programa de Assistência Económica e Financeira da troica, para acudir ao sistema financeiro nacional. Para nós, enfim, era o que conhecíamos, era aquilo que era divulgado.

Portanto, quando o Sr. Governador nos informou da medida de resolução, perguntámos: «Mas o que é que se vai passar? O que é isso?» O

Sr. Governador explicou-nos que iria haver uma cisão do Grupo Banco Espírito Santo e que iriam ser criados dois bancos, sendo que num ficariam todos os ativos ditos «tóxicos» e, no outro, que seria um banco de transição, iriam ficar os ativos considerados de boa qualidade e devidamente capitalizados.

Perguntei: «Mas como é que isso se vai passar?» O Sr. Governador disse: «Vamos operar uma cisão.» Recordo-me das minhas palavras, que foram as seguintes: «Sr. Governador, na minha vida profissional, já fiz várias cisões de empresas, grandes, pequenas e médias. Não fiz nenhuma com a complexidade do Grupo Banco Espírito Santo e muito menos num fim de semana.» E o Sr. Governador disse: «Não esteja preocupado, porque nós e a PwC vamos tratar de tudo. Esteja tranquilo.» Perguntei: «Mas não quer nenhuma ajuda por parte dos quadros do Novo Banco?» Ele disse: «Não, tenha só as pessoas de prevenção, se for preciso.» Eu disse: «Sr. Governador, mas não...» Ele disse: «Não, não precisamos de nada. Se precisarmos, pedimos.»

De modo que me recordo de que saímos dessa reunião, telefonei aos meus colegas de comissão executiva, porque era uma informação reservadíssima, e disse: «Esta é uma informação muito reservada. Acabámos de recebê-la pelo Sr. Governador do Banco de Portugal...» Expliquei, enfim, que íamos ter um projeto, que iríamos ter todo o tempo que fosse necessário para fazer a reestruturação do banco, para fazer a recapitalização privada, para encontrarmos, quando fosse oportuno, acionistas privados, quando as condições do mercado assim o aconselhassem, mas pedia a cada um deles que falasse com os diretores que lhes reportavam para estarem, nesse fim de semana, no banco, bem como as principais pessoas que trabalhavam com cada um, porque, como lhes disse, era mais do que provável que o Banco de Portugal, perante a dificuldade da tarefa, podendo estar a subavaliar a

complexidade da mesma, precisasse de um grande apoio, de uma grande ajuda, e não podia ser por nossa causa que não teria essa ajuda.

E assim aconteceu. No sábado de manhã, estive no banco... Aliás, estive no banco sempre, com o Dr. Moreira Rato. O Dr. Vítor Bento, no sábado de manhã, não esteve, porque esteve fora, mas à tarde já lá estava. No sábado de manhã, convoquei também os advogados externos do banco, para nos explicarem um bocadinho melhor o que era essa coisa da resolução.

É que nós não sabíamos! Fomos confrontados com algo que foi a primeira vez que saiu, que foi o tema da resolução. Até lá, era sempre «recapitalização pública». Sempre, sempre, sempre! Tanto mais que, quando aceitei ir para o Banco Espírito Santo, não vi nenhum documento.

Repare, não houve nenhuma passagem de testemunho e nem sequer o Banco de Portugal nos convocou para, em uma ou mais reuniões, nos explicar o que íamos ter pela frente. Diz-me assim: «Então, por que razão aceitou?» Aceitei com base na confiança pessoal que tinha no Dr. Vítor Bento e com base no respeito que me merecia o Sr. Governador do Banco de Portugal. Se o Sr. Governador me dizia — e disse-o pelo telefone — e me convenceu a aceitar... Repito o que disse há seis anos: eu nunca pedi a ninguém para ir para o Banco Espírito Santo, não queria ir para o Banco Espírito Santo e nunca pedi a ninguém que pedisse a alguém para que eu fosse para o Banco Espírito Santo. Portanto, não fazia parte dos meus horizontes de vida. Quando o Dr. Vítor Bento fala comigo, quando o Sr. Governador insiste e me coloca a questão de um ponto muito difícil, quer dizer, de uma missão patriótica, de superior interesse nacional, eu estava numa fase da minha vida em que podia, perfeitamente, fazê-lo e era minha obrigação fazê-lo. Quando eu lhe pergunto: «E se houver algo inusitado que não esteja à espera de todo e aconteça?», ele responde: «Não esteja preocupado, porque temos a linha de recapitalização pública». Para mim, foi com base nestes dois testemunhos que eu aceitei.

Portanto, quando o Sr. Governador nos diz que vai aplicar uma medida de resolução, que, finalmente, vamos ter o projeto que era suposto termos desde o início... Eu vinha de uma vida empresarial, o que me poderia motivar a aceitar qualquer coisa era um desafio, porque estar num sítio a fazer mais do mesmo, ou em que os dias se repetissem iguais ao dia anterior, não era desafio nenhum, pois, na minha vida, já tinha tido o privilégio de ter tido tantos desafios profissionais. Ou era algo, de facto, difícil, mas que tinha futuro ou, então, não me motivaria.

Portanto, quando o Sr. Governador nos coloca o tema de ter a honra de nos convidar e de, finalmente, irmos ter o projeto que era suposto termos desde o princípio, com condições, por termos todo o apoio do Banco de Portugal, o banco iria estar devidamente capitalizado, iria ter os ativos de qualidade, nós iríamos poder desenvolver o plano de reestruturação que queríamos

Srs. Deputados, provavelmente terão reparado — se não repararam, acredito que tenham muito que fazer — que, nas atas da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, o tema do projeto de reestruturação já tinha começado a ser tratado por nós antes da resolução. Portanto, não era uma coisa nova, estava tratado em atas, já tinha havido a contratação da McKinsey para trabalhar connosco, porque a McKinsey tinha um historial de anos e anos a trabalhar com o Banco Espírito Santo e conhecia o Banco Espírito Santo, se assim pode dizer-se, em grande detalhe, ou, utilizando uma linguagem muito fácil, como a palma das mãos. Porquê? Quando lá chegámos senti imediatamente que o banco precisava de ser reestruturado a todos os níveis, desde os sistemas de controlo interno, a tudo. Era evidente!

Portanto, se queríamos um banco competitivo, o banco tinha de ser reestruturado! Quando o Sr. Governador nos diz que íamos ter o projeto para o qual nos convidara, saímos de lá animados. Como não sabíamos nada sobre o que era aquilo, convoquei os advogados externos para estarem connosco,

no sábado de manhã, no banco. Tiveram uma reunião comigo e com o Dr. Moreira Rato e começam a explicar o que é a resolução. Aí, nós começamos a ficar profundamente preocupados. Porquê? Porque é aí que temos a noção de várias coisas. Primeiro, na sequência da aplicação da medida de resolução, o que sai é um banco de transição que é apresentado como tal ao mercado. Pergunto se algum dos Srs. Deputados gostaria de ter conta num banco de transição. E não é só um banco de transição, é mais do que isso! É um banco que tem um horizonte máximo de vida de dois anos, que foi o que nos foi dito, e durante esses dois anos têm de acontecer várias coisas: ou os ativos são vendidos, no todo ou em parte — na altura, a figura do banco, como ouvi o Dr. Vítor Bento, ontem, explicar aqui, era um conceito —, porque o que tínhamos eram ativos que tinham sido colocados juntos para serem geridos juntos; ou o banco era liquidado.

Ora, pergunto qual é a empresa credível que quer ter conta num banco de transição, que tem um espectro de vida máximo de dois anos e que, no final, pode ser liquidado, ou seja, é um banco com o futuro adiado, pois ninguém sabe o seu futuro. Então, se eu for uma empresa cliente de um banco, vou dizer aos meus clientes, aos meus fornecedores que a minha conta está naquele banco? Se eu for uma empresa de construção civil que se candidatou e ganhou um concurso, imagine, para fazer uma autoestrada ou um conjunto de construções num país, e tem de apresentar um conjunto de garantias, vou apresentar um conjunto de garantias de um banco que está em transição e que pode durar, no máximo, dois anos? Quem aceita essas garantias?

Portanto, durante a manhã, começamos a ficar profundamente preocupados e dissemos: «Não, isto não vai funcionar!», porque tudo o que o banco precisava era de ser relançado do ponto de vista comercial, do ponto de vista reputacional, do ponto de vista da credibilidade. Os bancos, normalmente, quando vão à falência, não é por questões de solvabilidade. A

solvabilidade é decretada pelo supervisor. Os bancos vão à falência por questões de liquidez, quando não têm dinheiro para funcionar.

O Sr. **Presidente**: — Agradecia que abreviasse, porque, na parte da sua resposta, vamos já em 42 minutos.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Peço desculpa, Sr. Presidente. O tema é, de facto, entusiasmante. Poderei vir cá as vezes e as horas que quiserem, pois não é por limitação da minha parte.

Portanto, significa que, quando somos confrontados com todas as limitações, concluímos que o projeto que tínhamos percebido, na véspera, não era exequível.

Assim, falámos de imediato com o Dr. Vítor Bento e decidimos os três que tínhamos de pedir uma reunião, com carácter de urgência, ao Banco de Portugal, nesse dia, porque só tínhamos um caminho que era o de manifestar a nossa indisponibilidade para permanecer. E foi isso que fizemos. Nós tivemos uma reunião no Banco de Portugal, nesse sábado à tarde, dia 2, em que manifestámos que nos tínhamos apercebido, em conversa com os nossos advogados, que a situação era diferente do que tínhamos julgado entender na conversa do dia anterior e, assim, não estávamos disponíveis para continuar nessas condições. Porquê? Porque não tínhamos projeto nenhum; o que tínhamos era uma tarefa, mas sem ter condições para a executar, ou seja, eramos dado um paciente em cuidados intensivos, mas sem termos os mecanismos para o reabilitar. Por isso, não estávamos disponíveis! Aí surge a conversa na qual o Sr. Governador nos pergunta que é que precisaríamos para permanecermos em funções. Foi durante esse fim de semana que houve o célebre Conselho de Ministros virtual e surgiu o Decreto-Lei n.º 614-B/2014, salvo erro, que altera apenas algumas das coisas.

O Sr. **Presidente**: — Dr. José Honório, tenho uma dúvida e pedia-lhe respostas telegráficas.

Primeiro, na conversa que teve com o Sr. ex-Governador do Banco de Portugal, relativamente às suas objeções, a atitude do Sr. Governador foi no sentido de as desdramatizar?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Presidente, completamente, porque, se assim não fosse, nós não tínhamos ficado.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Como é que compatibiliza isso com o apelo, por parte do Sr. Governador, ao seu espírito patriótico e ao interesse nacional?

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — Exatamente!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Presidente, é uma pergunta cuja resposta é difícil. Porquê? Eu, ainda hoje, quero distinguir entre o Dr. Carlos Costa pessoa e o Dr. Carlos Costa governador. O Dr. Carlos Costa pessoa, para mim, é um alguém de carácter e sério. O Dr. Carlos Costa governador é uma pessoa que só pode refletir a decisão de um órgão do qual era o expoente máximo, enquanto governador, mas que era o conselho de administração do Banco de Portugal. Portanto, para mim, quando o Sr. Governador está a falar comigo, ele é a voz do Banco de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo, tem a palavra.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Deixo uma saudação especial ao Dr. José Honório, pela sua presença nesta Comissão.

Dr. José Honório, ingressou no Grupo Queiroz Pereira em 1989, saiu em fevereiro de 2014 e, portanto, esteve 25 anos dentro do Grupo Queiroz Pereira, 20 dos quais nos mais altos escalões da Semapa. Durante este período, granjeou uma reputação de gestor muito competente e de homem de enorme confiança de Pedro Queiroz Pereira. Esta descrição parece-lhe fidedigna?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Parece. Enfim, com exceção do facto de «ser muito competente».

Sr. Deputado, antes de mais, permita-me cumprimentá-lo, pois foi uma falta de educação da minha parte não o ter feito.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Não tem de quê.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Queria dizer-lhe que esse é um elogio que, provavelmente, não mereço.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Como homem de confiança de Queiroz Pereira, e após 25 anos de convivência, nas mais altas esferas de responsabilidade do grupo, houve com certeza ocasiões em que Pedro Queiroz Pereira terá partilhado consigo a opinião pouco abonatória que, especialmente nos últimos anos, tinha sobre Ricardo Salgado e a gestão que este fazia ao Grupo Espírito Santo.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, sublinho duas questões. A relação de confiança que tinha com o Sr. Queiroz Pereira, que era fortíssima,

é a relação de confiança que deve existir entre qualquer órgão de administração e o acionista que o nomeia. Porquê? Porque se não há um alinhamento de pontos de vista, alguma coisa corre de forma errada.

Isto tem que ver, também, com o tema do Novo Banco, com o tema do Fundo de Resolução e com o tema do Banco de Portugal. Porquê? Se me permite um pequeno salto acerca disto, nós nunca sentimos que a relação de confiança que deveria existir, de forma recíproca, entre nós, o Fundo de Resolução e o Banco de Portugal fosse forte ao ponto de permitir também haver uma relação da cumplicidade que é necessária.

Relativamente à questão que me coloca, sobre a apreciação que o Sr. Queiroz Pereira fazia sobre a gestão do Dr. Ricardo Salgado e o Grupo Espírito Santo, recordo-me que o Sr. Queiroz Pereira sentia que a família Queiroz Pereira não tinha, por parte do Grupo Espírito Santo, o reconhecimento que deveria ter tido face à ajuda que terão dado no início do Grupo Espírito Santo.

Relativamente a questões pessoais, o Sr. Queiroz Pereira não era alguém que pessoalizasse as questões. O Banco Espírito Santo financiava as empresas, o grupo tinha relações bancárias com todos os bancos em Portugal, ou seja, às vezes estaríamos mais satisfeitos, outras menos satisfeitos, mas apenas do ponto de vista estritamente profissional.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Concretamente, diz que partilhou mágoas consigo relativamente ao fator de reconhecimento que a família Queiroz Pereira teria dado no relançamento do Grupo Espírito Santo em Portugal. Mas não fez comentários sobre a idoneidade de Ricardo Salgado e sua gestão à frente do Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, que eu tenha ideia, não. O Sr. Queiroz Pereira não era pessoa de pessoalizar as questões.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — É a sua opinião. Eu privei um pouco com o Sr. Queiroz Pereira e acho que pessoalizava — e bastante — as questões e de forma até colorida.

De qualquer forma, quando, em março de 2014, já depois de sair do Grupo Queiroz Pereira, é convidado pelo Dr. Ricardo Salgado para assumir a presidência da comissão executiva da Rioforte. Isso não lhe causou qualquer estranheza? Não lhe pareceu estranho que alguém fosse para um grupo que tinha tido desavenças públicas com o grupo em tinha estado durante 25 anos?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, o grupo não teve desavenças públicas. O Sr. Queiroz Pereira é que teve desavenças enquanto acionista do Grupo Espírito Santo, ou seja, a Semapa, a Secil e a Portucel nunca tiveram desavenças públicas com banco nenhum em Portugal.

O facto de poder vir a aceitar um desafio profissional no Grupo Espírito Santo, não é estranho, como lhe digo, a mobilidade profissional... No tempo da escravatura, os escravos só tinham um dono; em Portugal, não, as pessoas têm liberdade e têm mobilidade profissional, desde que seja um desafio profissional interessante para o próprio.

Oiça, durante a minha vida, várias pessoas saíram das empresas onde eu trabalhava para irem trabalhar para outros lados. Só me causava tristeza uma coisa: se alguém saía é porque não tínhamos condições para proporcionar a essas pessoas a realização dos ensejos que tinham. De resto, é perfeitamente normal.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — De acordo com o que tive oportunidade de ler, o Dr. José Honório recusa rapidamente essa hipótese de ser presidente da comissão executiva da Rioforte. Uma das versões é porque

não conseguiu apurar a real situação da ESI, outra, que já aqui repetiu também, porque considerou inviável o projeto que lhe estava a ser proposto de recuperação da parte não financeira do Grupo Espírito Santo. Se foi assim, teve mesmo noção de que havia ali um grave problema, tendo-o já dimensionado em 7,6 milhões de euros?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, sim. Quando vi as contas da Rioforte, que eram públicas...

Se me permite faço um pequeno aparte, porque acho que devo dizê-lo. Quando se coloca a questão de que a PT investiu 900 milhões na Rioforte sem saber, digo assim: «Podiam ter pedido o relatório de contas, tal como eu o pedi». O relatório de contas era público, estava disponível. Por que razão não o pediram? Como digo, qualquer pessoa, hoje em dia, pode ir a uma conservatória do registo comercial e obter as contas das empresas, ou seja, isso não é razão.

Portanto, deram-me as contas da Rioforte, eu vi-as e vi que a Rioforte tinha uma situação particularmente difícil, mas que era resolúvel. Porquê? Porque tinha uma grande dívida — já não me recordo qual — ao seu acionista que era a ESI.

Ora, é evidente que uma empresa que tenha uma dívida perante o seu acionista terá tanta ou mais facilidade em se reestruturar e em desenvolver negócios quanto o acionista puder ter paciência ou puder conceder-lhe tempo para que possa funcionar.

Entretanto saiu uma notícia, salvo erro no *Expresso*, também, sobre a situação irregular da ESI e eu disse: «Preciso de ver o relatório da auditoria», não foi as contas. Esse relatório, nunca o tive. Nunca o tive e, quando vi que a dívida da ESI — e isso foi-me dito na rua de S. Bernardo — era, salvo erro, de 4,9 mil milhões e que a da Rioforte... A da ESI ou era de 4,9 ou de 4,7, o que sei é que o somatório das duas era de 7,6 mil milhões. Eu disse: «Não,

porque se uma já deve isto, então, não tem condições de ajudar a ‘filha’ e esta não pode ter futuro». Portanto, a «filha» iria desmoronar-se, era óbvio!

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Não era óbvio, também, que isso iria contagiar o braço financeiro do grupo?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não, não era óbvio. E porquê? Repare: eu nunca soube a quem é que os 7,6 mil milhões eram devidos e, portanto, das pouquíssimas vezes — e quando digo pouquíssimas quero dizer duas vezes, por aí — em que se falava do Banco Espírito Santo, o grupo bancário Espírito Santo estava ótimo e ia pagar dividendos fantásticos nos próximos anos... Ou seja, nunca me passaria pela cabeça — nunca! — que parte dessa dívida estaria a ser conseguida através do Grupo Banco Espírito Santo.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Não sei como hei de referir o trabalho que o Sr. Doutor fez, juntamente com as altas instâncias do Grupo Espírito Santo, em abril e maio, com os contactos políticos que já aqui foram referidos. Não gosta que o refira como consultor, mas não encontro melhor palavra para o acompanhamento que fez dessas reuniões.

Também julgo saber, por já ter lido declarações suas, que havia uma recomendação sua de que a dimensão do problema era tão grande que seria necessário pedir apoio público e respaldo político para uma solução. Foi isso que foi discutido nestas reuniões com os decisores políticos?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, duas coisas: não qualifique, por favor, o trabalho que eu tive, porque eu não tive trabalho, e esta é a primeira questão; a outra questão é a do que foi discutido nas reuniões onde estive. Portanto, estive em uma reunião com cada um dos intervenientes que

vou dizer de seguida: o Sr. Primeiro-Ministro, a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, o Sr. Governador do Banco de Portugal, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro e o Sr. Presidente da Comissão Europeia.

Nestas conversas em que estive presente, com exceção da conversa com o Sr. Presidente da Comissão Europeia, por razões que vai entender, o que se passou foi isto: o Sr. Ricardo Salgado levava um memorando, que entregava; depois, dissertava sobre o grupo e referenciava também um conjunto de operações, que tinha intenções de fazer, de aumentos de capital e de outras coisas mais; e, junto das entidades políticas, com exceção do Sr. Presidente da Comissão Europeia, colocava a questão de saber se seria possível auscultar a sensibilidade da Caixa — não sei se seria só a Caixa ou também o BCP — para estudar os ativos que a Rioforte iria alienar, porque era o ramo não financeiro do Grupo Espírito Santo, para que tivessem uma opinião do ponto de vista de riscos sobre esses ativos e de valor, para poder vir a considerar um envolvimento de, já não me recordo bem, mas talvez de 1000 milhões ou de 1100 milhões, a conceder às entidades que viessem a manifestar interesse em comprar esses ativos, porque era muito mais fácil vender se houvesse a possibilidade de conceder um financiamento sujeito à análise de risco que essa instituição financeira faria da credibilidade e da capacidade financeira dos promitentes compradores.

Nas reuniões onde estive, foi isto que se passou e que ouvi.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Se bem percebi, havia reuniões em que se pedia a decisores políticos ao mais alto para indagarem da disponibilidade de dois bancos, um público e o outro não, para fazerem financiamento, *vendor finance*, a compradores de participações financeiras da área não financeira do grupo.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim, sim.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — E, tanto quanto teve ocasião de perceber, nas entrelinhas, os contactos directos com esses bancos já teriam ocorrido e teriam corrido mal, ou...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não faço ideia. Não faço ideia porque eu estava a partir do pressuposto que era tudo a primeira vez.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Sr. Doutor, não tenho uma maneira mais redonda de lhe perguntar isto: o que acha o Sr. Doutor que estava a fazer nessas reuniões, tendo já recusado o cargo de presidente da comissão executiva, não sendo consultor, não estando a trabalhar? Estava a emprestar credibilidade? Era suposto fazer alguma coisa a seguir?

Como é que avalia isso hoje, a esta distância? Se calhar, na altura... Já descreveu como ingenuidade a outra participação, por isso, a esta distância, como o descreveria?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, é uma excelente pergunta e agradeço-lhe.

Pode parecer um bocadinho falta de modéstia, mas permita-me dizer-lhe o seguinte: durante a minha vida profissional, tive imensos contactos com todos os Governos, desde 1993 até 2014, e de todas as vezes que falava com os governantes era com temas sérios, nunca era com temas do meu interesse pessoal nem do interesse exclusivo da empresa onde eu trabalhava. Portanto, as pessoas respeitavam-me, ouviam-me e, ao estar numa reunião e ao forçar, pensava eu, que as pessoas fossem confrontadas com a dimensão do problema, pensei que por eu estava ali o assunto era sério. E, de facto, 7,6 mil milhões era sério!

A minha preocupação era a de que, se eu estivesse ali, tinha a certeza de que o problema era identificado, mas, se não estivesse, poderia ser identificado ou não. Ora, como eu estava ali, tinha a certeza absoluta de que o Governo ficava a saber que eram 7,6 mil milhões, como é que o problema estava e que isto era um problema gravíssimo para o nosso País.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — As respostas destes decisores foram negativas, a história diz-nos isso. Foram todas perentórias?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim. Ou seja, a ideia que tenho é de que a resposta foi, basicamente, embora não por estas palavras, que ouviram com apreensão e disseram: pois, o assunto é sério, mas diz respeito a uma empresa privada, a um grupo privado e, portanto, não vemos como é que o Governo possa ou deva envolver-se na solução, seja a ajudar a encontrar uma solução ou, até, dando tempo para que se encontre uma solução.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Obrigado, Sr. Doutor, vamos avançar um pouco.

O Dr. Vítor Bento disse-nos, ontem, que a partir de segunda-feira, dia 4 de agosto, foi, basicamente, o Banco de Portugal a assumir as rédeas do processo de resolução, que a comissão executiva do, ainda, BES, mas em breve Novo Banco, já fazia, basicamente, papel de assessoria ao Banco de Portugal no processo de resolução e que, no Banco de Portugal, quem tinha as rédeas deste processo era o presidente da comissão diretiva do Fundo de Resolução, na altura o Dr. José Ramalho, e a «governança do Banco de Portugal», foi assim que o Dr. Vítor Bento o referiu e que eu traduzo por Dr. Carlos Costa.

É sua opinião que estas eram as duas pessoas que, no Banco de Portugal, tinham o caso do Novo Banco em cima da mesa e estavam,

ativamente, a gerir o *dossier*? Era mais o Dr. José Ramalho? Era mais o Dr. Carlos Costa? O que nos pode dizer sobre isto.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, em qualquer empresa, independentemente de haver um interlocutor ao nível da administração, a restante administração é seguramente solidária com o que está a ser decidido. Portanto, as pessoas que davam a cara perante nós eram, basicamente, o ex-governador do Banco de Portugal e o presidente do Fundo de Resolução.

O que sentimos foi que, a seguir à resolução, não tínhamos margem de manobra para coisa nenhuma. Porquê? Porque, em nossa opinião, o banco não tinha capital adequado para poder funcionar, para poder desenvolver um processo de reestruturação e nem sequer para poder absorver perdas que, eventualmente, pudessem vir da exposição cambial com que ficou, cerca de 4,6 mil milhões de dólares resultantes da exposição ao BESA.

Recordo-me que, numa reunião que eu e o Dr. Moreira Rato tivemos com o Dr. José Ramalho sobre este tema, logo nos dias seguintes, descobrimos que, na sequência da resolução, o Banco de Portugal tinha decidido colocar no BES as ações que o Banco Espírito Santo tinha do BESA e colocar no balanço do Novo Banco o crédito que o Novo Banco tinha sobre o BESA totalmente provisionado. Portanto, ficámos com uma exposição de 4,6 mil milhões de dólares, o que era um absurdo, e fomos falar com o Banco de Portugal — leia-se, com o Fundo de Resolução, com o Dr. José Ramalho — e dissemos que, além dos vários problemas que tínhamos... É difícil e eu não consigo transmitir, mas, durante o tempo em que lá estivemos, era como se a cada dia mergulhássemos numas cataratas diferentes. Ou seja, era um processo de grande aprendizagem.

A resposta que tivemos foi esta: «Porque é que vocês têm esse problema?». Expliquei: «Porque quando vocês aplicaram a medida de resolução deixaram ficar as ações do BESA no BES, a linha de mercado

monetário no Novo Banco e, agora, temos o problema, além dos poucos que temos, de fazer a cobertura cambial destes 4,6 mil milhões de dólares, para os quais não temos linhas». Portanto, fomos ao Banco de Portugal pedir ajuda, fosse por via de um *swap*, que nos cedessem a cobertura ou que nos cedessem linhas, mas a resposta foi: «Isso está no balanço do Novo Banco, a responsabilidade é vossa e o problema é vosso».

Isto ilustra logo como as coisas começaram, não é?! Portanto, sentimos que, desde o princípio até que saímos, não conseguimos obter do Banco de Portugal a aprovação de uma proposta comercial para resolver a situação com os clientes do Banco Espírito Santo que tinham comprado papel comercial de empresas do GES e obrigações do BES. Porquê? Porque o Banco de Portugal nos disse, e escreveu — está num comunicado do Banco de Portugal —, que qualquer solução encontrada deveria, no mínimo, ser positiva ou, então, neutra em termos de três indicadores: liquidez do banco, rácio de capital do banco e formação do resultado do banco. Ora, eu não consigo encontrar uma solução que respeite estes três desideratos.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Sr. Doutor, estou mais interessado em perceber exatamente o tipo de relação que se estabeleceu logo depois da resolução, porque foi aqui descrito pelo Dr. Vítor Bento que a comissão executiva recém-nomeada — tinha poucas semanas — passou a ser uma espécie de ajudante cuja opinião era pouco ouvida e, nomeadamente, que os técnicos do BES que logo nesse fim de semana e nas semanas seguintes estiveram em contacto direto com o Banco de Portugal para ajudar a acabar de desenhar a resolução pertenciam a departamentos que reportavam a si dentro da comissão executiva.

Confirma esta informação?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, isso não é verdade.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Mas havia alguns que reportavam.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, ou seja, o *compliance*... Repare: as direções que eram importantes, naquele fim de semana, para apoiar o Banco de Portugal eram a do risco, a da área imobiliária, a de *compliance*, a jurídica e a de auditoria. Nenhuma destas pessoas reportava a mim, mas isso não invalida que, sendo eu vice-presidente da comissão executiva, eu não estivesse lá para assumir a responsabilidade do que fosse que me viessem perguntar e que precisassem de ter um respaldo.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Pergunto de outra maneira, Sr. Doutor: quem falava mais vezes com o Dr. José Ramalho?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Acredito que fosse o Dr. Moreira Rato.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Para acabar esta primeira ronda, o Dr. Vítor Bento — já vi que ouviu com atenção o depoimento que o Sr. Vítor Bento aqui fez ontem — também disse que a partir da vossa saída, em setembro, se sentiu que houve uma campanha orquestrada para denegrir a comissão executiva cessante. Não lhe vou pedir para adivinhar quem estaria por trás dessa campanha, mas pergunto-lhe se também sentiu que havia essa orquestração.

Uma outra pergunta que lhe faço, à qual acho que também pode responder, é esta: em sua opinião, dada a situação que se vivia naquela altura, a quem interessava denegrir a imagem da comissão executiva cessante?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, vamos lá ver: quando nós saímos foi uma situação que não é normal em Portugal, ou seja, não é normal pessoas abandonarem a administração de uma empresa ao fim de seis semanas — não conheço, até hoje, não me recordo de que isso tenha acontecido —, de uma empresa de prestígio, de uma casa com a dimensão da do Novo Banco e, portanto, acredito que a nossa decisão de saída possa ter sido incompreendida por muita gente.

Pessoalmente, e posso dizê-lo aqui, durante as oito ou nove semanas em que estive nos dois bancos, ponderei seriamente manifestar a minha indisponibilidade por quatro vezes, sendo que a última vez foi irrevogável. Isto porquê? Porque, repare, quando estamos numa empresa temos uma obrigação perante todas as partes interessadas e uma parte muito importante é a das pessoas que trabalham connosco.

Ora, eu tinha a certeza, absoluta, mais uma vez com falta de modéstia, de que tinha toda a razão, de que ia correr muito mal a vida ao Novo Banco no processo em que ele estava a seguir... Portanto, eu não conseguia estar a dizer às pessoas e a motivá-las... O Sr. Deputado não imagina o que é, pessoas que trabalharam 10, 15, 20 anos no Banco Espírito Santo, que tinham uma relação diária aos balcões com clientes, com empresas, e que, de repente, passarem por um turbilhão ao qual eram completamente alheios, sem saber o que lhes caía em cima. Muitos clientes ficavam muito zangados e, às vezes, eram incorretos com as pessoas e elas tinham de manter a sua dignidade profissional e pessoal para todos os dias darem a cara para trabalhar e para defenderem o banco.

Ora, com as funções que tinha no banco, eu tinha de dar força a essas pessoas, de lhes inculcar que havia uma esperança, uma luz ao fundo do túnel.

Tentámos à exaustão junto do Banco de Portugal, nomeadamente numa reunião de 26 de agosto, em que entregámos um documento ao Sr. Governador que, salvo erro, tinha como título *Lançar as bases do sucesso*

*do Novo Banco*, porque acreditávamos que era possível que houvesse um projeto que permitisse a toda a gente manter a sua dignidade e construir, perdoem-me a expressão, uma *business story*. O que é que uma *business story*? Era verdade que o Banco tinha de encetar um processo de reestruturação, que é penoso e é penoso porquê? Porque nas empresas, quando se fazem restaurações, muitas vezes, as pessoas que lá trabalham são os primeiros alvos.

Sobre isso tenho uma posição que é pessoal e crítica, que é a de que uma empresa, quando é colocada perante um processo de reestruturação, só o pode ser em duas circunstâncias: ou a administração andava completamente distraída e não fazia o seu trabalho, e, então, a primeira reestruturação deve começar por fazer sair a administração, porque os trabalhadores não têm culpa nenhuma; ou, então, há um facto superveniente que altera profundamente as condições do modelo de negócio e que era de todo inesperado, porque a obrigação de uma administração é ser prospetiva — e Sr. Deputado sabe isto tão bem como eu pela experiência profissional que tem — e, portanto, se não estamos no caso de algo superveniente que altera aquilo que ninguém supunha, então, tem de haver uma reestruturação e os trabalhadores vão ser penalizados.

Agora, as pessoas não são móveis, ou seja, não vamos dispor das pessoas como dispomos de uma cadeira ou de uma secretária e, assim, quando se faz um processo de reestruturação, ele tem cabeça, tronco e membros. O que é que isto quer dizer? Temos de saber por onde começamos, o caminho que percorremos e onde vamos chegar. E isto tem de ser explicado com clareza a toda organização, porque todas as pessoas têm de aderir a uma coisa destas, porque ela é penosa.

Ora, nós não tínhamos condição de estar à frente de uma instituição que precisava de ser reestruturada, mas cujo futuro era certo. Quando digo que era certo, era no seguinte: tivemos o mérito de, em 2014, antecipar aquilo

que estamos aqui a discutir em 2021. Para nós, era óbvio que não poderia haver outro caminho, a não ser que houvesse um milagre. Enfim, sou católico mas em milagres, em termos empresariais, é muito difícil de creditar.

Quando o banco era constituído em condições em que ninguém se podia mover, literalmente, eu disse: «Então, o que é que se faz com uma coisa destas?» Então, nós não tínhamos uma missão, tínhamos uma tarefa impossível.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — A pergunta era sobre a campanha orquestrada. Não se esqueça, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Quanto à campanha...

Uma pequena história, e peço desculpa pelo tempo que vou tomar. Aprendi à minha custa. Quando tinha 30 anos, eu trabalhava num banco estrangeiro e o presidente tinha mais 30 anos do que eu. Um dia, disse-me: «O Sr. Doutor é muito novo, mas vou-lhe dizer uma coisa e ao longo da sua vida lembre-se disto que lhe vou dizer. Numa organização, é igualmente grave não ter razão ou ter razão antes do tempo». Na altura, achei que ele era velho e pensei: «Está velho. Agora uma coisa destas! Um disparate...». Mas ele tinha toda a razão.

Portanto, nós tivemos razão antes de tempo. O problema era que não tínhamos interlocutores que tivessem a capacidade de entender o que estávamos a dizer. E quando estamos a falar em organizações empresariais... Há temas de que sei zero. Por exemplo, de futebol. Sou completamente ignorante. A minha mulher sabe muito mais do que eu. Eu sei zero. Mas há temas de que sei alguma coisa.

Uma pessoa, para discutir um assunto, ou tem um interlocutor que o consiga perceber e consiga discutir ou não tem. Para nós, era óbvio que o banco não tinha futuro como estava, de acordo com o que se pensava.

Repare: por que é que a resolução que houve depois disso, em 2017, do Banco Popular, foi feita num fim de semana quando este banco foi vendido ao Banco Santander? Por que é que nunca mais se fizeram as aventuras que se fizeram com o Banco Espírito Santo? Porque uma resolução é uma coisa altamente disruptiva e faz-se num fim de semana, porquê? Porque na sexta-feira o banco é uma coisa e na segunda é outra e os clientes nem notam, nem sentem.

Agora, andar ali com um nado-morto ou com um morto-vivo?! Um morto-vivo? Numa unidade de cuidados intensivos a empurrar a maca, quando depois faltam os equipamentos, falta sangue, falta tudo...?! Então, mas estamos ali a fazer o quê?!

Nós tínhamos também um dever de lealdade para com toda a gente que trabalhava connosco. Não tínhamos condições para continuar ou começávamos a mentir às pessoas. Eu nunca menti — já omiti várias vezes, quando é do meu interesse omitir, mas nunca menti — e não ia mentira a milhares de pessoas que tinham passado por aquilo que passaram e continuar a vender-lhes uma coisa que era mentira. Isso não ia fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. Dr. José Honório e recuar a maio de 2014.

Segundo as notícias que vieram a público em janeiro de 2015, foi entre os dias 2 e 20 de maio que decorreram as reuniões com as autoridades políticas do País sobre a situação do GES e do BES. O Sr. Dr. José Honório participou em algumas delas e já aqui falou sobre isso.

Segundo as notícias, terá sido o Sr. Dr. José Honório a aconselhar o Dr. Ricardo Salgado a pedir estas reuniões com estas autoridades políticas

máximas do País para dar conta daquele que era o passivo do GES. Confirma?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, duas coisas. O senhor referiu a situação do GES e do BES. Quanto à situação do BES, nunca! Ou seja, nas reuniões onde estive presente nunca se falou do BES; falava-se, sim, do GES.

Relativamente a ter sugerido as reuniões, sim, por uma razão: acabei de dizer que, para mim, é estranho que a garantia soberana de Angola não tivesse sido discutida em termos políticos. Referi também que na minha vida corporativa não ia fazer nenhum negócio em nenhum país sem informar o nosso Governo e sem ter contactos com o nosso embaixador, sempre que há.

Portanto, para mim, é óbvio que a componente política deve estar informada do que se passa. Então, quando são temas difíceis mais ainda!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Aqui, a questão é que as notícias que dão conta dessas reuniões dizem — e o Sr. Dr. Ricardo Salgado teve ocasião de dizer que nessas reuniões deixou-o claro — que o passivo de 7600 milhões de euros do Grupo Espírito Santo tinha impacto na situação patrimonial do BES e que, portanto, para salvar o BES, precisava de resolver o problema do GES. Por isso, falar do GES é falar do BES, falar do BES é falar do GES, ou seja, as coisas, infelizmente, estavam ligadas umbilicalmente.

Queria que nos dissesse com rigor o nome e as funções de cada um dos elementos que esteve presente nas reuniões em que o Sr. Dr. José Honório participou.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, é uma excelente questão. No seu lugar, eu também teria essa dúvida, porque isto é tudo uma história

rocambolesca. É tudo tão absurdo, tão absurdo que uma pessoa tem todas as dúvidas.

Nas reuniões onde estive nunca se falou do BES. Nunca! Sempre se falava no GES, até porque, repare, eu do BES sabia zero e a minha preocupação era que fosse explicado que eram 7,6 mil milhões. Ponto! Essa era a minha preocupação.

Nas seis reuniões onde eu estive, nunca se falou em BES, na minha presença. Nada!

Quanto à outra pergunta que fez, desculpe mas perdi-me.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Era o nome...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim, sim. As pessoas que tenho de memória foram o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. José Manuel Espírito Santo.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas não reuniu só com os dois?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, eu acompanhei estes dois senhores às seis reuniões que referi.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Isso já percebi. Só queria que dissesse quem foram as outras pessoas que participaram nas seis reuniões.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Muito bem.

No Banco de Portugal era uma extensa audiência. Era uma mesa grande e eu só conhecia o Sr. Governador. Quer dizer, quando digo que o conhecia é por que o tinha conhecido antes, em termos profissionais, quando estive no Banco Europeu de Investimento, na Caixa e no BCP. Quanto às outras

peessoas, não conhecia as caras, nunca tinha tido relação com elas, mas era muita gente.

Em termos de reunião com o Sr. Primeiro-Ministro, diria que, provavelmente, terá sido só o Sr. Primeiro-Ministro, mas não posso garantir. Mas lá está: em S. Bento registam sempre quem é que vai a reuniões, portanto, é muito fácil os senhores pedirem, sobre essa data, e têm lá a indicação de quem esteve na reunião. É fácil de saber.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, vou perguntar pelo nome e função das pessoas para o Sr. Dr. José Honório dizer se sim ou não. Acho que assim é mais simples.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Deu-nos agora uma informação importante de que, pelo menos, uma reunião, ou mais, se realizou em S. Bento na residência.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Com o Sr. Primeiro-Ministro, sim, em S. Bento. Com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças julgo que não foi em S. Bento... Não faço registo das coisas, mas também é fácil de verificar porque qualquer reunião, com qualquer ministro, em qualquer ministério em Portugal fica registada no livro de entradas.

Portanto, os senhores conseguem perfeitamente validar e saber se a reunião foi no Ministério das Finanças ou se foi em S. Bento. Isso é fácil.

Quem é que estava mais na reunião, além da Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, não tenho presente. Não consigo ajudá-lo.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Há pouco, o Sr. Doutor falou no Secretário de Estado Adjunto do Sr. Primeiro-Ministro, ...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... do Sr. Vice Primeiro- Ministro, Dr. Paulo Portas, ...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim, sozinho. A reunião com o Dr. Paulo Portas, recordo-me, foi na Presidência do Conselho de Ministro — recordo-me, porque é próximo de onde moro — e foi com ele sozinho.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, foi tipo «*roadshow*»? Essas reuniões foram tidas com entidades de forma parcelar? Não foram reuniões em conjunto, com a presença simultânea de todos?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, de todo. Foram reuniões individuais.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Do meu ponto de vista, isso acaba por atingir uma dimensão ainda mais institucional. Houve o cuidado de reunir individualmente com cada uma destas autoridades políticas: houve uma reunião com o Sr. Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho; houve uma reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque; depois houve uma reunião com o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Sr. Primeiro-Ministro, que era o Dr. Carlos Moedas; ...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... houve uma reunião com o Sr. Vice-Primeiro-Ministro Paulo Portas; e depois houve uma reunião com um representante da Comissão Europeia. Recordá-se de quem era?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim, sim.

Sr. Deputado só uma precisão. Seguramente o Sr. Deputado sabe mas é importante que fique aqui gravado que quem pedia as reuniões era o Dr. Ricardo Salgado. Portanto, ele é que pedia as reuniões.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Isso deduzi, porque as notícias dizem isso.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Nestas coisas, é bom que não haja deduções.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Está nas atas.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não estou a perceber o incómodo das perguntas...

O Sr. Dr. **José Honório**: — É bom que não haja deduções mas afirmações perentórias, para nenhum de nós ficar com dúvidas.

A reunião foi com o Dr. Durão Barroso, enquanto Presidente da Comissão Europeia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, isso significa que essas reuniões com o Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, com o Sr. Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, Maria Luísa Albuquerque, com o Sr. Secretário de Estado Adjunto

do Sr. Primeiro-Ministro, Carlos Moedas, e com o Sr. Vice Primeiro-Ministro, Paulo Portas, decorreram todas durante o mês de maio antes do aumento do capital do BES.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, o mês não consigo precisar. Não fiz registo das coisas, mas se o senhor diz que foi...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sinceramente, não quero que tenha presente se foi no dia 7 ou 15 de maio,...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, eu vou lá chegar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... os momentos é que são cruciais.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, eu vou responder.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Peço-lhe que responda a seguir.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Respondo com certeza.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Se essas reuniões decorreram — que é isso que estamos a tentar perceber e é isso que as notícias de janeiro de 2015 apontam — antes do aumento de capital do BES, tal significa que quando algumas declarações foram feitas por parte das autoridades políticas, em junho de 2014, quando decorreu o aumento de capital, quando deram garantias sobre o BES e sobre o GES, essas autoridades, pelo menos, já conheciam a situação do GES, que era, como o Sr. Dr. José Honório disse há pouco, e bem, mais do que uma vez, e já tinha dito na primeira comissão de

inquérito, que o passivo do GES era de 7600 milhões de euros, o que representava na altura 4,5% do PIB (produto interno bruto).

Toda a gente sabia qual era a dependência do BES em relação ao GES. Portanto, dizer que o assunto do BES não foi discutido não simplifica nada, só agrava ainda mais a situação.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não sou político, nunca fui, não tenho competências para isso nem faço tenções de ser porque não sei, mas, relativamente às questões que colocou, a essas sei responder e vou responder.

Não sei se as reuniões foram no princípio, no meio ou no fim de maio, mas sei que foram antes do aumento de capital. Esta é a resposta que lhe dou.

Relativamente ao facto de se as autoridades políticas sabiam ou não, direi que não sei se sabiam do impacto que o GES teria no BES. Não faço ideia. Por que é que eu digo que não faço ideia?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Em maio de 2014 não faziam ideia? Depois dessas reuniões?!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, quando andamos para trás e vemos a informação que estava disponível, recordo-me que quando estava no Banco Espírito Santo, na última quinzena de julho, há um dia em que é dada uma informação em comissão executiva de que o Banco de Portugal tinha ordenado que o banco constituísse uma provisão de 2000 milhões de euros para fazer face à exposição ao GES.

Se isto é dito em julho, deduzo — detesto deduções, mas, enfim... — que só nessa altura é que tiveram conhecimento da situação. Mas deduzo eu. Não tenho nada de factual que me permita dizer algo diferente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas há aqui um dado que é determinante: todas estas autoridades políticas, desde o Presidente da Comissão Europeia até ao Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, tomaram conhecimento da grave situação do Grupo Espírito Santo e do seu elevadíssimo passivo antes do aumento de capital do BES, aumento de capital esse que lesou muito portugueses, porque muitos portugueses compraram ações do BES nesse aumento de capital, porque ouviram palavras garantísticas da parte de alguns responsáveis políticos, começando pelo então Presidente da República, Prof. Cavaco Silva, passando por membros do Governo.

Portanto, é muito importante aquilo que disse aqui hoje para que se perceba que houve aqui, do nosso ponto de vista, no mínimo, uma enorme negligência por parte das autoridades políticas.

Não é uma pergunta, é um comentário, uma consideração da minha parte.

Regressando ao tema do BESA, para nós, não deixa de altamente inusitado que, desde janeiro de 2014, o Banco de Portugal assumiu que a garantia não era elegível.

O Dr. Vítor Bento, o Dr. José Honório e o Dr. João Moreira Rato assumem funções no BES, em julho de 2014, aquando desta «telenovela» de troca de posições e de divergência de posições entre o Banco de Portugal, o próprio BES e o BESA, relativamente à elegibilidade da garantia soberana do Estado angolano. É curioso que, quando assumem funções, transmitem-vos que a garantia é elegível. Confirma?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, o tema da garantia só começou a ser tema de conversa quando as questões começaram a surgir, porque até lá não tinha sido tema de conversa.

Agora, se me permite, gostaria de precisar o seguinte: a nós nunca nos foi dito que a garantia não era elegível, porque a nossa preocupação, e a minha preocupação, era a exposição do BES ao BESA. Essa é que quando eu vi o montante que era disse... Ainda para mais quando estávamos com um problema de liquidez muito grande. Porquê? Porque todos os dias tínhamos saídas de recursos muito significativas de toda a rede do banco quer em Portugal quer em Espanha.

Portanto, quando nós começamos a ter que recorrer à linha de emergência do Banco de Portugal... Então, mas estamos a precisar de dinheiro por um lado e, por outro, temos todo este dinheiro aplicado no BESA? É aí que o tema começa a ser discutido. Isto porque a garantia soberana era ao balanço do BESA, não era ao BES. Ou seja, aquela garantia o que cobria era um conjunto de créditos, que não faço ideia quais seriam porque nunca tivemos conhecimento disso, do balanço do BESA.

Agora, repare, o tema do BESA é um tema curioso, é um tema interessante e é um tema em que eu continuo a dizer que a mim faz-me imensa impressão, os senhores se calhar ficam impressionados, mas é como penso, de que um tema desta dimensão não tenha tido um tratamento político. E porque é que me faz imensa impressão? Porque, repare: a garantia foi uma garantia com uma intervenção pessoal do Presidente da República de Angola. Portugal tinha interesses importantes com Angola, não só pela quantidade de portugueses que trabalhavam lá, como das empresas portuguesas que trabalhavam em Angola, como do comércio internacional entre Portugal e Angola.

A certa altura, somos confrontados com uma carta do Banco Nacional de Angola a dizer que tinha de ser feito um aumento de capital no BESA. E nós repare... É a tal história de mergulhar todos os dias em cataratas diferentes, várias vezes ao dia.

Então, como é que é? Porque o banco não tinha dinheiro. Neste caso era liquidez. Tinha capital mas não tinha liquidez, estava a recorrer a uma linha de emergência, de cedência de fundos, então, como é que de repente pomos lá 1000 milhões? Por outro lado, isto conjugava-se com o facto de o Banco Central Europeu ameaçava que, nos termos do AQR (*asset quality review*), se a participação do BES no Banco Espírito Santo de Angola (BESA) se mantivesse também tínhamos de fazer um AQR aos ativos do BESA, logo, veja a complicação adicional que isto trazia.

A nossa preocupação era a seguinte: como é que conseguimos ter um documento aceite pelo Banco Central, que seja liquidificável sobre o reconhecimento da dívida do BESA ao BES, e na carta que respondemos dissemos que para respondermos ao tema do aumento de capital, porque eram 1000 milhões, gostaríamos de ter uma solução para a dívida do BESA ao BES, através de instrumento, sujeito à lei inglesa, de acordo com os tribunais ingleses e que tivesse uma perspectiva de pagamento a um prazo aceitável e que fosse liquidificável.

O Sr. Governador do Banco Nacional de Angola diz que são temas distintos e nós, então, dissemos que tínhamos de ir lá. O Dr. Vítor Bento e eu marcámos uma viagem para estarmos lá no dia 4, no dia 4 não fomos pelas razões que os senhores deduzem, porque houve a resolução e tínhamos de estar cá no banco, e no dia 4 o Governador do Banco Nacional de Angola informa — essa é uma notícia pública que está no *Jornal de Negócios* — que resolveram revogar a garantia soberana, porque tinham feito um aumento de capital no BESA.

Agora, repare-se: o aumento de capital no BESA foi sensivelmente 2000 milhões de euros. A garantia soberana eram 5700 milhões de dólares, era mais do dobro. Portanto, no dia 4, em que nós temos a resolução do Banco Espírito Santo, o Banco Nacional de Angola diz uma coisa destas e diz que a garantia soberana desapareceu. Foi revogada. Porquê? Porque o

banco fez um aumento de capital, está em condições de prosseguir e nomeia também administradores para gerirem o BESA.

Por isso, é que quando eu vejo todo este conjunto faz-me imensa impressão não ter havido uma gestão política deste *dossier* pelo impacto e pela dimensão que ele tem. Não nos iludamos; estes 3000 ou 4000 milhões de euros quem acaba por ser penalizado é o povo português não é mais ninguém, porque o dinheiro sai de algum lado, não é? E nós não somos um País rico para podermos passar uma fatura destas e não olhar para trás. E fico ainda mais surpreendido quando depois disso há visitas de Estado sucessivas de representantes angolanos a Portugal e o tema não é abordado, pelo menos se foi eu não sei.

O Sr. Dr. **João Paulo Correia** (PS). — O Dr. José Honório não é o primeiro depoente nesta Comissão de inquérito que considera a garantia soberana do Estado angolano uma garantia política...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, Sr. Deputado, desculpe, então exprimi-me mal.

Eu considero que, dada a intervenção, pessoal, do Presidente da República de Angola que delegou no Ministério das Finanças a outorga daquela garantia, e dado o montante, se formos ver as trocas comerciais entre Portugal e Angola... Se este tema não é um tema de importância política, então qual é que é?

O Sr. Dr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu estou de acordo consigo, porque, na verdade, o que se passou no BESA tinha de ter intervenção política, porque quem tem a responsabilidade de garantir a estabilidade financeira do nosso sistema financeiro, segundo a Constituição, é o Governo e o Banco de Portugal.

Portanto, um tema que leva a uma tomada de posição de um Estado terceiro, envolvido aqui na tentativa de resolução de um problema, porque, para quem nos está a acompanhar, esta garantia soberana foi emitida no final de dezembro de 2013 com o pressuposto de salvar as contas do BESA e, por consequência, do BES, do Espírito Santo Financial Group, e do próprio GES, porque se essa garantia soberana não fosse emitida, se calhar, aquilo tinha tudo implodido logo em janeiro de 2014.

Portanto, se havia consciência política e se houve até intervenção política para emissão dessa garantia, significa que, em maio de 2014, quando o Governo e a própria Comissão Europeia tomou conhecimento da gravíssima situação do Grupo Espírito Santo já tinha conhecimento da fragilidade daquela garantia, ou se não tinha conhecimento da fragilidade da garantia tinha conhecimento da fragilidade dos créditos cobertos por essa garantia, os créditos do BESA.

Portanto, ainda mais estranho se torna depois a decisão do Banco de Portugal de colocar as ações que o BES tinha no BESA no «banco mau» e manter os ativos que o BES tinha no BESA, ou melhor os ativos do BESA, no Novo Banco.

Ora, isso pode ter influenciado a forma como foi feita a resolução nesse capítulo e a forma como foi considerada, pelo Banco Nacional de Angola, a decisão de colocar as ações, a participação social no «banco mau».

Assim, pergunto-lhe se pode ter influenciado ou não a decisão de saneamento feita pelo Banco Nacional de Angola ao BESA.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, repare: nas respostas que dei até agora completamente influenciado, como digo, pela minha postura anterior de que eu quando tinha um problema numa jurisdição que não era Portugal, dava-o a conhecer ao nosso Governo. Porquê? Porque acho que é obrigação do Governo, através da diplomacia económica, defender os

interesses portugueses. É uma das funções do nosso Governo e era assim que eu sentia do Governo holandês, do Governo alemão...

Permanentemente, quando eu tinha negócios nesses países, tinha sempre a outra parte a defender os interesses do lado de lá e precisava de ter uma contraparte a defender também os nossos interesses de cá. Portanto, quando eu digo que não concebo que um assunto desta dimensão não tivesse tido uma intervenção política tem que ver com o meu passado profissional.

Eu tinha a preocupação de dar a conhecer aos nossos governantes as situações em que estava envolvido. Eu não sei, neste caso, se alguém teve a preocupação de informar os nossos governantes da garantia soberana emitida por Angola. Eu não faço ideia disso, portanto digo que se as pessoas não sabiam uma pessoa não pode decidir sobre o que não sabe; agora, para mim, se eu estivesse lá nesta situação, eu tinha dado conhecimento imediatamente.

Quando me pergunta se não terá tido implicação, Sr. Deputado, eu não tenho como não ser muito pragmático, como normalmente sou, e digo o seguinte: se um banco tem uma dívida de um mutuário, se faz o provisionamento dessa dívida a 100% e se isso é público, o que é que o mutuário pensa relativamente à dívida que tem perante a entidade mutuante? Que a expectativa de recuperação da mesma já foi assumida que é zero. Depois, depende de como é que a parte devedora entende, e isto tem a ver com a sua própria idiossincrasia e forma de estar na vida, e como é que se vai comportar.

Agora, o que eu achei uma coincidência — e na vida pode haver coincidências, mas enfim, todos nós já temos uma certa idade, eu tenho 63 anos e acredito, mas cada vez menos — é que no dia 4 há uma resolução e no dia 4 tenho o Governador do Banco Nacional de Angola a informar que a garantia soberana tinha sido revogada. No mesmo dia! Não foi um dia depois, nem foi uma semana depois, nem foi um dia antes...! Portanto, digo que há coincidência excessiva, mas pode ter acontecido.

O Sr. Dr. **João Paulo Correia** (PS): — O Banco de Portugal assegurou sempre à administração Vítor Bento, e foi essa uma das condições quando assumiram funções, que estava em aberto, caso fosse necessário, digamos, a salvaguarda do recurso à linha de apoio da troica, do Programa de Assistência Económica e Financeira ao País. Depois, o Banco de Portugal informa que essa porta se fechou, ou seja, decidiu em sentido contrário.

Nunca percebeu se essa decisão foi uma decisão unilateral do Banco de Portugal ou se, conforme lhe foi transmitido na audiência que foi pedida à Ministra das Finanças, Maria Luísa Albuquerque... Pelo menos, sabemos que o Dr. Vítor Bento e o Dr. João Moreira Ratou marcaram presença, e, já agora, também lhe pergunto se marcou presença nessa reunião onde a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças terá dito: «Está fora de hipótese o apoio público direto ou indireto ao BES», por razões que tinham que ver com o receio de que isso afastasse os privados de uma capitalização necessária, se fosse esse o plano da administração do governo do Banco de Portugal.

Quando o Governo se intromete a este nível, leva-nos, obviamente, a perceber que, de facto, uma resolução, que é uma decisão bombástica para o sistema financeiro e para a economia portuguesa, de um banco como o BES, não pode ser uma decisão unicamente da responsabilidade do Banco de Portugal. Não foi uma decisão da administração do BES, da vossa parte não foi, porque já percebemos que não foram tidos nem achados nem para a resolução nem para o capital inicial, mas foi uma decisão do Banco de Portugal, sendo que houve audiências com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, pelo que uma decisão quanto à resolução tinha de ter cobertura política.

Aliás, a Constituição assim o determina e, portanto, aquilo que queremos saber com certeza é o que é que se passou nessa reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, Maria Luísa Albuquerque, relativamente às opções que estavam em cima da mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, quero só dizer-lhe que o seu tempo vai em 9 minutos e 9 segundos.

Sr. Dr. João Honório, faça favor de responder.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, antes de mais as minhas desculpas por não o ter cumprimentado, pois com o entusiasmo de lhe responder não o cumprimentei de início. Peço-lhe as minhas desculpas.

Quando o Sr. Deputado afirmou que o Banco de Portugal nos informou que a porta se fechou, não foi assim que as coisas se passaram, ou seja, nós fomos ter a reunião com o Banco de Portugal e perguntámos: «Como é que é agora? Então, agora é a recapitalização pública?» E o Sr. Governador diz-nos: «Não, isso é uma decisão política, não está na minha mão.»

O Sr. Dr. **João Paulo Correia** (PS): — Pode recordar em que dia é que foi essa reunião?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Foi no mesmo dia em que tivemos a reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças.

O Sr. Dr. **João Paulo Correia** (PS): — Final de julho?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim, sim, claro, Sr. Deputado.

O que me levou até, nessa altura, eventualmente, com menos cerimónia, que eu procuro ter, mas escapou-me um bocadinho nessa altura, a dizer ao Sr. Governador: «Mas quando ligou para minha casa a insistir para que eu aceitasse o convite, o que me disse é que havia a linha de recapitalização pública». Não me contive, sabe?... E o Sr. Governador disse-me: «É uma decisão política.» Então, nós dissemos: «Bem, então, nesse caso

não estamos aqui a fazer nada, temos de ir falar com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças.» Fomos os três falar com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças e na conversa que tivemos para nós foi claro que o Governo não iria tomar nenhuma decisão.

Quando me pergunta se eu acho que estas decisões são tomadas assim eu volto, mais uma vez, à minha vida profissional de 36 anos para dizer o seguinte: não consigo entender que um órgão de administração de uma empresa faça uma afirmação de algo que não está na sua mão sem que o acionista esteja em sintonia. Porquê? Porque se isso acontecer é despedido. Portanto, os acionistas têm a faculdade de nomear e de substituir os administradores e quando o Banco de Portugal à exaustão em todos os comunicados que divulgou escreveu sempre que havia a linha de recapitalização pública para mim, é evidente que, se o escreveu, estava autorizado a fazê-lo, mas isto é para mim.

Pode ter havido, aqui, uma usurpação de poder. Sobre isso só os próprios é que podem responder. Mas, para mim, leitor, que leio uma coisa daquelas, quem escreve é porque sabe que o pode fazer.

Quanto a ter havido ou não ter havido uma intervenção política, digo o seguinte e, agora, é assim: se eu já achava que o tema da garantia soberana de Angola tinha dimensão para ter tido acompanhamento político, o que é que eu hei de achar sobre a resolução de um banco e de um banco que é o Banco Espírito Santo, que é o maior banco privado da economia portuguesa?!

Se um tema destes não motiva e não justifica uma intervenção política, então o que é que é preciso acontecer no País para que haja uma intervenção política?

**O Sr. João Paulo Correia (PS):** — Sim.

As audições anteriores vieram...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Mas é a minha opinião pessoal, atenção!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Muito bem.

Das audições anteriores e de toda a documentação que nos faz chegar o Novo Banco, percebemos que, desde os primeiros dias de vida do Novo Banco, a administração do Novo Banco, a sua administração e a administração posterior, informou o Banco de Portugal, por diversas vezes, de que o Novo Banco se deparava com um conjunto elevado de ativos problemáticos, insuficientemente provisionados, que estavam a causar danos patrimoniais elevados ao Novo Banco.

Sabemos também que esteve em cima da mesa, e era a pretensão do Banco de Portugal, um capital inicial de 5,5 mil milhões de euros e não de 4,9 mil milhões.

O que é que tem a dizer sobre aquilo que conheceu desses ativos e da necessidade de um capital inicial de valor mais elevado?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Para nós, era evidente que o capital era insuficiente.

O Dr. Vítor Bento, ontem, procurou aqui ser exaustivo sobre o tema do capital, mas eu acho que ele se esqueceu de algumas parcelas. E acho que se esqueceu, porquê? Porque se pensarmos que entre agosto de 2014 até à data em que — já nem vou dizer até à data de hoje — o banco é vendido ao Lone Star, pelo menos, de memória, ocorreram as seguintes operações, que se traduziram numa recapitalização do banco: as obrigações que foram transferidas do Novo Banco para o Banco Espírito Santo, cerca de 2000 milhões; a Oak Finance, que foi transferida do Novo Banco para o BES por cerca de 560 milhões; as cartas de conforto à Venezuela, que estavam totalmente provisionadas, mais 263 milhões; depois, temos o excesso de

provisão constituída sobre os créditos ao BESA, que foram 688 milhões que ficaram libertos; e tivemos ainda uma coisa que passou despercebida, é que uma das condições de venda do banco ao Lone Star era a conversão do empréstimo obrigacionista de 500 milhões do Novo Banco em obrigações que contassem para efeitos do rácio *common equity tier 1*.

Ou seja, estamos a falar, no total, em 4,9 mil milhões, adicionando os 1000 milhões de aumento de capital que o Lone Star fez.

O que significa, à sociedade, hoje, para quem tivesse dúvidas relativamente ao passado, que o capital do banco era manifestamente insuficiente face à qualidade dos ativos que lhe foram colocados nos seus livros em função do nível de imparidades. Ou seja, se eu tiver um ativo muito mau, se ele estiver «imparizado» a 100% é neutro em termos de consumo, mas se não estiver, aí já é.

Portanto, para nós, era evidente que o montante do capital era, claramente, insuficiente.

Mais: eu tinha-me apercebido, pelas minhas funções, embora durante um curto espaço de tempo, até porque tinha a responsabilidade da presidência do Conselho Diário Financeiro e de Crédito, que algumas das operações de crédito e de reestruturação que eram apresentadas eram de qualidade duvidosa.

O que é o critério de qualidade duvidosa? De qualidade de que eu, pessoalmente, teria dúvidas de que o cliente, na data do vencimento, teria todas as condições para honrar os seus compromissos. Porquê? Porque, por várias vezes, pedi reformulações de análises, várias vezes disse: «Se não há elementos, peçam balancetes à empresa.»...

Para quem vem do mundo empresarial, é fácil olhar para as demonstrações financeiras de uma empresa, ou mesmo para balancetes, e tirar, se quiser, ali, em menos de 20 minutos, uma ideia, em diagonal, se

aquilo está bom, se está assim-assim, se está mau, ou se está muito mau, ou se há contabilidade criativa.

Os senhores, provavelmente, recordar-se-ão de que, há umas décadas, houve um livro que deu celeuma, no mercado internacional, que era o *Creative Accounting*. Portanto, quem está no mundo empresarial, tem condições de perceber se há *creative accounting* ou não.

Eu percebi que algumas das operações que me passavam eram operações em que, enfim, havia que ter algum cuidado. Não operações novas, mas operações, algumas, de reestruturação, essas sim, e alguns dos mutuários, os senhores sabem, foram referenciados pela imprensa e, portanto, é óbvio que eram operações complexas e que não estavam, nem de perto nem de longe, com o nível de imparidade adequado ao nível de risco que as mesmas tinham.

Portanto, a nossa percepção era de que o banco precisava de um plano de reestruturação, mas para fazer um plano de reestruturação tem de ter capital, ou seja, sem capital não consegue. Porquê? Porque um plano de reestruturação implica alocar capital a um conjunto de iniciativas.

O banco precisava de ter tempo também para, relativamente à sua carteira de ativos não produtivos, se desfazer dela, nomeadamente da carteira de imobiliário. Tinha uma carteira muito grande de imobiliário, alguns projetos, enfim, muito, muito, muito difíceis, onde a perda era quase certa e, portanto...

Ou seja, a reestruturação, o fazer novamente o *streaming* do banco, o fazer uma análise a todo o seu processo de negócio... Repare: a função, a análise e a concessão de crédito precisavam de uma reestruturação profunda. Aliás, se os senhores virem, num anexo que há de estar, seguramente, às atas da comissão executiva, já em 10 de agosto, esse era um dos temas que fazia parte do projeto de reestruturação que queríamos lançar com a McKinsey, de vir a constituir um departamento de crédito.

Portanto, havia ali um conjunto de situações de que, para quem lá estava... Repare: admito que aqui houvesse uma assimetria de informação entre quem estava lá, que éramos nós, e quem não estava lá, embora saibam seguramente que existem, e o Banco de Portugal conhece todas as operações de crédito concedidas pelo sistema, através da central de riscos e responsabilidades — acho que é assim que se chama, se não for, o nome é muito parecido —, em que todos os bancos reportam ao Banco de Portugal todas as operações de crédito com todos os colaterais numa base mensal.

Portanto, o Banco de Portugal sabe, perfeitamente, a variação do crédito concedido de mutuário a mutuário, bem como a variação dos colaterais, concedidos em todo o sistema.

Agora, nós, estando lá, tínhamos uma evidência de como é que as coisas funcionavam que nos permitia ter a certeza, com sete anos de avanço, de que o Novo Banco era uma história que ia acabar muito mal, porque, de duas uma: ou era vendido a alguém, estando nós disponíveis para pagar a quem comprasse, que foi o que aconteceu, praticamente; ou, então, se não era assim, só havia um caminho a seguir, que era dar-lhe tempo, meios e, se não estavam confortáveis com a equipa de gestão, escolher uma com a qual estivessem confortáveis, para conduzir um plano de reestruturação, que nunca demoraria menos de cinco anos a fazer, isso garanto que não.

Aliás, os senhores reparem que, na deliberação, ou melhor, na última carta-compromisso, pelo menos pública, que Portugal mandou para a Comissão Europeia sobre a venda do Novo Banco ao Lone Star, o período de reestruturação vai até 2021. O que significa que, quando nós dizíamos cinco anos, não era nada que quem andasse neste mundo não soubesse.

Se não tínhamos cinco anos, se não tínhamos condições para fazer reestruturação, se não tínhamos capital, ia acabar muitíssimo mal.

Reparem: é como eu estar a vender um apartamento em que a janela não abre, o chão está empoado, as paredes estão cheias de humidade, não

tenho dinheiro para fazer obras no apartamento, mas quero vender o apartamento. Como é que eu o vou vender? A desconto. Porque quem vai lá diz: «Se isto é o que está à vista, que fará o que não está.»

Aqui acresce uma outra coisa: o banco tinha feito um aumento de capital em junho. Então, o banco faz um aumento de capital de 1000 milhões em junho e depois, em 30 de junho — ou melhor, em 30 de julho, mas com base a 30 de junho —, tem prejuízos de 3,6 mil milhões de euros?!

A desconfiança sobre a componente patrimonial, sobretudo, estava instalada. E, portanto, em todas as reuniões que tivemos com o nosso assessor financeiro, o Deutsche Bank, a questão era sempre a mesma: havia interessados e... Aliás, o próprio Citibank também reuniu connosco, e manifestou, até, que estaria na disposição de uma tomada firme de parte importante do capital, subjacente a que: tivesse uma visão clara sobre o tema de Angola, exposição do BES ao BESA; o que é que iria vir do *asset quality review*; e uma *due diligence* às contas, porque, de facto, ninguém entende que haja um prejuízo de 3,6 milhões de euros e que seja inusitado para uma série de gente.

Que ele foi inusitado, foi. mas, a partir do momento em que isto acontece, então tem de se virar — perdoe a expressão — tudo do avesso para que não fique pedra sobre pedra, para se ter uma certeza do que lá está. Aliás, nos termos da auditoria que foi ordenada à PricewaterhouseCoopers (PwC), sobre o balanço de abertura de contas — e eu tive uma parte muito importante na definição do âmbito do trabalho —, estão lá escritas duas coisas fundamentais: uma, é um *full audit* a tudo o que são os subsidiários do Grupo Banco Espírito Santo, que tinham capacidade e originação, ou seja, ESAF, BES Vida, e por a í adiante; outra, é uma análise detalhada a todo o sistema de controlo interno do banco. Isso estava lá. Porquê? Porque eram sistemas de fragilidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, pedia-lhe três respostas telegráficas, se faz favor.

A primeira: alguma vez viu o documento que consubstanciava a garantia soberana?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Vi.

O Sr. **Presidente**: — Sabe se tinha, anexo, algum regulamento?

O Sr. Dr. **José Honório**: — O anexo com os créditos não estava lá, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Outra pergunta, e é a última, da minha parte: sabe quem era a única pessoa que podia fazer a respetiva interpretação?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sim, era o Sr. Presidente da República de Angola.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Dr. José Honório, queria, antes mais, cumprimentá-lo e agradecer-lhe a sua vinda.

Antes de ir diretamente às questões que tinha para colocar, gostava de relembrar alguns elementos do passado, que, acho, são relevantes.

No dia 7 de fevereiro de 2014, a KPMG recomenda a realização de provisões na Espírito Santo Financial Group no valor de 700 milhões de euros.

No dia 14 de fevereiro de 2014, o Banco de Portugal pede um aumento de capital do Banco Espírito Santo.

No dia 20 de maio de 2014, no mesmo dia em que a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) recebe a versão final do relatório da KPMG sobre a exposição ao GES, é aprovado esse aumento de capital.

Do prospeto do aumento de capital consta uma nota desenvolvida da CMVM, dando nota dos riscos de exposição do BES ao GES, mas, mesmo assim, a CMVM aprovou o aumento de capital.

O Sr. Doutor disse que existiram várias reuniões com responsáveis políticos, à época, e até enumerou, aqui, quais é que eram esses responsáveis.

Na sua última inquirição, neste Parlamento, disse que foi entregue, pelo Dr. Ricardo Salgado, um memorando a esses mesmos responsáveis políticos.

Alguma vez viu esse memorando, ou o que é que lá estava escrito?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, antes de mais, boa tarde, para não cometer a indelicadeza que já cometi com outros Srs. Deputados anteriores, de não os cumprimentar.

Sr. Deputado, relativamente aos temas da KPMG, não faço ideia. Não estava lá...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — São factos, eu só enumerei.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Muito bem.

Relativamente ao prospeto do aumento de capital, enfim, também não tenho nada que ver com ele, não sou ouvido nem achado nisso.

Quanto ao memorando, a ideia que tenho — mas, repare, vou fazer apelo à memória — é de que, no carro, porque nós íamos no mesmo carro, o Dr. Ricardo Salgado dizia que tinha preparado um memorando e o que é que o memorando continha.

Aquilo que eu tenho de memória que o Dr. Ricardo Salgado me terá dito era que fazia, ao fim e ao cabo, uma resenha daquilo que tinha sido a importância, no passado, do Grupo Espírito Santo para a economia nacional, para os negócios e para o apoio à República.

Mas isto é tudo muito fluído e não posso ir mais do que isto.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem.

Então não consegue afirmar, de forma perentória, que os responsáveis políticos com os quais reuniu, à data, tivessem tido conhecimento, nessas reuniões, da situação em que o GES se encontrava? Não consegue afirmar isso de forma perentória?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não.

A única coisa que consigo afirmar, nas reuniões em que estive — atenção!, porque, hoje em dia, digo que deve ter havido milhentas reuniões — do que tenho a certeza sobre o que lá dito foi: 7,6 mil milhões.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Relativamente...?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Ao GES. Ao ramo não financeiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — À parte não financeira.

O Sr. Dr. **José Honório**: — À parte não financeira, sim. Disso tenho a certeza.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É muito importante aquilo que disse, porque não estamos a tentar criar uma história, temos de apurar quais são os factos que, efetivamente, aconteceram, à data.

Mas, voltando aqui a uma matéria em que, eventualmente, não terá tido intervenção direta, mas da qual terá ouvido falar.

Na reunião de aprovação das contas, onde não participou, mas a cuja discussão provavelmente assistiu...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não participei em termos de voto, mas assisti à reunião.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Na reunião de aprovação das contas, a determinada altura, surge uma grande questão relacionada com as provisões que estavam a ser feitas.

Qual era a sua opinião, daquilo que ouvia, relativamente às provisões que a KPMG propunha?

E faço-lhe uma segunda pergunta, de imediato: acha que a KPMG, tendo falhado o seu papel, claramente, quer em Angola, quer em território nacional, não terá sido, nesta data, demasiado prudente ou conservadora para emendar o seu comportamento anterior?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, relativamente à primeira questão, sobre se eu achava que as provisões eram excessivas ou não, eu não tenho opinião nem podia ter opinião, porque as provisões eram relativamente a um período em que eu não tinha estado no banco.

Do que eu me recordo é que os representantes do Crédit Agricole — nomeadamente, como sabe, eu tinha colegas no conselho que estão no Crédit Agricole — manifestaram a sua posição, e isso consta da ata do conselho de administração que os senhores, seguramente, têm, de que lhes parecia estar a haver um provisionamento excessivo de alguns *items*.

Isso é o que posso dizer porque assisti ao diálogo de parte a parte. Essa foi, não só, a postura dos administradores do Crédit Agricole, como, creio, alguns colegas meus, portugueses, também disseram a mesma coisa.

Quanto à questão de a KPMG ter falhado, ou não, repare que, infelizmente, a história demonstra-nos que as auditoras não são infalíveis, sobretudo quando se trata de trabalho de natureza policial. Veja: há cerca de dois anos, tivemos um caso que deu brado no mundo, o *Dieseltgate*, em que a Volkswagen, uma empresa com elevadíssimos padrões de *corporate governance* a tudo, teve o problema que teve; recentemente, a Wirecard, na Alemanha, também... Isto significa o quê?! Repare: eu trabalhei com auditores durante muitos anos, porque eu trabalhava em empresas cotadas em bolsa e as contas eram todas auditadas. Os auditores trabalham com o conselho de administração numa base de confiança profissional e institucional, tanto mais que o conselho é obrigado a assinar uma carta em que assume responsabilidade pela veracidade dos documentos que está a colocar para análise dos auditores. Antes de os auditores começarem a trabalhar, o conselho tem de aprovar as contas. Só depois disso é que os auditores começam a trabalhar.

Portanto, a primeira responsabilidade de uma contabilidade que não esteja bem ou que não reflita com veracidade o que lá se passa é do conselho de administração, porque essa é a primeira entidade que tem a responsabilidade de preparar as contas e de as submeter para análise. A quem? Aos auditores e ao conselho fiscal.

Portanto, se as contas, em si, contêm elementos, ou se não são suficientemente claras, não podemos esperar dos auditores um trabalho que eles não podem fazer, porque, aí, já entramos numa investigação de natureza policial.

O sistema pode ser melhorado, para futuro, com o quê? Quando os auditores tiverem chaves de penetração nos sistemas informáticos das

empresas, em que eles possam entrar e em que o nível de acesso fique registado, com a data em que entraram e o que viram, a partir daí... É assim, se a empresa tem informação que não consta do seu sistema, mais uma vez, ninguém consegue lá chegar. Por isso é que há questões do foro criminal, ou seja, se as pessoas quiserem omitir coisas e se não quiserem tê-las tratadas no sistema de informação da empresa, não é possível detetar. Só por denúncia ou por descuido, porque as coisas estão feitas para não serem detetadas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Aliás, se me permite recordar, foi identificada na ESI uma contabilidade criativa, de ativos criados que não existiam e de omissão de passivos.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Oiça, eu não conheço. Disso, o que sei foi o que veio a público.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — À luz do que veio a público e dos resultados da última comissão de inquérito.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, sobre o que vem a público, como vou ficando cada vez mais velho, o que tem umas características positivas e muitas outras menos positivas, permita-me dizer-lhe que em relação às coisas que leio, do pouco que sei, nunca é nada como eu sei; em relação às outras, não sei. O que significa que, para mim, as notícias têm o valor que lhes atribuo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É verdade, mas existiu uma comissão de inquérito neste Parlamento que apurou vários desses factos.

Voltando a uma outra questão, que tem que ver com o BESA, desapareceram 3000 milhões de euros em Angola. O Sr. Doutor já disse que esta questão poderia ser tratada a nível político, pelo que lhe pergunto: não acha estranho que, até hoje, independentemente das reestruturações, da posição com que o Novo Banco veio a ficar no Banco Económico, independentemente disso tudo, sendo esta uma matéria tão relevante — 3000 milhões não são trocos, não é o preço de um café! —, não deveria ter existido já uma investigação criminal sobre ela? Para onde foi este dinheiro?

O Sr. Dr. **José Honório**: — O Sr. Deputado colocou duas questões, perguntou para onde foi o dinheiro e se deveria ter havido uma investigação criminal. Para mim, havia uma dívida e, quanto a essa dívida, foi depois estabelecido um acordo. Portanto, quem estabeleceu o acordo é que poderá explicar por que o estabeleceu, como o estabeleceu e quem o manditou para o efeito.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É verdade o que diz, mas, perante as circunstâncias, são aqueles que detêm uma participação — neste caso o BES, que ficou com a participação do BESA, e, depois, o Novo Banco, com a questão do Banco Económico — ou as autoridades de supervisão que, em função das competências de cada um, devem tomar as suas decisões. Portanto, o acionista toma as suas decisões, mas, depois, as autoridades públicas também as devem tomar, acho eu.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, creio que a linha de mercado monetário interbancário do BES ao BESA ficou sempre no balanço do Novo Banco e, portanto, a revogação da garantia soberana só afetou as contas do BESA locais, não afetou a linha ou o montante de dívida que o Novo Banco tinha registado nas suas contas como sendo-lhe devido pelo BESA.

Quem fez a renegociação das condições do crédito foi o Novo Banco e o Novo Banco era uma entidade pública, porque era detido pelo Fundo de Resolução. Ou seja, só quem, na altura, estava no Novo Banco e fez essa negociação poderá explicar às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados porque o fez, porque foi aquele o resultado, quem o mandatou para o efeito e quem lhe deu cobertura. Não posso dizer mais do que isto.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O grave disto é que existiram créditos, não se sabe a quem nem com que garantias, e dinheiro levantado aos balcões do BESA, em Angola, ou seja, dinheiro levantado ao balcão e associado a esses créditos. Isso nunca foi investigado, mas esse dinheiro desapareceu, efetivamente, e originou todas as consequências que vieram a seguir. Isso é que é grave.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sem tirar nada à gravidade do que diz, queria só precisar que a garantia soberana de Angola cobria o balanço do BESA. Significa isto que, teoricamente, todos os créditos que foram concedidos de uma forma menos cuidada, se assim se pode chamar, pelo BESA... Por isso é que havia essa garantia bancária. Essa garantia bancária não tinha nada de ver com a responsabilidade do BESA perante o BES; era outra coisa.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O resultado consolidado do grupo BES, no primeiro semestre de 2014, registou um valor de 3577 mil milhões de euros negativos e as saídas de recursos, que constam das atas do BES, ascendiam já a 6,1 mil milhões de euros, desde o final de junho, antes da resolução.

O Banco de Portugal deu um prazo de 48 horas para apresentação de um plano de reestruturação, isto é, estávamos em 30 de julho e ele deveria

ser apresentado até ao final do dia 31 de julho. A questão do *franchising* do banco deteriorava-se a cada dia.

Depois de ter existido um aumento de capital poucas semanas antes, acha que, ainda antes da resolução, seria possível promover um novo aumento de capital?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, como imagina, quando contratámos um assessor financeiro, o Deutsche Bank, esse tema também foi discutido. A posição que o Deutsche Bank nos transmitia sobre a matéria era a de que, sendo um tema difícil, não era inultrapassável.

Portanto, o que havia era de responder a três questões, ou seja: ao tema BES/BESA, com clareza; ter uma clarividência sobre o impacto que o AQR (*asset quality review*) poderia ter nas contas do banco; e poder fazer-se uma *due diligence* em relação ao que estava no banco.

Quanto à alternativa, que seriam, por exemplo, os *hedge funds*, estes tinham uma abordagem muito específica e característica desses fundos, que era a de comprar ou de participar com uma margem de segurança muito, muito grande, o que não seria do interesse do banco.

Para que o banco pudesse ter condições para atrair esses investidores, e estamos a falar de uma solução de mercado, precisava de dois a três meses. Aí, quem poderia dar tempo ao banco?! Repare que para o banco continuar, por dois a três meses, precisava de dois medicamentos que não estavam na sua farmácia: um era tempo, o qual só lhe poderia ser dado através de uma afirmação pública inquestionável de que haveria apoio público para o que fosse necessário — um bocadinho como quando o Governador do Banco Central Europeu, quando foi preciso, disse «*whatever it takes*» e salvou o euro —; o outro remédio que não tínhamos na farmácia do banco era liquidez e quem a poderia proporcionar era o Banco de Portugal.

Ou seja, tendo estes dois medicamentos, a administração do banco e o assessor financeiro estavam em condições de desenvolver o seu trabalho, sendo que nunca conseguiríamos ter uma operação de recapitalização antes de dois a três meses, porque era preciso um novo prospeto, era precisa uma *due diligence*... O novo prospeto tinha de ter uma qualidade irrepreensível. Ou seja, é compreensível.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem, muito obrigado.

Relativamente à reestruturação depois da resolução, também já se referiu a esse tema, dizendo que, provavelmente, não seria possível em menos de cinco anos, a McKinsey propunha que se atingissem — aliás, até receberia honorários em função dos resultados que se concretizassem, uma vez que tinha uma *success fee* — resultados operacionais de 10%.

Como é que estes cálculos foram feitos e que matérias estavam envolvidas nesta reestruturação?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, uma reestruturação a cinco anos, porquê? Porque quem tem uma vivência e uma experiência em termos de reestruturação — e estamos a falar de empresas complexas, atenção! — sabe o seguinte: ou a reestruturação é feita com a prata da casa, ou é feita de fora. O que quero dizer com isto? A reestruturação que tínhamos pela frente, a ser feita por nós, com as pessoas da casa, tinha um *timing* e era impossível estar completamente concluída — isto é, entregar aquilo que tínhamos proposto inicialmente — antes de cinco anos.

Porquê? Porque é preciso um ano e meio para analisar tudo o que há para analisar, reestruturar tudo o que há para reestruturar e pôr a casa no seu caminho; depois, o ano seguinte é para evitar que haja retrocessos, porque a natureza humana é assim, as pessoas reagem à mudança, ou seja, inicialmente, as pessoas aderem porque têm de aderir, porque estão

preocupadas, mas depois querem novamente deslocar-se para a zona de conforto e nisto, estamos com dois anos e meio; e, depois, temos outros dois anos e meio para entregar aquilo que constava e que tinha sido cuidadosamente planeado, que era a fase de execução, do *deliver to the market*. Portanto, cinco anos é o mínimo.

Veja-se o que aconteceu em vários casos, na Europa e nos Estados Unidos, de bancos em dificuldades que tiveram intervenção dos poderes públicos. Talvez me recorde do Citibank, que é um caso paradigmático, e do que o Governo norte-americano ganhou. Na Europa, lembro-me do Credit Bank, do Dexter, do ING, do Royal Bank of Scotland, do Lloyds Bank... Ou seja, tudo instituições que tiveram apoios públicos. Porquê? Porque sabe-se que uma reestruturação precisa de tempo, de dinheiro e de uma equipa capaz.

Por isso, os cinco anos eram o mínimo dos mínimos. Aliás, repito que, nos termos da carta-compromisso que Portugal assumiu perante a Comissão Europeia, nos termos da venda do banco ao Lone Star, o período de reestruturação vai até ao final de 2021... E o banco já está em reestruturação desde 2014, atenção! Portanto, veja que quando digo cinco anos já estou a ser um bocadinho... Enfim, a acreditar que iríamos fazer um trabalho notável.

Para ser muito mais rápido do que isto, é possível fazer, mas como? Imaginem que o Novo Banco era vendido, durante o fim de semana, a uma instituição de crédito que era várias vezes o tamanho do Novo Banco e que essa instituição de crédito tinha todos os sistemas de controlo interno definidos e que era copiar e replicar. Mais: imaginem que tinha capacidade de agarrar em 200, 300, 400 ou 500 pessoas e de pô-las cá para assegurar que não havia discussão e que era assim... Ora, isso faz-se entre seis meses a um ano; só que nós não tínhamos esse cenário.

Mas, atenção, comentámos isto com quem de direito e explicámos que a reestruturação poderia ter estes dois caminhos: com a prata da casa, em que

precisaríamos de cinco anos, ou com o banco a ser vendido a uma instituição muito maior, entre seis meses a um ano estaria feito. Porquê? Porque é um rolo compressor. Qual é a desvantagem de um rolo compressor? Quando falamos de um rolo compressor estamos a falar de pessoas que acabam por ser trituradas no processo. Ou seja, não quero qualificar, mas digo que quem tem respeito por quem trabalha — e eu tenho imenso respeito por quem trabalha! — não seria capaz de utilizar a metodologia do rolo compressor.

Nas reestruturações em que estive envolvido toda a gente foi tratada com dignidade, para terem uma história para contar à família quando chegassem a casa, ao final do dia, porque as pessoas não são móveis.

Relativamente à McKinsey, esta auditora trabalhou com o banco num regime completamente inovador, com o qual só tinha trabalhado, pelo menos em Portugal, aliás, dizem que no mundo, com outra entidade nestas condições, que foi comigo, quando eu estive na Portucel. Trabalhava com regime de *malus* e de *success fee*, porque o que estava previsto era...

Quando me pergunta «porquê 10% de retorno sobre os capitais?» Foi definido que esse era o retorno que o mercado de capitais pretendia ver e, portanto, o que teríamos de fazer era partir do fim para o princípio. Ou seja, para chegarmos a este retorno aspiracional, o que é que teríamos de fazer, com a consciência que eu tinha, na altura, de que ao fim de cinco anos não estaríamos lá? Mas estaríamos próximo e, portanto, haveria um desvio entre aquilo que tínhamos prometido a uma série de entidades e a mostrar para o mercado e aquilo que estávamos a atingir, só que já tínhamos uma história de conseguir e de demonstrar que a execução estava a ocorrer conforme previsto.

O que eu disse à McKinsey foi que adoro trabalhar com consultores, adoro que eles fiquem milionários, desde que a empresa onde eu trabalho ganhe muito mais do que eles ganham, e, para isso, não há honorários fixos, há honorários flexíveis que, no limite, podem ser zero. Portanto, o contrato

que fizemos com a McKinsey previa que havia um *baseline* de 100 milhões de euros, sendo que de 100 até zero haveria uma redução dos honorários da McKinsey, em que se fosse zero, era zero; se fosse 50, era metade dos honorários fixos com que eles estavam a contar, porque não tinham variáveis; se fosse entre 100 e 200, havia uma melhoria; se fosse entre 200 e 300 havia uma melhoria ainda maior. Porquê? Porque isso significava que tínhamos conseguido atingir os objetivos a que nos tínhamos proposto, que os tínhamos ultrapassado e num prazo de tempo mais curto.

Então, aí faz sentido que haja uma partilha do resultado, sendo para o consultor um bocadinho muito pequenino e para a entidade que corre o risco um bocadão muito maior, porque o consultor dá um conselho, a gestão executa. No final do dia, o responsável é a gestão e na gestão nunca deve haver a separação entre o privilégio do poder e o fardo da responsabilidade, mas devem estar nas mesmas pessoas. E, portanto, para estar nas mesmas pessoas, é assim que as coisas devem ser feitas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ainda nesse período, a determinada altura, uma das atas do conselho de administração refere-se a esse plano de reestruturação e diz que era necessário desenvolver um plano de implementação de uma gestão integrada para a descontinuação da carteira de ativos problemáticos — isto consta da ata de 14 de agosto de 2014 e julgo que até é uma exposição sua a explicar a proposta da Mckinsey. Que ativos problemáticos eram estes, que já se conheciam na altura?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, o banco tinha uma grande componente imobiliária na sua carteira, resultante de dações em pagamento e resultante, também, de projetos que tinha financiado e que não tinham corrido bem. E essa componente imobiliária justificava-se — em nossa opinião, que foi corroborada pelo consultor — pela praticamente quase

criada unidade de gestão de ativos imobiliários com competências específicas, dada a dimensão desses mesmos ativos.

Havia também créditos em incumprimento, ou seja, havia NPL (*non-performing loan*), claro que havia. E, portanto, nessa altura tínhamos pensado, salvo erro, em quatro grandes grupos: o imobiliário; o dos NPL; as atividades não *core*, ou seja, atividades não principais, porque o banco tinha uma rede internacional extensa e que era preciso analisar detalhadamente a contribuição de cada uma dessas unidades para a formação do resultado do banco, expurgando-o de subsídios cruzados.

Por exemplo, se uma determinada unidade operacional origina uma operação, ganha a comissão de originação, mas se a contabilização é feita no balanço do banco, então, a unidade operacional tem margem, mas quem tem o custo é o banco que faz o *booking*, porque, ao fim e ao cabo, era o banco que fornecia os fundos, em mercado monetário, para que o conjunto de subsidiários funcionasse. Portanto, era preciso descruzar tudo isso para termos uma visão o mais clara e transparente possível para decidirmos, com a informação, o que íamos fazer, porquê e qual o objetivo a atingir.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas nessa data estavam longe de imaginar as imparidades e provisões que o banco viria a reconhecer muito mais tarde.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Claro.

Oiça, Sr. Deputado, a figura que utilizei é aquela que considero a mais violenta, que é mergulhar em várias cataratas diferentes ao longo do dia, todos os dias. E, portanto, veja que o tempo — apesar de todos nós termos o mesmo recurso, que é de 24 horas — naquele caso, ali, era manifestamente escasso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Voltando ao dia 29 ou 30 de julho, era reconhecido ser extremamente difícil concretizar um aumento de capital, depois de já ter existido um aumento de capital de 1045 mil milhões de euros.

Nessa altura, como está referido numa das atas, o Dr. António Souto defende a necessidade de um respaldo financeiro institucional para conter a sangria de recursos do banco. O Dr. Vítor Bento acrescenta que a reação do BCE à divulgação destas contas é também um elemento imprevisível, sendo de rezear que possa assumir aspetos drásticos.

Que aspetos drásticos eram estes, que podiam estar em cima da mesa, da parte do BCE, nesta data?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, deixe-me tentar responder de uma forma que se identifique comigo.

Toda a vida trabalhei — também trabalhei em multinacionais —, mas ultimamente trabalhei em empresas portuguesas, o que significa, sem querer estar a fazer qualquer diferença entre as pessoas, que eu procurava sempre contratar empresas portuguesas como fornecedoras de bens e serviços, contratar quadros portugueses e trabalhadores portugueses em igualdade de circunstâncias. Sempre! Porquê? Porque tenho uma máxima que é a seguinte: se não formos nós a puxar por nós próprios e pelo nosso País, quem o vai fazer? E, portanto, toda a vida fiz isto.

No grupo onde trabalhei, tínhamos uma parte de uma empresa, em que, de facto, quase não se justificava o tempo que ocupávamos em conselho a discutir a empresa, mas eu dizia a mesma coisa: «Nós não perdemos dinheiro. Quantas pessoas trabalham cá?» Enfim, eram umas dezenas; «quantas famílias dependem disto?» Normalmente, multiplicávamos cada pessoa por quatro.

Então, é assim: se não perdemos dinheiro, ocupa-nos tempo de gestão, mas se nós fecharmos, há uma série de pessoas que vão ficar sem uma

história para contar em casa e que vão viver em que condições? Então, se podemos, vamos procurar otimizar a gestão o mais possível, já que não perdemos para ganhar um bocadinho. E dizia também aos meus colegas da comissão executiva: «Reparem que se eu estivesse sentado em Paris, em Londres ou em Nova Iorque, este tema que estamos aqui a discutir demorava 5 minutos e, no fim desse tempo, o problema estava resolvido.»

Quer isto dizer que quando vemos a forma como os bancos portugueses apoiam a economia nacional e como os bancos estrangeiros apoiam a economia nacional, tem tudo que ver com o centro do poder localizado. Quando Portugal passou por um Programa de Assistência Económica e Financeira grave – e senti isso na empresa, embora não tivéssemos dificuldade financeira, mas senti – a certa altura, discutia-se muito a oportunidade de privatizar a Caixa Geral de Depósitos. Fiquei preocupadíssimo com o tema e pensei que, seguramente, há pessoas que não têm a noção do que se está a passar com a economia, para pensarem numa coisa destas!

Antes de 1974 tínhamos dois bancos públicos. o Banco de Fomento Nacional e a Caixa. E a razão pela qual havia o Banco de Fomento e a Caixa era porque os governantes da altura entendiam que era melhor ter dois bancos do que só um para apoiar a economia portuguesa. Porquê? Porque os grandes grupos económicos controlavam os bancos portugueses e o dinheiro poderia chegar ou não às pequenas e médias empresas.

Quando eu estava na Portucel e passámos por esta situação, pensei em fazer, aqui, um caso prático para poder dizer novamente ao Governo aquilo que se passa. Então, pedi à minha área financeira que contactasse todos os bancos estrangeiros com quem a Portucel trabalhava... Os bancos eram imensos, até porque exportávamos para mais de 120 mercados, portanto, pode imaginar. Mas era tudo bancos de primeira ordem. Tínhamos

preocupação com os bancos de primeira ordem e daí a razão da minha preocupação com o banco de transição.

A Portucel, na altura, faturava talvez cerca de 1500 milhões de euros por ano, portanto, por mês eram cerca de 120 milhões, por semana cerca de 30 milhões.... Eu disse: «Peçam 50 milhões de euros» e diz-me o meu colega, que tinha a responsabilidade financeira: «Mas para que é que vou pedir isso se não precisamos?»; respondi-lhe: «Porque te estou a pedir, porque quero poder dizer ao Governo português o que se passa com os bancos estrangeiros e que eles não apoiam a economia portuguesa. Portanto, quero ter uma prova inequívoca e é por isso.» Então, ele disse: «Ok, vamos tratar disso.»

A resposta que veio era a que já sabia. A diferença está no tempo que nós perdemos a explicar, por vezes, aquilo que estamos cansados de saber e que outras pessoas não sabem. E a resposta que veio foi: «A empresa é excelente, mas estamos impedidos, pela nossa casa-mãe, de assumirmos mais riscos sobre Portugal. E como vocês têm os vossos ativos industriais sediados em Portugal, e, independentemente de venderem 95% em mercado internacional, vocês têm um risco muito grande, condicionado pela economia portuguesa e, portanto, nós não podemos emprestar.»

Claro que pedi que chorassem «lágrimas de crocodilo», que se lastimassem, embora não precisássemos do dinheiro para nada, felizmente, porque sempre tivemos uma política muito cautelosa de financiamento do grupo e quando fizemos um plano de investimentos, que executámos, de 1000 milhões de euros, maior do que a Autoeuropa, maior do que qualquer projeto de investimento industrial que em Portugal foi feito, nunca tivemos o mínimo de socorro financeiro.

Então, eu disse ao Governo: «Atenção, que privatizar a Caixa é um erro crasso, porque a Caixa deve ser utilizada como instrumento de política

económica e de desenvolvimento industrial para bem do País, porque os bancos estrangeiros fazem isto.»

Na altura, estava muito em moda os ecossistemas bancários e era muito bom termos um ecossistema mais variado. Eu também tinha trabalhado num banco estrangeiro antes e também sabia as instruções que recebia da casa-mãe. Isto para lhe dizer que era fundamental que houvesse este conhecimento do que estava a acontecer.

Portanto, quando olhamos para o BES e para o Novo Banco e para a importância que tinham na economia portuguesa e no financiamento, isto é muito importante. Agora, que o banco tinha uma carteira de crédito complicada, tinha! Mas, oiça, creio que no relatório da Deloitte, truncado e publicado em 2020, que acabou por circular por todo o lado, é dito umas coisas curiosas: que o rácio de NPL do Novo Banco, à data de 2015/2016, era 33% e de Portugal era 20%, mas, na União Europeia era 6%; depois, em 2017 e 2018, o rácio de NPL do Novo Banco passa, salvo erro, de 33% para 28% e depois de 28% para 25% e o rácio da economia portuguesa também vai baixando.

Agora, é curioso que a intervenção do Banco Central Europeu na supervisão dos bancos portugueses tenha ocorrido em novembro de 2014 e que, até essa data, não tivesse intervindo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Aquilo que depreendo da sua resposta é que quando alguém fala dos aspetos drásticos – e este «alguém» é o Dr. Vítor Bento, que no dia 30 de julho diz que esta não era uma questão tão relevante que devesse ser analisada numa lógica tão emocional e que devíamos ser mais pragmáticos. É isso que depreendo da sua resposta.

No entanto, o Dr. Xavier Musca refere-se ao mesmo tema e menciona a possibilidade de o BCE em, e cito, «Negar ao BES a possibilidade de este se continuar a financiar junto daquela entidade», caso em que, e volto a citar,

«se tornará inevitável uma intervenção estatal.» Portanto, no dia 31 de julho, isto era dito no conselho de administração do BES.

Portanto, não sabíamos que ia existir uma resolução, mas sabíamos que era inevitável, iminente, uma intervenção estatal. Estou a aferir corretamente?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, permita-me só dizer o seguinte: a memória que tenho é de que a resolução ocorreu porque o Banco Central Europeu decidiu que o banco não teria estatuto de contraparte e que não se podia continuar a financiar-se no Euro-sistema – e estamos a falar de cerca de 10 mil milhões – e a alternativa era o Banco de Portugal providenciar essa liquidez através do ELA (*Emergency Liquidity Asset*), ou seja, da linha de apoio de emergência, como aconteceu – e o Dr. Vítor Bento ontem disse isto aqui – nomeadamente na Grécia.

O nosso assessor financeiro Deutsche Bank chamava a isto «bancos zombies», que são os bancos que não têm capital, funcionam com capital abaixo dos mínimos regulamentares. Mas podem funcionar porquê? Porque os respetivos bancos centrais dos países lhes proporcionam a liquidez. Como digo, um banco vai à falência por falta de liquidez; a solvabilidade é uma questão regulamentar. Agora, quando um banco não tem dinheiro para pagar as contas – leia-se, não tem dinheiro para fazer face aos reembolsos dos depósitos – aí é que o banco vai à falência.

Portanto, isto significa que quando o Banco Central Europeu retira ao BES o estatuto de contraparte diz: «Meus caros senhores, os cerca de 10 000 milhões que vocês financiam no Eurossistema acabou.» Então, o que acontece? Ou há apoio público ou, então, o banco central diz: «Não, eu substituo-o e forneço o dinheiro.» E aí teria de haver apoio público.

Como não houve esse apoio nem o Banco de Portugal estava na disposição de emprestar 10 000 milhões. Então, o Banco de Portugal decidiu

aplicar a medida da resolução. E com a aplicação dessa medida, voltou a desbloquear-se outra vez e o Novo Banco teve novamente acesso, como contraparte, ao financiamento do sistema bancário europeu.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O que deduzo da ata de 30 de julho é que, face dos resultados do primeiro semestre, era inevitável e era do conhecimento da administração do Novo Banco que poderia haver uma reação do BCE, que desvalorizou aqui, entendo eu, num sentido mais positivo ou pragmático. Ou seja, vamos encontrar uma solução — corrija-me, se tiver percebido mal —, mas os seus colegas falam aqui que pode haver mesmo uma intervenção do BCE e que ela é inevitável.

Estavam em causa 10 000 milhões do Eurossistema, que estavam colaterizados, portanto, existia uma garantia. Aquilo que lhe pergunto, já agora, é se essa garantia era a 100% ou não.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, relativamente ao Banco Central Europeu, a ideia que tenho destas instituições supranacionais é que são instituições legalistas, que, por vezes... Eu digo assim: como são legalistas e formalistas, não lhes corre o sangue nas veias, no bom sentido da palavra. Ou seja, preocupam-se com o formalismo, com a legalidade e com que tudo esteja como deve ser. Nós, que estamos cá, em Portugal, e no terreno, preocupamo-nos com o nosso País e com os nossos. Portanto, há um nível de preocupação diferente.

Como disse há pouco, quem está sentado muito longe daqui, toma uma decisão com uma frieza que quem está cá não é capaz de a tomar. E, portanto, a preocupação do Banco Central Europeu é a mesma que acho que todos nós devemos ter perante instituições supranacionais, quando temos um problema seriíssimo e que requer um carinho especial ao lidar com o problema. Porque, às vezes, é preciso haver esse carinho, para ver se o paciente recupera, não

vamos matá-lo, mas temos é de ter esse carinho, mas se nos refugiarmos no formalismo, na legalidade, então aí não há nada a fazer.

Todavia, é muito difícil pedir a uma instituição supranacional, que está regulada também por um quadro regulamentar muito exigente que responde a 28 países, que perante o caso *a* ou o caso *b* possa ter um comportamento diferente. Depois, nem todos os países têm o mesmo peso, não é? Como falámos há bocado no Dieselgate, o Dieselgate na Europa ia passar despercebido se não fossem os Estados Unidos; os Estados Unidos é que levantaram o problema do Dieselgate, aí é que a multa foi uma multa pesadíssima, aí é que começaram por haver prisões e depois o caso teve de alastrar para cá.

Portanto, nestas coisas, a dimensão e o tamanho dos países também contam muito não basta só ter a razão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não tenho dúvidas basta ver o que aconteceu ainda muito recentemente com o BCE e o tribunal constitucional alemão, não tenho dúvidas nenhuma daquilo que está a dizer.

O Dr. António Souto, nessa mesma ata, diz que o Governo devia fazer uma declaração formal de apoio ao BES e não ser apenas o Banco de Portugal a fazê-la e o Dr. José Honório concordou, isto porque se duvidava que o banco operasse com normalidade no dia 31.

Portanto, nos dias 30 e 31 sabiam duas coisas: primeiro, que não era possível apresentar um plano de reestruturação em 48 horas; segundo, que no dia 31 o banco estaria numa situação, aliás, já tinham saído 6,1 mil milhões de euros de recursos, absolutamente insustentável ao qual acresciam ainda os 10 000 milhões do BCE. Portanto, alguma coisa teria de acontecer.

Acha que o Governo estaria em condições no dia 31 de julho de dizer: «Nós cobrimos a parada e colocamos o dinheiro que for necessário para segurar isto?»

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, eu nunca fui político, não teria jeito nenhum, seria péssimo, pelo que tive o bom senso de nunca ter pensado nessas coisas, mas permita-me dizer o seguinte, salvaguardando as diferenças: quando Mário Draghi disse *whatever it takes*, ele não pôs dinheiro, mas segurou o euro. Nós, em Portugal, do meu ponto de vista, tivemos uma condução do processo que é bom revisitarmos... Eu acho extremamente importante estas comissões parlamentares de inquérito não no sentido de culpabilizar ou pessoalizar, mas de aprendermos, enquanto País, enquanto instituições, o que é que fizemos menos bem e o que é que temos de fazer melhor para o futuro.

Portanto, aquilo que, para mim, é evidente é o seguinte: nós tivemos bancos concorrentes do BES com campanhas de imprensa, agressivas, contra o Banco Espírito Santo, a procurar captar recursos que saiam do Banco Espírito Santo. O dinheiro que saía, porque isso é fácil de ver através dos sistemas, não saiu para o exterior; o dinheiro saía do Banco Espírito Santo para outros bancos do sistema, e porquê? Porque outros bancos do sistema entenderam desenvolver campanhas comerciais, agressivas, para irem buscar clientes e recursos ao Banco Espírito Santo.

Para que isto não acontecesse o regulador tinha de ter uma intervenção forte e se houvesse uma intervenção no sentido de dizer que o banco teria a liquidez que precisasse para funcionar, isto para e para porquê? Porque os fundos recolhidos em mercado monetário interbancário têm um custo menor do que os custos de depósitos a prazo com que se vai remunerar as pessoas para os atrair de um banco para o outro. A decisão de mudar de um banco para o outro para um particular não é fácil; as pessoas acabam por ter uma relação com a pessoa que está no balcão, com quem trata dos problemas e, portanto, mudar de banco é, falando como homem, como mudar de barbeiro, é difícil, a pessoa não muda de barbeiro com facilidade e, portanto, de banco

é mesma coisa, a pessoa não muda, a não ser que tenha razões muito graves para mudar.

Agora, se eu tenho um banco ao lado credível, que me propõe condições francamente melhores e eu vejo o banco onde eu estou cada vez com notícias piores e não vejo que haja notícias que na minha crença pessoal me salvaguardem, eu, se calhar, mudo enquanto cliente.

Portanto, a saída de liquidez que houve, foi liquidez de clientes de retalho e de empresas preocupadas, até porque, como saberá, o Fundo de Garantia de Depósitos cobre depósitos até 100 000 euros por pessoa e por banco e as empresas, essas, não tinham cobertura nenhuma... Então, o que era preciso evitar, a todo o custo, era um cenário como o que aconteceu em Chipre, em que os depositantes foram chamados.

Assim, aquilo que nós sabíamos, que o nosso assessor financeiro sabia e que nós dávamos a conhecer — falávamos com quem de direito — era que era de todo urgente retirar da cabeça das pessoas que pudesse haver um cenário cipriota, porque isso então é que é o fim. Então, o que era preciso? Era preciso que houvesse uma garantia de quem a pudesse dar e quem a poderia dar só poderia ser com respaldo político de que o banco vai funcionar e o banco está seguro. Não há outra forma.

Isto porque as duas medicinas de que falámos há pouco — liquidez e solvabilidade e honorabilidade. Honorabilidade é o Governo, liquidez é o Banco de Portugal. Quando referiu os 10 mais os seis não era os 10 mais os seis, os seis já faziam parte dos 10, ou seja, é justamente por ser a liquidez que nós tínhamos de ir suprir a saída com o ir buscar dinheiro ao Banco Central Europeu e ao Banco de Portugal. A colateralização eu não tenho presente, mas era para aí 140%, uma coisa deste género... Mas oiça, não tenho presente e, portanto, não tome isto como sendo certo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estávamos a falar de uma quantia semelhante ao valor dos capitais próprios do banco antes da apresentação das contas.

Deixe-me dizer-lhe que, para mim, primeiro, nós não temos qualquer receio do apuramento dos factos, acho que faz todo o sentido — e a experiência é que diz — e a aprendizagem que daqui podemos tirar é muito relevante e, portanto, devemos inquirir os responsáveis à época de todos os factos, e devemos fazer todas as perguntas difíceis sem qualquer constrangimento.

No dia 3 de agosto, numa carta de compromissos que o Governo português, à época, assinou e dirigiu à DG Comp (Direção-Geral da Concorrência) e à Comissão Europeia também, o Governo assumiu o resgate do banco com a medida de resolução. Portanto, o tal «eu cubro a parada» foi a metodologia usada que já foi analisada na Comissão de inquérito anterior.

Para terminar, fazia um último leque de perguntas relativas à Tranquilidade.

No dia 30 de julho o Dr. Joaquim Goes disse: «A Tranquilidade viu o seu valor consideravelmente reduzido face ao inicialmente considerado, 700 milhões de euros em virtude de (...)» e aponta quatro elementos «(...) se ter constatado que os pressupostos do respetivo plano de negócios eram excessivamente agressivos, que o universo de potenciais adquirentes ser reduzido por se terem excluído, por opção, seguradoras concorrentes, por os investidores remanescentes terem apresentado ofertas conservadoras por causa do contexto do GES; e por a Tranquilidade ter adquirido dívida emitida pela Espírito Santo Financial Group.»

Referiu aqui também que foi apresentado um relatório relativamente à venda da Tranquilidade que eu julgo que é o que se refere a todas as propostas que existiram, posso fazer-lho chegar, que eram apresentadas

pelos diversos concorrentes, mas tenho de lhe perguntar o seguinte: são apontados aqui pelo Dr. Joaquim Goes problemas relativamente à avaliação do ETRICC (Exercício Transversal de Revisão da Imparidade da Carteira de Crédito). Quem apresentou este relatório, quem fala destas valorizações da Tranquilidade, que são ajustadas, tendo em conta os múltiplos de mercado, é a administração da Tranquilidade. Quem eram essas pessoas da administração da Tranquilidade? Corrija-me se eu estiver enganado, mas foi o que compreendi da sua intervenção.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Queira terminar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Vou terminar.

Repito, se foram pessoas da Tranquilidade e se elas já estava na Tranquilidade antes de haver mudanças no BES? Não acha que teria sido possível vender fora deste contexto tão apressado a companhia a um melhor preço?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, um pequeno comentário: nós somos todos portugueses e, portanto, posso falar aqui com toda a liberdade, além do mais.

Uma das coisas que nos penaliza muito enquanto País, e enquanto sociedade, é a pessoalização das coisas, é andamos sempre à procura de culpados; quando o que nos devia perseguir era como é que nós melhoramos o processo de decisão para coletivamente conseguirmos atingir o melhor resultado. Isso passa-se nas empresas, vi muito disso, isso passa-se em todo o lado, ou seja, as pessoas, muitas vezes, têm receio de dizer que uma coisa está mal, porque senão vão ser logo apontadas. Sou eu que sou a besta? Não!...

Aquilo que nos ajudava muito, enquanto País, a melhorar bastante era se passássemos a fronteira da pessoalização e nos preocupássemos... Eu parto do princípio eu quem faz mal não faz por querer, eu não conheço ninguém na minha vida, e cruzei-me com muita gente, que tenha feito um erro crasso nas suas funções e que estivesse alegre e contente. Não, quem erra e quem faz mal, na altura decidi, considerando que estava a tomar a melhor decisão ou executou consciente de que estava a fazer o melhor possível, mas, ou não tinha a informação toda, ou por qualquer outra razão o resultado acabou por ser mau.

Isto é muito ingrato e porquê? Porque o resultado só vem mais tarde. Ou seja, a pessoa tem de assumir os ónus da decisão e, depois, demora anos até se perceber que tinha razão. Eu fico muito satisfeito de, ao fim de sete anos, vir demonstrar que nós tínhamos razão, mas enquanto País gostava muito mais de não ter tido razão nenhuma, gostava muito mais de dizer hoje que estava enganado, equivocadíssimo e ainda bem que estava, isso era o que me dava prazer dizer hoje aqui. Portanto, o tema da pessoalização é dizer que se nós conseguirmos com estas comissões parlamentares de inquérito — eu acho que podemos — contribuir para, no conjunto e independentemente da forma como cada um veja os assuntos, um melhor processo de tomada de decisão, com menos custos para o País, era ótimo.

Relativamente à questão da Tranquilidade eu diria o seguinte: aquilo que nos foi apresentado foi: que a avaliação tinha sido feita por dois assessores financeiros, que o acionista Partran tinha escolhido, o BESI e a Deloitte; que essas avaliações, inicialmente até teria havido uma avaliação, salvo erro, de 800 e tal milhões de euros e que depois foi revista para 700 milhões, fruto de uma revisão qualquer, mas que os pressupostos tinham sido dados pela administração de companhia de seguros.

O que nós questionámos, apesar de o mapa ser um mapa bonito, em que apresentava a comparação dos múltiplos de venda pela Caixa Geral de

Depósitos, da Fidelidade à Fosun, comparar muito bem com os números que lá estavam da Fidelidade, nós não percebíamos como é que havia uma discrepância entre 700 milhões e 238 milhões, salvo erro, ou 235, era proposta *non-binding*. Como é que era possível? Então, pedimos que nos explicassem e essa explicação foi dada. Portanto, houve duas pessoas do BESI que foram à comissão executiva do Banco, nomeadamente o Eng.º Paulo Martins e a Dr.ª Leonor Dantas, explicar que tinham feito a avaliação, que as projeções lhes tinham merecido várias reservas e vários comentários, que tinham dado disso conhecimento à comissão executiva da Tranquilidade, que lhes terá dito para manterem aqueles pressupostos, porque eram aqueles pressupostos que tinham sido dados, salvo erro, para efeitos do ETRICC 2 e que, portanto, eram aqueles que estavam em cima da mesa.

Deixe-me dizer-lhe que quando uma entidade contrata alguém para fazer uma avaliação do seu ativo, por vezes as pessoas não estão de acordo e quando não estão de acordo acontece uma, de duas coisas: ou a entidade que faz a avaliação não se sente confortável com as projeções, com o plano de negócio e com a organização que o dono das ações ou da empresa que alienou transmite e diz que não está de acordo e depois aí pode ser consequencial que é «não faz».

Neste caso, o BESI não tinha essa faculdade, porque era detido a 100% pelo BES e fazia parte do GES. Portanto, eu acho que as pessoas fizeram o que podiam fazer, que era transmitir a sua não concordância, ou a sua reserva quanto às projeções.

Portanto, isto poderá explicar o desvio entre a avaliação dos 700 milhões e os 230 e qualquer coisa milhões, sendo que os tais 235, ou 238 milhões comparam em termos de mercado e é irrepreensível porquê? Porque se a Caixa fez uma transação em abril de 2014, estamos a falar no mesmo ano, não estamos a falar há 10 anos ou a cinco, por um múltiplo, que é um múltiplo aceite em mercado, que é o *price* em relação ao *book value*, e se a

proposta *non-binding* está de acordo com esse múltiplo, isso inspira, na parte de quem está a ouvir a apresentação, dois tipos de sentimentos: a avaliação que está desajustada, é óbvio que está desajustada, mas a proposta e o preço que estão em cima da mesa estão de acordo com aquilo que foi uma transação recente e muito significativa, até porque a Fidelidade era, e é, maior empresa do setor, tem uma gestão considerada de excelência e uma prática de mercado de excelência.

Ou seja, estamos a falar do melhor que o mercado tem e, portanto, se isso comparava favoravelmente, para nós, acabados de chegar ,o que era? Era um indício claro e seguro de que «em relação à avaliação vamos esquecer a avaliação, mas isto que aqui está permite-nos continuar a considerar a operação.» Não sei se me fez mais alguma pergunta, Sr. Deputado, desculpe.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Julgo que respondeu, mas deixe-me só fazer uma observação. É só uma observação, eu não faço julgamentos pessoais sobre as pessoas que estavam na Tranquilidade.

Para mim, em termos factuais, e só para explicar a pergunta, é extremamente relevante perceber se as pessoas que estavam na Tranquilidade, que poderiam ter sido as mesmas que decidiram o investimento no GES de 150 milhões, eram as mesmas que, no conselho de administração do Novo Banco, estavam a apresentar a venda.

Eu só queria perceber isso, mas, repito, não é nenhum juízo de valor sobre nenhuma das pessoas que estive antes ou depois.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, eu não consigo responder a isso porque eu não conheço a estrutura.

As pessoas que nos apresentaram isto eram da comissão executiva da Tranquilidade; agora, acredito que esta comissão tenha documentos que lhe

permita cruzar os nomes e ver se essas pessoas estariam ou não também noutras empresas. A isso não consigo responder, não sei.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Muito obrigado, Sr. Dr. José Honório, por todos os esclarecimentos que tem estado a dar ao longo desta tarde.

O Sr. Presidente teve de se ausentar por razões pessoais. Poderá ainda regressar e, visto que o Sr. Vice-Presidente irá intervir, pediu-me que o substituísse, podendo a qualquer momento reassumir suas funções.

Vamos continuar, agora com o Bloco de Esquerda, dando a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Dr. José Honório.

Há três conclusões políticas a que, eu espero, esta Comissão possa chegar: primeira, de que o enquadramento legal e institucional da União Bancária é um desastre contraproducente, porque é uma profecia autorrealizável, porque leva a más decisões políticas, porque coloca as instituições na posição de não ter qualquer solução ou margem de manobra para tomar decisões e que, portanto, tem um único propósito, que é a concentração do sistema bancário — espero que essa seja uma conclusão política desta Comissão, lá chegaremos; segunda, de que a estabilidade financeira é um assunto político que nenhum tecnocrata consegue resolver, e também espero que cheguemos a essa conclusão; terceira, a que aludiu, mas que acho que não vai ser tema desta Comissão de Inquérito, de que não é indiferente ter, ou não ter, bancos nacionais, e, quer queiramos, quer não, ter bancos nacionais, neste momento, em Portugal, implica ter bancos públicos, porque não há capital privado para ter bancos nacionais.

Isso parecem ser três conclusões — enfim, são as minhas, pessoais e políticas —, mas não sei se vamos poder chegar ou caminhar nesse sentido ao longo desta Comissão de inquérito.

Há um conjunto de matérias que foram aqui discutidas, que já foi discutido na anterior Comissão de inquérito, e, na realidade, basta ler a ata da anterior Comissão de inquérito para repararmos que as respostas são as mesmas e não quero voltar a esses temas.

Eu queria ir aos temas pós-resolução e do enquadramento da resolução que nos possam ajudar a explicar, por um lado, que alternativas é que existiam e, por outro, como é que se explica a evolução do Novo Banco depois da resolução e depois das promessas de um banco limpo.

A primeira questão que quero esclarecer é se o Governador do Banco de Portugal lhe disse que poderia usar a linha da troica e se poderia usar a linha de recapitalização, ou se colocou sempre isso como uma possibilidade distante. Ou seja, colocou isso como uma possibilidade real, enfim, de decisão quase administrativa, ou colocou isso como uma possibilidade teórica que poderia, ou não, vir a acontecer?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Antes de mais, boa tarde, Sr. Deputado Duarte Pacheco.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, boa tarde. Obrigado pelas suas perguntas.

Repare, é assim: o Sr. Governador connosco nunca nos deixou margem para dúvidas, porque quando o Sr. Governador me telefonou para minha casa, no dia 10 — a senhora não estava aqui na sala quando eu referi isto —, para insistir e reforçar o convite do Dr. Vítor Bento para que eu aceitasse ir para o conselho de administração do Banco Espírito Santo, eu perguntei-lhe, a certa altura, como é que estava o banco, porque do banco eu sabia zero. E ele disse-me assim: «O banco está bem e tem uma almofada de capital para aquilo que vier a ser necessário.» E fiz-lhe uma outra pergunta que foi: «E

se acontecer alguma coisa de que não está à espera, algo completamente superveniente?». Em gestão, nós trabalhamos com estas coisas, que é «se acontecer?» e, «em função da dimensão, estamos preparados, ou não estamos?» E perguntei-lhe, muito naturalmente e ele disse-me assim: «Não esteja preocupado, porque se isso acontecer temos a linha de recapitalização pública da troica.»

E mais: em todos os comunicados que o Banco de Portugal emitiu, sempre falou na linha de recapitalização pública da troica. Ou seja, para mim... Eu, depois, é que tive curiosidade em ver os comunicados, porque, até lá, eu, até ao dia 9 de julho, estava longe disso... Só quando o Vítor Bento falou comigo, a 9 de julho, à noite, é que eu comecei a pensar no Banco Espírito Santo. Mas disse logo ao Vítor: «Desculpe, mas estou numa fase da minha vida em que não quero nada disso...» Então, no dia 10, após esta conversa, começo a ler coisas. E vi: «Não, isto tudo é o que está escrito. Então, se está escrito é porque é verdade.»

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — No dia 30 de julho, há uma reunião entre o Dr. José Honório e, presumo, o Dr. Moreira Rato e o governador em que é óbvio que vai ser preciso uma recapitalização, privada ou pública, mas de maior dimensão do que aquela que a almofada permitia acomodar, e em que o Sr. Governador, tendo em conta aquilo que já aqui disse, informou-o de que não podia tomar essa decisão e que ela tinha de ser tomada pela Ministra das Finanças.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputada, nós fomos os três.

Primeiro, tivemos uma reunião com o Sr. Governador e dissemos: «Bem, está na altura de uma recapitalização pública.» O Sr. Governador diz: «Não, essa é uma decisão política. Não está ao alcance do Banco de Portugal.» E eu, aí, é como digo, tive uma falta, perdi um bocadinho a

cerimónia e disse-lhe: «Mas não foi isso que me disse.» E ele disse: «Sim, mas é o Estado. É uma decisão política.» Então, nós fomos ter uma reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, os três, e nessa reunião saímos de lá convictos, os três, de que não ia haver uma decisão política.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que é que foi pedido, exatamente, à Ministra?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputada, não foi pedido, exatamente... Ou seja, esses dias eram dias de uma tensão tão grande, tão grande que nós, às tantas, valorizávamos mais umas coisas do que outras. E, portanto, quando eu saí da reunião do Banco de Portugal — apesar de já não ser muito novo nessa altura, pelos vistos, continuava ingénuo —, eu vinha perplexo. Perplexo! Quer dizer: como é que uma coisa destas pode acontecer? Como é que se afirma, como é que se escreve, como é que saem comunicados de uma instituição a dizer uma coisa destas e, quando o problema está em cima da mesa, afinal não é assim?!

Eu, na minha vida de gestor, nunca passei por isto! Portanto, para mim, era tudo novo. E, quando fomos para a reunião, quem fez as despesas da conversa, perdoe a expressão, foi o Vítor — o Dr. Vítor Bento é que fez as despesas da conversa — e eu ainda estava com a minha cabeça a mil, a pensar em tudo isto... O maior banco privado do sistema, claramente conhecido como o banco das empresas, não tínhamos muitos bancos em Portugal com carinho pela economia nacional, porque, de facto, é preciso ter carinho, porque nós temos uma acumulação de capital parca, a maioria das nossas empresas são pequenas e se nós, hoje, formos ver a estrutura de capital acionista das principais empresas a operar em Portugal, acho que é motivo de preocupação, mas isso sou eu que acho e, portanto, acho que nós devíamos pugnar um bocadinho melhor pelo País que temos e pelo que queremos ser

amanhã ou do que não queremos ser. Portanto, isto enquadra-se em termos de bancos públicos, mas não só.

Portanto, para mim, eu achava que a forma como o assunto estava a ser tratado era, lá está, de uma forma legalista, uma forma muito formal, mas eu digo assim: «Falta aqui um bocadinho de coração, falta aqui um bocadinho de sangue no meio disto». Sangue no bom sentido, quer dizer, o sangue que nos corre nas veias, quer dizer, nós sentimos afinidade com as coisas.

Portanto, quando fomos ter a reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra, eu ia com atenção, lá está, mas foi o Dr. Vítor Bento, até porque era o presidente do conselho, atenção, e tinha essa responsabilidade acrescida, que colocou o assunto e, portanto, a ideia que tenho é de que, para nós, foi inequívoco quando saímos lá de que não iria haver recapitalização pública.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E foram discutidas com a Ministra as alternativas e qual seria a consequência de não haver recapitalização pública, nomeadamente uma resolução, uma liquidação?

O Sr. Dr. **José Honório**: — O tema de resolução foi um tema que nunca foi falado. Ou seja, nós ouvimos essa palavra pela primeira vez no dia 1 ao final da tarde, eram 8 horas e tal.

Portanto, até lá, nunca tínhamos ouvido falar sobre esse tema da resolução. A liquidação... Ou seja, nós saímos do gabinete... Eu vou falar por mim: eu saí da reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças a dizer assim: «Bem, alguma coisa há de acontecer; agora, o quê, não sabemos, porque não é normal.» Ou seja, não é normal nós entrarmos e sairmos como entrámos. A que é que eu chamo entrar e sair? Se eu for falar com alguém, com uma questão ou uma dúvida, e sair sem resposta ou sair com um «nim», para mim, eu saio como entrei, fiquei na mesma, ou seja, não progredi no meu nível de conhecimento.

Portanto, eu, o que senti— como seguramente perceberam, sou um bocadinho pragmático e frontal — foi que tinha entrado conforme saí. «Agora, isto vai ficar assim? Não pode!» E não podia porquê? Porque o banco no dia 31 e nos dias seguintes tinha de operar. Agora, o que é que acontecer? Não fazíamos a mínima ideia. Viemos a saber mais tarde, como toda a gente soube, que o tema da revolução era um tema que já estava a ser tratado desde há alguns dias antes, com equipas conjuntas, etc., mas nós não sabíamos nada disso. Isso, soube, depois, pela imprensa, pelo *Expresso*, talvez, só em 2015 ou 2014, no final.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas foi discutido algum cenário alternativo com a ministra?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada, de que tenha memória, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto porque, no dia 29 de julho, o Banco de Portugal diz ao BES «apresentem um plano de recapitalização privada em 48 horas.» O BES sabe que isso é impossível. Aliás, enfim, é um pró-forma e, a meio desse prazo de 48 horas... Quer dizer, quem diz «apresentem um plano em 48 horas», diz «ou alguma coisa acontece». Se não, não é um pedido vinculativo, digamos assim, não é?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Essa segunda parte não houve. Ou seja, houve só a primeira.

Eu recordo-me — cada um reage como reage — que quando li aquela carta comecei a rir-me, ou seja, tive uma expressão de sorriso, não foi a rir, mas de sorriso: «Isto é impossível. Porque é que eles pedem uma coisa que é impossível?» Lá está: há formalismos que tem de ser percorridos e,

portanto, nós entendemos que era um formalismo. Nós vínhamos, já há vários dias, a conversar com o assessor financeiro que tínhamos nomeado, em consonância com o Banco de Portugal, o Deutsche Bank, para trabalhar connosco numa vertente de otimizar o balanço e de soluções de recapitalização. Porquê? Porque, mesmo que o banco tivesse 2000 milhões de prejuízo, era muito! Ou seja, o banco tinha de ficar com folga de capital.

Uma empresa para funcionar tem de ter folga de capital, se não, não consegue, se não anda permanentemente ali, ou seja, a evitar tomar decisões porque não pode. E um banco não pode estar nessa situação. Portanto, entendemos aquilo...

O Banco de Portugal sabia das conversas que tínhamos tido, e já tinha tínhamos tido, até, algumas conversas conjuntas, até me recordo de um dia com o vice-governador e com o Deutsche Bank, por telefone, sobre os vários cenários possíveis de aumentos de capital — era um assunto que andávamos a estudar — e o assessor financeiro, o Deutsche Bank, foi muito claro: é possível, temos várias partes interessadas nisso, cada uma com o seu perfil, mas para conduzirmos a solução que melhor protege o banco, que é uma solução de mercado, precisamos de dois a três meses para fazer um prospeto impecável, ou seja, que seja irrepreensível, que possamos ter clareza sobre a questão da exposição do BES ao BESA, o *asset quality review*, que impacto podia ou não ter e uma *due diligence*, porque era difícil de entender que o banco tivesse feito um aumento de capital em junho de 1000 milhões e estivesse a 30 de julho com contas a 30 de junho com 3,6 mil milhões de prejuízo. Ou seja, alguma coisa...

Portanto, é evidente que haveria interesses no mercado, se as pessoas queriam perceber. Isso foi-nos dito pelo Deutsche Bank, foi-nos dito pela Goldman Sachs, foi nos dito pelo Citibank, foi nos dito pelo BTG Pactual... Há mais entidades que falaram connosco. E o Deutsche Bank disse-nos: «Para que isto tudo seja possível, há três condições que são fundamentais:

primeiro, retirar da cabeça de toda a gente um cenário cipriota, isso, não pode acontecer. Ninguém pode ter dúvidas de que os seus depósitos estão garantidos.

Eu vim do mundo empresarial: eu não conseguia falar com as empresas para manter os seus depósitos no banco, porque as empresas sabiam, como eu sabia, que não tinham qualquer nível de garantia sobre os depósitos que lá tinham. Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, uma empresa que tenha lá no banco 20, 30, 40, 100 ou 150 milhões não vai ficar sem eles! O que é que faz? Muda!

Portanto, o não ter uma garantia de que os depósitos estavam salvaguardados, seja para empresas, seja para particulares, o que é que acelera? Uma saída de recursos sem precedentes.

Portanto, Deutsche Bank disse: «É fundamental que haja uma intervenção pública fortíssima para dizer às pessoas que não há solução cipriota. Os depósitos estão garantidos. Todos, seja qual for montante e seja perante quem quer que seja.»

Segunda questão: precisamos, agora, de tempo e precisamos de dinheiro. Tempo, porquê? Porque esta operação demora dois a três meses. Podemos tentar acelerar o mais possível, mas menos de dois meses não é possível. E, portanto, quem é que dá tempo? É o Governo.

Terceira questão: precisamos de dinheiro. Quem é que dá dinheiro? É o Banco de Portugal através da liquidez. E dizia o Deutsche Bank que convinha ter presente que vários países passaram por esta situação, e dava o caso dos gregos com bancos zombies, que eram bancos que funcionaram meses com ratios de capital muito abaixo do mínimo legal de solvabilidade, mas que eram suportados pelo banco central dos respetivos países. Portanto, havia solução para isto.

Agora, o que é que pode fazer a gestão? A gestão e o assessor financeiro podem trabalhar e fazer tudo para que haja um bom prospeto, uma boa *due diligence*, uma boa preparação de operação e de comunicação ao mercado,

mas precisam de tempo e de liquidez. E isso não estava ao nosso alcance ter, porque nós víamos que... Na imprensa, houve uma vez uma notícia, que foi capa do *Correio da Manhã*, de que o banco iria ser liquidado. Ora, estas coisas têm de ser paradas. É a estabilidade do sistema financeiro que está em causa, é uma coisa muito séria! Quando falamos na confiança das pessoas, a confiança é uma coisa muito subjetiva: cada um de nós tem, para si, o que é que é o grau de confiança que tem, e não é igual para todos.

Portanto, tem de haver aqui informações inequívocas de quem pode, como a do Mario Draghi: *whatever it takes*.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A diretiva de recuperação e resolução bancária é o contrário do *whatever it takes*, porque é precisamente a ameaça que impende, permanentemente, sobre os bancos. Mas essa é outra questão. Aliás, nessa altura, o que é mais impossível compreender é que a diretiva não era vinculativa. Portugal fez uma antecipação...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... e adotou, para si, um quadro legal que não era obrigatório.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Exatamente, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E acho que isso também é uma conclusão que, eventualmente, poderemos ter.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Repare, mais: o único banco que foi resolvido foi o Banco Popular, num fim de semana, para o Banco Santander, em 2017. Não houve mais nada.

Ora, se cá tivéssemos feito a mesma coisa, num fim de semana, era tranquilo. O que não dá é manter um paciente nos cuidados intensivos sem os medicamentos, sem os equipamentos, sem nada que o mantenha para uma recuperação.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tenho outra dúvida, que é a seguinte: quando voltaram do Gabinete da Ministra das Finanças, informaram o Governador de que a hipótese teórica da recapitalização pública era, afinal, uma impossibilidade?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, diria que, seguramente, o Dr. Vítor Bento fez isso, porque era responsabilidade dele, ele era o primeiro responsável do banco, portanto, essas coisas eram claramente do pelouro dele. E tenho a certeza, pela pessoa que é e que eu conheço, de que não iria ficar com uma informação dessas sem a comunicar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto isto, porque, no dia 30, à noite, o Banco de Portugal volta a fazer um comunicado onde essa informação volta a aparecer, ou seja, que está disponível uma linha de recapitalização. E isto acontece, ou em simultâneo, ou até mesmo em fase posterior a essa reunião em que essa questão é clarificada.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Como compreenderá, não tenho condição para responder a essa pergunta.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem.

Já aqui se falou do projeto dessa equipa de gestão que acabou por não ser o projeto que veio a realizar-se. A minha dúvida é o que fez o Banco de Portugal mudar tão rapidamente de agulha e passar da possibilidade de

considerar um projeto mais a longo prazo para uma venda a ocorrer ainda em 2014 ou em 2015, com a contratação do assessor financeiro em 2014.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós começámos por ter o projeto, que rapidamente se foi transformando numa tarefa — ou seja, deixou de ser um projeto para ser uma tarefa —, mas uma tarefa impossível, porque não tínhamos condições para realizar a tarefa, se é que ela nos era pedida. Portanto, isso é um dado.

Quero acreditar, e acredito, aliás, que este processo foi um processo de aprendizagem muito penoso para todas as partes envolvidas, e continua a ser muito penoso, porque acredito que todas as partes, no momento, tomaram a decisão que consideraram ser a melhor decisão, com a informação que tinham e com o conhecimento que tinham do mundo. Porquê? Porque, na minha vida profissional, nunca me cruzei com ninguém que tivesse gosto em tomar más decisões ou executar mal, isso nunca me aconteceu — e trabalhei 36 anos.

Portanto, para mim, isto foi uma coisa nova, nunca tinha sido feita. Provavelmente, eram muitas pessoas imbuídas de voluntarismo, de que «vamos conseguir fazer, vai ser inovador e vai correr bem».

Falámos, há pouco, de um caso, quando havia imensa gente neste País a pensar que era fundamental termos bancos estrangeiros, em Portugal, para ajudar a economia portuguesa. Ora, isto não tem ponta por onde se lhe pegue, é de quem não tem a mínima noção do que é o nosso tecido empresarial e de como funcionam os bancos, e quando o centro de decisão não está cá.

É que também penso de uma forma relativamente a uma coisa que esteja ao pé de mim ou no meu País, mas penso de uma forma diferente se for uma coisa a 4000, 5000 ou 10 000 km de distância. Porquê? O distanciamento pesa nas decisões? Claro que pesa! Somos humanos, não somos máquinas! Essas coisas passam-se mesmo assim. E a gestão, no meio

de tudo isto, também tem muito de humanismo e de humanidade — e, aliás, deve ter.

Acredito, acredito mesmo, que todas as decisões foram tomadas por todas as pessoas, convencidas, no quadro legal que tinham, com o conhecimento que tinham e com o conhecimento do mundo que tinham, de que estavam a tomar a melhor decisão.

Depois, a evolução futura o que é que veio demonstrar? Veio demonstrar que, infelizmente — e digo isto com muito pesar —, que nós tínhamos razão com sete anos de antecedência. Mas isso acontece em muitas organizações, o ter razão antes de tempo é tão grave como não ter.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Compreendo. Mas a minha pergunta é um pouco mais precisa.

Gostaria de saber por que razão o Banco de Portugal, que tinha embarcado, alinhado, percebido ou compreendido as vantagens de ter mais tempo para a reestruturação do banco, decide a venda do banco em 2014.

O Sr. Dr. **José Honório**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada fez uma afirmação que desconheço. O Banco de Portugal decidiu a venda do banco? Isso, não sei.

O que sei, e aquilo que foi público, é que nos comunicaram que o banco deveria ser vendido no prazo mais célere possível. Isso foi-nos dito. Vender o banco, no estado em que estava, no prazo mais célere possível, era estar disponível para, simultaneamente com o banco, entregar um cheque muito grande a quem o comprava, era pagar a alguém para ficar com o banco. Aliás, a deliberação da União Europeia sobre a venda do Novo Banco ao Lone Star — e os Srs. Deputados leram-na seguramente — é elucidativa sobre o que lá está escrito.

Pergunta-me: mas porque é que não se vendeu em 2015, porque, nessa altura, havia quem pagasse mesmo? Não sei, não cabe a mim responder.

Agora, quanto mais tempo se demorasse a tomar a decisão de vender o banco, isso era um prejuízo de probabilidade certa, não era de probabilidade incerta — era certa, certíssima. E nós, conscientes disso, dissemo-lo. Agora, lá está, não adianta três pessoas terem razão, se todo o resto acha que não têm razão nenhuma.

Portanto, se a senhora está perante uma muralha gigantesca, em que diz o que pensa, mas toda a gente que ouve acha «não, não, não é nada assim», não consegue. Foi o que se passou connosco e, portanto, só tínhamos um caminho a seguir que foi aquele que fizemos. E que entrassem pessoas que acreditassem, que se sentissem confortáveis e que conduzissem o processo. Foi isso que decidimos fazer.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há um outro tema que já abordámos aqui e que tem a ver com a parca capitalização do banco, logo no início. A primeira gestão do Novo Banco teve de lidar com um capital muito reduzido. Depois, ele veio a aumentar por vários ajustamentos e operações. Mas nessas semanas em que comunicaram ao Banco de Portugal a descapitalização do banco, qual foi a resposta do Banco de Portugal? Foi a de que não era possível aumentar o capital, que havia um limite, enfim, que se tinham esgotado as possibilidades financeiras de uma injeção pública? Esse tema, de haver um reforço de uma injeção pública, foi abordado?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quero abordar uma questão, antes de responder à sua questão.

Durante o tempo todo em que lá estivemos, enquanto decorria este processo, nunca tivemos acesso aos compromissos confidenciais que o Governo português assinou com a DG Comp. Portanto, mesmo os compromissos que não eram confidenciais, soubemo-los por acaso, pois

pedimo-los e foram-nos dados. Mas, quanto aos compromissos confidenciais, nunca soubemos o que é que diziam.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E pediram esses compromissos?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E nunca...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Nunca! Portanto, veja o que é gerir uma empresa em que se assume compromissos confidenciais sobre a empresa em que a pessoa que é responsável não sabe que compromissos foram assumidos. Portanto, compromissos confidenciais, nunca soubemos — primeira questão.

A segunda questão, quanto ao tema do capital parco, claro que demos conhecimento do capital parco, desde o princípio. Porquê? Porque pedimos ao nosso departamento de planeamento e contabilidade, que era a única entidade no banco habilitada a fazer as contas e que estava em diálogo permanente com o Banco de Portugal, para, em função do perímetro dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão que o Novo Banco tinha recebido, nos poder dizer como é que nós estávamos. E era evidente — e nós demos conhecimento disso ao Fundo de Resolução e ao Banco de Portugal — que o capital era exíguo.

Vimos a saber, mais tarde — e creio que isso foi aqui dito também pelo Vice-Governador Pedro Duarte Neves —, que uma das condições da resolução era que o banco de transição fosse constituído com um nível de capital mínimo e que, mesmo assim, o Banco de Portugal tinha posto um pouco a mais, o que nós não conseguíamos encontrar nas contas. Aliás, há uma apresentação feita pelo departamento de planeamento e contabilidade

ao conselho, em que diz que não consegue encontrar esses valores, mas que o Banco de Portugal o refere.

Ou seja, há aqui uma questão, que é esta: do ponto de vista de legalidade, hoje, pelo que se sabe — e nós, na altura, sabíamos zero disto, Sr.<sup>a</sup> Deputada —, o Fundo de Resolução ou o Banco de Portugal, ao dotar o banco com os 4,9 mil milhões de euros, terá colocado pelo mínimo, de acordo com os ativos que foram colocados no balanço do banco — e, quando se diz ativos, leia-se «valor líquido contabilístico dos ativos», porque eles podiam ser muitos, mas se tivessem «imparizados», não havia problema nenhum.

Portanto, face à qualidade do balanço do banco, em termos de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão, o banco estava fortemente subcapitalizado. Mais: não basta mesmo só a qualidade dos ativos, é também muito importante a capacidade de esses ativos gerarem proveitos. É que se eu tiver um ativo, uma garrafa de água que me gera zero no final do dia, no final do mês e no final do ano, ela consome capital, pesa no balanço e o proveito que tenho é zero. Portanto, não é só a qualidade, não é só o nível de aprovisionamento; é a capacidade de os ativos serem reprodutíveis, isto é, poderem ser utilizados num processo económico e gerarem riqueza.

Portanto, o banco tinha uma estrutura pesada e, face a isso, nós dissemos à exaustão... E se me pergunta que resposta é que tivemos, respondo-lhe que não tivemos resposta. A resposta que tivemos é a que está nos estatutos do Novo Banco e é a de que a política de gestão do conselho de administração deve pautar-se por preservar o nível de capital do banco — ponto final! Ora, um banco que precisava de ser reestruturado, um banco que precisava de ser desalavancado, um banco que precisava de proceder à venda de unidades não críticas, mas que consumiam recursos em termos de capital, que eram pesadas no balanço porque não geravam recursos, que precisava

de limpar a carteira e não tinha capital, é a mesma coisa que, por exemplo, um amigo meu convidar-me para irmos andar a pé, mas eu tenho de ir com uma mochila às costas com 20 kg de pedras e ele vai sem nada. E ele diz-me: «Ó Zé vamos fazer 15 km a pé». E eu respondo-lhe: «Eh pá, com a mochila, não sei se consigo!» Ao que ele me responde: «Tens de conseguir!»

Ora, era isso que nós tínhamos: tínhamos uma mochila com pedras e nunca podíamos tirá-las de lá. Mas tínhamos de competir com todos os outros no sistema. E, mais, tínhamos de competir em igualdade de circunstâncias, porque, também nos termos dos estatutos do Novo Banco, é claro que a política de concessão de crédito e a política de operações de ativos do banco tem de estar de acordo com a média do mercado. Só que nós tínhamos o lastro às costas e por isso é que era uma tarefa impossível.

Repare, o que nos desgastou, e desgastou a mim, não foi o trabalho. O trabalho é giríssimo: ter uma coisa difícil pela frente dá um gozo monumental, sobretudo quando a pessoa está consciente de onde é que está, qual é o caminho que vai traçar, como é que vai lá chegar e, quando tem uma evidência clara ou uma crença muito profunda, através de todo o processo metodológico e analítico, de que vai lá chegar. Isso dá um gozo monumental. Porquê? Porque é o prazer de conseguir fazer uma coisa.

Agora, quando não tem condições, sabe o que deve fazer, mas não o pode fazer, sabe como é que deve fazer, mas não o pode fazer, e, depois, ainda tem de contar uma história para motivar as pessoas que trabalham consigo, quando sabe de antemão que a situação é muito complicada, a certa altura, está numa situação que já não é ter que optar entre omitir ou mentir, é ter que mentir mesmo com todos os dentes que tem na boca. Agora, isso, talvez haja quem o faça! Eu não sou capaz de o fazer.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Que o Novo Banco era uma armadilha, está a tornar-se muito claro.

Queria só esclarecer uma coisa. Disse-nos aqui — e isto é importante, porque, que eu tenha memória, também não temos esse documento — que, logo no momento da resolução, há uma carta compromisso entre o Governo e a DG Comp, de que não tiveram conhecimento.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Nós tivemos conhecimento de que havia alguns compromissos. E fui eu que tive conhecimento, porque, numa troca de *e-mails* com advogados — aqueles *e-mails* que parecem quase um testamento, porque vêm encadeados uns nos outros —, li um primeiro, mas, depois, como eram muitos, decidi ler de cima para baixo. E quando chego cá em baixo e leio «compromissos», questionei-me: «Mas que compromissos são estes? Nunca ouvi falar disto!» E perguntei ao Vítor: «Ó Vítor, tu tens conhecimento disto?!» E ele respondeu: «Também não faço ideia». E aí, eu disse-lhe: «Então, informa-te lá!» Ele era o presidente do banco. E, portanto, ele foi tentar saber o que eram os «compromissos». Mais tarde, fomos sabendo dos compromissos, daqueles que foram públicos, mas nunca conseguimos, até hoje, ter acesso aos compromissos confidenciais. Apesar de os nossos advogados terem insistido até à exaustão, nunca tivemos acesso a isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Também é estranho que nós tenhamos reiteradamente pedido correspondência entre o Governo e o Novo Banco e não tenhamos nenhuma evidência, nem dos compromissos, nem do pedido por parte da administração do Novo Banco destes compromissos. De facto, só podemos saber o que sabemos, não podemos saber o que não sabemos.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quero fazer-lhe uma última pergunta.

Falou-nos aqui também de uma questão que está por esclarecer e que tem a ver com o seguinte: quando se limpa o balanço do BES, retiram-se os ativos mais problemáticos que dizem respeito ao GES, mas toda a carteira de crédito, exceto um ou outro ajustamento, fica intacta. Disse-nos aqui que, uma coisa, é ter um ativo e, outra, é ter um ativo que tem um proveito associado.

A ideia que temos — e também já o referiu aqui — é que havia um conjunto de ativos e de créditos que estavam simplesmente a ser reestruturados para poderem permanecer no balanço sem ser assumida uma perda, mas que não estavam a dar nenhum rendimento porque estavam a ser prorrogados sistematicamente.

Em agosto de 2014, havia a noção de que, no balanço do Novo Banco, estavam créditos que, por força das reestruturações, não estavam identificados como perdas, mas que também não eram rentáveis para o banco?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, permita-me que lhe responda de uma forma indireta e direta.

A forma indireta é a seguinte: creio que toda a gente, em Portugal, terá visto o relatório truncado da Deloitte, referente a 2020, que tem lá um *slide*, onde diz que o rácio de NPL do Novo Banco, em 2015, era 33%, em 2016, era 33%, em 2017, era 28% e, em 2018, era 22%.

Mas diz, mais, que, relativamente a Portugal, portanto, ao sistema bancário nacional, em 2015, era 20%, em 2016, era 20%, em 2017, era 15% e, em 2018, era 10%. E que, na média da União Europeia, em 2015, era 6%, em 2016, era 5%, em 2017, era 4% e, em 2018, era 3%.

Acho que isto responde à sua pergunta, ou seja, isto era uma prática do sistema bancário. Caso contrário, como é que explicamos a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, como é que explicamos as sucessivas recapitalizações do BCP, como é que explicamos a situação que se passou no BES/Novo Banco? E, repare, estamos a falar de situações muito mais antigas.

É evidente que, em Portugal, havia uma prática no sistema bancário em que a empresa estava em incumprimento, mas, porque se acredita que ela está a passar um momento mau e vai ser capaz de ultrapassar esta conjuntura, concedemos e fazemos uma renovação e, muitas vezes, a renovação era de um montante suficiente para a empresa pagar as responsabilidades do empréstimo que se vencia amanhã ou depois de amanhã. Por isso, o empurrar dessas situações é que justifica que a economia portuguesa, como um todo, tivesse o rácio de NPL que tinha. Portanto, isto não era uma coisa só de um banco.

Depois, há um momento diferente, a partir de novembro de 2014, em que o Banco Central Europeu assume a supervisão dos principais bancos portugueses.

Nós temos de tentar perceber que um sistema financeiro é tanto mais robusto quanto a economia que lhe está subjacente. Ou seja, se estivermos num país em que há uma boa base de capital, em que as empresas estão bem capitalizadas, em que o país tem uma base sólida, seja no setor primário, seja no secundário, seja no terciário, então o sistema financeiro é sólido. Claro que é! Porquê? Porque é o reflexo disso tudo. Isto significa que tudo o que acontece de menos bom ou de bom na economia acaba por ir parar ao sistema financeiro.

Ainda não há muito tempo — e peço que não levem a mal o que vou dizer agora, nesta Casa, porque esta é uma casa política —, ouvimos vários partidos políticos e fações dizerem que a banca tem de ajudar as empresas.

Ora, não podemos ter um discurso num dia a dizer que a banca vai ajudar as empresas, sem precisar em que é que isso se traduz, e no outro dia dizer que a banca ajudou demais e agora tem NPL na carteira.

O que um banco tem de gerir é o risco. E quando um banco vai para além daquilo que seria prudente ao conceder o risco, ou porque acredita na gestão...

A concessão de crédito — conheço-a bem — tem uma componente técnica muito importante e tem outra componente igualmente importante, que é a de conhecer as pessoas, a de ser capaz de ir a uma empresa e perceber como é que ela está a funcionar, como é o *layout* do sistema produtivo, como é toda a limpeza dentro da organização, qual é o diálogo que as pessoas têm, como é que as pessoas estão organizadas — isso é tão importante quanto a análise técnica. Porquê? Porque se se quiser enganar a análise técnica, não é impossível.

Já expliquei aqui, referindo alguns livros, sendo os mais paradigmáticos o *Accounting for Growth* e o *Creative Accounting*. Ou seja, há uma forma de procurar enganar o sistema... E, por cada pessoa séria, se calhar, há outra menos séria. Por isso, temos de ter um processo de análise e de concessão de crédito que avalie através de um processo muito bem detalhado, com segregação de funções, com responsabilidades claras e com uma análise técnica rigorosa, a par de um conhecimento do que se está a passar, porque, se assim não for, as coisas passam-nos ao lado.

Ora, quando vemos que este é o panorama da economia nacional, o que é que constatamos? Constatamos que houve uma prática generalizada dos bancos de apoiar as empresas portuguesas, dir-se-á, para além do razoável. Sim, para aquilo que está hoje, é para além do razoável, mas, na altura, se calhar... E nós, sempre que as empresas e queixam — e as empresas queixarem-se é normal, aliás, nós vivemos num País em que toda a gente se queixa e quem não se queixa tem receio de ficar para trás, porque não se

queixou. Portanto, dizia, quando as empresas se queixam, há logo a tendência para dizer: «Pois é, os bancos têm de emprestar dinheiro.» Só que os bancos emprestam dinheiro que não é deles; a banca é um negócio que funciona com um rácio de capital de 13% ou 14%. Não conheço outra atividade económica que, com estes rácios de capital, consiga ser financiada por qualquer banco. Mas os bancos conseguem. Porquê? Pela confiança que as pessoas têm no sistema e que têm no sistema bancário nacional.

Portanto, quando olhamos para a questão dos NPL, acho que não podemos ter uma análise fria, como teria a DG Comp, mas temos de ter uma análise fria, misturada com o coração e com a componente do conhecimento que temos do nosso País. Se não, teríamos de acreditar na incompetência coletiva e teríamos de concluir, porque não havia outra hipótese, que todos estes rácios de NPL é porque em Portugal somos todos incompetentes. Ora, isso não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O meu tempo está a terminar, mas deixe-me só tentar enquadrar esta questão.

É óbvio que houve uma gestão de NPL e que essa gestão não foi só da parte dos bancos; houve uma gestão política de NPL. O Banco de Portugal durante muito tempo preferiu que não se registassem NPL, porque isso iria significar a necessidade de recapitalização de uma boa parte do sistema bancário português, e depois entra o Banco Central Europeu com a política homicida sobre NPL, em que tem de se registar tudo imediatamente, o que faz com que os bancos sejam empurrados para resoluções e para problemas acrescidos. Esta gestão política — porque é política — por parte dos supervisores, que têm os seus interesses, condicionou muito toda a banca portuguesa.

Mas há uma outra questão subjacente a esta, que é a questão do balanço do Novo Banco. E a pergunta que faço é se era ou não era conhecimento da

gestão e do próprio Banco de Portugal que, no balanço do Novo Banco, estava um conjunto de exposições que, não sendo reconhecidas naquele momento, iriam ter que ser reconhecidas a tempo, porque eram exposições que não eram viáveis. Há muitos casos desses... Não estamos a falar apenas deste; olhamos para casos muito conhecidos, como o da Ongoing, que é o mais conhecido, e são casos que, em 2014, a empresa estava falida há dois ou três anos, tinha EBIT (*Earnings Before Interest and Taxes*) negativo há dois ou três anos e, portanto, não havia nenhuma expectativa de recuperação mas, ainda assim, estava «imparizada», acho que, na altura, a 50% ou 60%.

Por isso, a minha dúvida é se já havia a noção, nesse momento, de qual era a real situação do balanço, apesar de não haver vontade ou de não haver capacidade, diria, para registar aquelas perdas.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, conceda-me alguma inteligência, pelo seguinte: o caso da Ongoing, por exemplo, foi um caso em que falei com o Banco de Portugal, porque era evidente que a Ongoing devia estar «imparizada» a 100%.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada diz que não foi só esse caso e que houve mais casos. Lá está, quando conhece alguma coisa dos temas, a pessoa não precisa de muitas semanas nem de muitos meses para olhar e perceber se aquilo tem pernas para andar ou não tem pernas para andar. Mas há restrições de capital e, por isso, as coisas têm de ser feitas com os recursos que se tem. Portanto, que havia consciência de que as coisas não estavam completamente bem, só podia haver, não podia haver outra.

Agora, tudo isso tem consequências em cadeia. Porque, repare: para fazer imparidades, eu tenho de ter capital. Se não tenho capital, não posso. Se não posso, lá está!... Se me convidar para ir passear consigo, tenho de ir com o saco de pedras às costas. E diz-me assim: «Mas nunca mais se despacha?!». Ao que respondo: «Eu estou a tentar!». E diz-me: «Mas ande

lá mais depressa. Vai tão devagar!... Estou-me borrifando para as pedras que leva às costas. Apressse lá o passo!». Portanto, esta é a realidade, não é? Nós tínhamos sempre, neste caso, não era um saco de pedras, era uma pedreira. Tínhamos uma pedreira às costas que fazia com que a passada que pudéssemos fazer fosse muito lenta.

Voltando ao caso do relatório truncado da Deloitte, por que é que a Deloitte diz que, entre 4 de agosto de 2014 e 31 de dezembro de 2018, a carteira de créditos conhecidos do Novo Banco aumentou 2,5 mil milhões de euros? Agora, repare, então por que é que, quando continuamos a ir ao relatório da Deloitte, não achamos estranho que só em 2017 e 2018...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras da Oradora.*

O Sr. Dr. **José Honório**: — Claro!

E só em 2017 é que houve redução dos NPL. Por que via? Pela via da alienação e pela via do *write-off*. E em 2018 a mesma coisa.

Agora, por que é que só no relatório do Novo Banco de 2018 é que estão explicitados os critérios para fazer um *write-off* nas políticas de gestão, e até lá nunca esteve? Num critério de boa gestão é que deve estar. Isso faz parte do centro de controlo interno.

E ainda vou mais longe, Sr.<sup>a</sup> Deputada: o banco teve as contas de abertura auditadas, o banco teve as contas sempre auditadas e, no final, eu vou vender o Novo Banco ao Lone Star e vendo 75% por «zero», com o compromisso de lá porem 1000 milhões?! Então, alguma coisa não está certa: ou as contas para trás estavam todas erradas e alguém se enganou a emitir pareceres... E quando digo alguém, digo gente que sabe o que está a fazer, quer do conselho fiscal quer da sociedade revisora de contas. E isso nunca foi questionado?! Só se questiona o valor por que é vendido?!

Outra coisa: a primeira responsabilidade não é de quem audita as contas, é de quem as apresenta. A primeira responsabilidade numa empresa é a do conselho de administração, que submete as contas ao conselho fiscal e ao auditor externo. Essa é a primeira responsabilidade, porque, nos próprios termos da carta que os administradores têm de assinar, está lá escrito isso mesmo, ou seja, que aceitam a responsabilidade por isso. Até porque, repare, nenhum membro do conselho fiscal e nenhum revisor oficial de contas vai ver a contabilidade de uma empresa, se não tiver primeiro uma carta de responsabilidade do conselho a dizer que atesta que aquelas contas correspondem à melhor informação que têm e que são verídicas.

Repare. o conselho também pode estar enganado. Pode não saber tudo! Agora, a primeira responsabilidade, estatutariamente, é do conselho de administração. Ou seja, não podemos, de repente, andar a dizer que é o «policia ali da esquina», coitado, que não viu o que estava a acontecer...! Esse não tem culpa nenhuma!

Portanto, há aqui um processo, há um culminar de coisas que eu digo assim: o que é fundamental é...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Peço desculpa por interrompê-lo, só queria precisar, porque é importante para as conclusões.

A conclusão que tiraria, do que está a dizer, e não é porque é coincidente com a minha pré-conclusão, é que houve uma política definida do Novo Banco — e eu acrescento, com o conhecimento do Banco de Portugal e dos auditores — para não haver registo de perdas até haver capital para poder haver registo de perdas.

É esta a conclusão que estou a tirar daquilo que me está a dizer.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu penso que não podemos tirar outra conclusão, ou seja, sem poder dizer que é essa, eu não consigo tirar outra que não essa.

Veja, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o Banco de Portugal recebe de todas as instituições do sistema informação sobre todas as operações de crédito concedidas a todos os mutuários, bem como a informação de todos os colaterais, e tem uma central de riscos e responsabilidades onde isso está tudo registado, a que várias entidades têm acesso. Ou seja, se eu quiser saber as minhas responsabilidades no sistema financeiro, posso saber através dessa central.

Portanto, essa central tem tudo o que se passa sobre a vida de nós todos, de uma forma anónima, só o próprio é que tem acesso, mas as instituições do sistema têm acesso em termos consolidados. Ou seja, se eu for uma instituição de crédito do sistema e quiser saber quanto é que a empresa *xpto* deve ao sistema, ou que responsabilidades é que tem, eu sei. Não sei quem é a instituição que lhe concedeu ou que assumiu o risco, mas sei o montante agregado disso tudo, de garantias, de financiamentos, de colaterais. Sei isso tudo! Porquê? Porque essa informação está lá. É para isso que ela existe e ainda bem que existe.

Portanto, eu diria que o Banco de Portugal tem conhecimento da situação financeira do País,. De toda! Claro que tem de ter!

Se eu estivesse na administração do Novo Banco depois de setembro, se eu tivesse aceitado ficar, então eu tinha de estar de acordo com tudo isto. Porque a pessoa quando vê uma coisa e não está de acordo só tem uma destas opções: ou diz que não está de acordo e pede para mudar e as pessoas mudam; ou, se diz que não está de acordo e fica, fica numa situação em que ninguém entende; ou então vai embora. Não há outra opção!

Agora, se eu tivesse lá ficado, tinha de perceber que, não tendo capital, o que é que eu fazia? Eu tinha uma obrigação estatutária, que, salvo erro, é o artigo 17.º dos Estatutos do Novo Banco, que diz que o conselho de

administração tem de preservar o nível de capital do banco. Portanto, essa é estatutária, e eu não posso fugir.

Depois, imagine, tenho uma empresa que tem um crédito de 50 milhões de euros e que se vencem juros depois de amanhã. Essa empresa está numa situação muito complicada, mas em que o empresário conta. Isto porque os empresários, vamos lá ver, ainda bem que acreditam no futuro, porque se não isto iria muito mal... Às vezes, as pessoas só conseguem ver claro quando têm distanciamento. Quando estão próximas, não conseguem. Temos inúmeros casos de empresas que vão à falência, porque perdeu-se o distanciamento, quem lá está perdeu o distanciamento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras da Oradora.*

O Sr. Dr. **José Honório**: — Claro! Claro que sim, e era conhecido e tem vários contornos.

E depois é assim, repare, quando estive no banco encontrei uma situação muito engraçada em que, às vezes, apareciam-me aqueles casos em que eu, só de olhar...

Eu muitas vezes pedia as contas da empresa para ver e diziam-me: «Mas quer ver as contas?» E eu respondia: «Quero, quero. Traga-me as contas que eu quero ver!» Isto porque, normalmente, não iam as contas da empresa; ia a análise do comercial e a opinião do risco. E eu dizia: «Eu quero ver as contas!» E depois dizia: «Desculpe lá, estas contas não estão bem!» E diziam-me: «Mas não estão bem onde, Sr. Doutor?» E eu: «Aqui, aqui e aqui... Vocês viram isto?» Resposta: «Não!» Ao que eu dizia: «Então, devolvam isto ao risco e peçam para pedir ao cliente elementos sobre isto, isto e isto!» Oiça, porque a pessoa, quando tem experiência de uma determinada coisa, olha e vê logo.

Depois, quando vinham com operações para reestruturação, eu perguntava assim: «Desculpe lá, mas quanto é que custa executar?» E respondiam: «Ah, isso não sei!» E eu dizia: «Então, mas por que é que, quando analisamos uma operação de reestruturação, não vem logo a informação com as duas componentes: reestruturar custa tanto e deve ser feita por isto; não reestruturar, executa-se e custa tanto. E custa tanto em quê? Em termos de capital, em termos de liquidez, etc.». E ouvia: «Ah, mas isso nunca foi pedido!» E eu dizia: «Mas devia ser!»

Porque para eu decidir, repare, quando vejo uma empresa que está a balões de oxigénio, que é o termo, e que tem uma operação de reestruturação, eu, enquanto estou, tenho de ter uma opção, que é: ou lhe concedo mais oxigénio, e para isso tenho de ver o que mais ou menos faz sentido; ou então, por uma análise do custo de oportunidade, digo assim: «Bem, apesar de lhe estar a conceder um balão de oxigénio, no consolidado, eu fico melhor do que se não conceder». Mas eu tenho de ser capaz de ver isso tudo. E a alternativa última é executar e, se eu executar, quanto é que me custa. Se não tem capital, essa possibilidade deixou de a ter. Portanto, se deixou de a ter, o que é que faz?

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Sr. Doutor, vou dar-lhe um pequeno exemplo.

Os Srs. Deputados fazem aqui um enorme esforço de síntese para, num tempo limitado, conseguirem fazer o maior número possível de perguntas. Por isso, têm o tal tempo limite. O Sr. Doutor também tem! E o seu tempo para responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua era de 11 minutos e usou 34 minutos.

Sr. Doutor, quero que se mantenha perfeitamente à vontade para responder como entender. Só lhe peço um pequeno esforço de síntese nas suas respostas, o que lhe agradeço muito.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Presidente, muito obrigado pelo seu comentário. Garanto-lhe que vou ser muito mais sintético daqui para a frente. Agora, o que não quero é que fiquem com alguma dúvida, ou com alguma pergunta, ou que sintam que me estou a esquivar a responder às questões.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Doutor, ninguém aqui tem esse sentimento, de certeza.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, de facto, esta audição já vai longa e, portanto, mesmo em prejuízo de poder demorar menos tempo nas respostas às minhas perguntas, por indicação do Sr. Presidente, há aqui algumas questões que gostava de colocar, embora também muito já tenha sido dito e respondido.

Sobre a questão da hipótese de uma recapitalização pública, quando aceitou o convite para ir para o Novo Banco, de alguma forma, tinha a expectativa de que essa era uma possibilidade.

Ficámos também a saber que, em determinado momento, por parte do governador do Banco de Portugal, foi-lhe dito que essa hipótese era uma decisão política e, portanto, apenas nesse âmbito de entidades governativas, do Governo da altura, é que poderia ser tomada essa decisão.

Por isso, o senhor, o Sr. Vítor Bento e demais membros da administração, reuniram com a Ministra das Finanças para colocar essa hipótese em cima da mesa e sabemos o resultado, ou seja, não houve nenhuma recapitalização pública, não se foi por esse caminho.

A minha primeira pergunta é se, além do argumento de que não se faz uma recapitalização pública porque não acreditamos que o Estado deva gerir bancos, apesar de gerir o maior, mas, digamos assim, além da posição

ideológica do Governo PSD/CDS, houve mais algum motivo que tenha sido alegado para não se fazer essa capitalização pública.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Ó Sr. Deputado, não houve motivo nenhum. Ou seja, estou convencido de que o Sr. Governador acreditava firmemente que a recapitalização pública era possível, porque, senão, de outra forma, não se conseguem entender os comunicados. E, portanto, ele acreditava firmemente nessa hipótese, porque se não acreditasse, também não nos teria dito.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas eu pergunto é o seguinte: por parte do Governo, qual foi o argumento para não avançar com essa decisão, que tinha de ser necessariamente política? Além do argumento de «porque nós não acreditamos que o Estado deva gerir bancos», houve mais algum argumento?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não creio, sequer, que esse argumento de que o Estado não deve gerir bancos tenha sido pronunciado, porque, como diz – e muito bem – o Estado é o último responsável pela Caixa e pela estratégia da Caixa Geral de Depósitos. Portanto, não acredito nisso.

Eu estava na sala, quem teve essa conversa foi o Dr. Vítor Bento e acredito que a resposta tenha sido do género de não vemos que... Foi uma resposta que, não sendo afirmativa, que não o foi, não nos deixou concluir de uma forma diferente. Eu sei que é difícil perceber isto, porque também tenho dificuldade em explicar, mas é daquelas conversas em que a outra pessoa não diz, preto no branco — e não há aqui nenhuma questão de racismo —, mas a resposta que dá é suficientemente clara para induzir que isto não vai acontecer.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, claramente, o Governo exclui e nem sequer usa o argumento de que uma recapitalização pública poderia ter mais custos do que qualquer outra solução.

Eu já lhe digo porque lhe faço esta pergunta e a junto também a outra pergunta, que é a seguinte: a partir deste momento, aquilo que é dito aos portugueses é que vai haver uma resolução do banco sem custos para os contribuintes. É esta a mensagem que passa! Porquê? Porque vamos fazer uma separação de um «banco bom» de um «banco mau»; no «banco bom» ficam os bons ativos; e o «banco mau» custa-nos 4,9 mil milhões, que, por acaso, é o valor total que temos no fundo de resolução com os fundos soberanos da troica.

Portanto, é esta a argumentação política que justifica esta posição do Governo. Pergunto-lhe se a questão dos custos não foi argumentada, porque nós, hoje, aquilo que sabemos é que os 4,9 mil milhões não chegavam para resolver e para solucionar o banco. E o senhor, com certeza, que teria também essa perceção, porque estava lá dentro e conhecia as contas.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, repare numa coisa, que é o seguinte: às vezes, as pessoas laboram um bocadinho naquilo que gostariam que acontecesse e saem da realidade.

Quando hoje, durante a minha intervenção, referi que é uma utopia completa pensar que os bancos estrangeiros vão apoiar a economia portuguesa quando isto estiver complicado, é a mesma coisa de uma pessoa que tem muitos amigos, só sabe os amigos que tem quando está numa dificuldade; enquanto não está, tem amigos em todo o lado, mas quando precisa, precisa, aí, sim, começa a contá-los pelos dedos das mãos e sobram dedos.

Portanto, quem pensava e defendia que era fundamental diversificar o ecossistema do sistema bancário nacional e trazer bancos estrangeiros,

porque os bancos portugueses estavam a fechar-se ou estavam a financiar a economia, creio que quem dizia isto acreditava, mas o facto de acreditar não quer dizer que esteja certo. Eu posso acreditar em coisas completamente utópicas e não ter essa percepção.

Portanto, pensar que se fazia uma resolução de um banco como o Banco Espírito Santo, sem custos para os contribuintes, digo assim: «não vejo como isso é possível». Mas isso, repare, tem que ver com o conhecimento que cada um tem das situações e com aquilo que projeta como pode vir a ser.

Portanto, para mim, era inequívoco que isso não ia acontecer, porque de uma forma ou de outra, formal ou informal, acabamos todos por pagar a conta. Essa é que é a realidade, não é?!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Exato. E estamos a pagá-la. E é uma conta que começa, precisamente, nesse momento, quando se diz — como já a temos classificado e sem medo das palavras — que é uma fraude política, porque se disse que era possível essa resolução sem custos, ou tornou-se implícito ao dizer que se estava a separar o «banco bom» do «banco mau», dizendo que com esses 4,9 mil milhões resolvíamos os problemas, porque estes, supostamente, estariam todos no «banco mau.»

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, não consigo acompanhá-lo na expressão «fraude política», porque, para mim, uma fraude é quando alguém sabe que vai fazer uma coisa errada e fá-la. Eu digo que acredito em todas as entidades — e não estou a personalizar — que tomaram decisões neste processo, tomaram-nas convencidos que estavam a fazer o melhor possível em benefício do País e com o supra interesse nacional presente. Acredito nisso!

Agora, apesar de acreditar nisso, a decisão pode ter sido má ou boa.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Foi má!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Hoje constatamos que foi uma má decisão para toda a gente. Para mim, na altura, era óbvio que foi uma má decisão. Para mim, na altura, era óbvio que prescindir de um banco que tinha uma marca, que tinha um valor colossal, que tinha um valor de uma franquía e de clientes fiéis, que tinha uma força comercial de gente muito dedicada e conhecida por estar sempre próximo do cliente, abdicar disso tudo e criar uma instituição sem marca — nós pudemos-lhe a marca, mas não tinha nenhum *pedigree* anterior —, uma instituição montada sobre pedras, sem capital, sem poder trabalhar... Digo assim: «Mas quanto é que se destrói só nesta decisão?»

Esta é a minha visão. Poderá perguntar-me: «Mas estava certo ou errado?» Eu estava convencido, na altura, que estava certo. Gostava, na altura e hoje, de dizer que estava erradíssimo, mas, infelizmente, não estava. Agora, tivemos razão com sete anos de antecedência?! Tivemos, para nós era óbvio. Era óbvio, mas éramos os únicos!

Repare: não houve ninguém, na altura, nem comentadores políticos, de que lado fosse, que pensasse que nós tínhamos razão ou sequer que aderisse ou que discutisse, porque, às vezes as pessoas bloqueiam... Imagine que eu possa ter uma opinião muito diferente da sua num determinado aspeto, mas se eu não tiver disponível para discuti-la consigo, ouvir os seus argumentos e se o senhor não ouvir os meus, então, não aprendemos nada! Chegamos ao final do dia virados de costas e cada um convencido de que tem razão.

Ora, o que acho que houve neste caso foi que havia tantas convicções e tão fortes da esmagadora maioria da sociedade civil e não só, que aquilo que três fulanos diziam não fazia qualquer sentido e o assunto nem sequer foi discutido.

Repare: no dia 26 de agosto, numa reunião com o ex-governador do Banco de Portugal, o Dr. Vítor Bento e eu — não tenho a certeza se o Dr. Moreira Rato estava ou não — entregámos um documento que se chamava *Lançar as bases de sucesso para o Novo Banco*, que nunca foi discutido nem nunca tivemos resposta sobre ele. Os senhores devem ter tido acesso a esse documento. Nós nunca tivemos resposta. Porquê? Porque, lá está, a minha convicção, hoje e na altura, era que achavam que nós não tínhamos razão nenhuma no que dizíamos e estavam convencidos que estavam a seguir o bom caminho.

Portanto, eu não qualifico isso de fraude, atenção! Quando uma pessoa toma uma má decisão, não pode ser culpada dessa má decisão do ponto de vista do impacto que ela tem. Aliás, no Código das Sociedades Comerciais, ninguém é penalizado, nem despedido nem preso por uma má decisão; agora, por fraude, sim. Por isso lhe digo que por fraude não consigo acompanhá-lo, porque estou convencido de que toda a gente decidiu... Oiça, quando olho para as pessoas que compunham o Governo e o Banco de Portugal, é gente de bem, atenção! Não estamos a falar de pessoas que não sejam pessoas de bem. São de bem, são pessoas de carácter! Agora, se tomaram uma má decisão, eu acho que tomaram, mas tomaram com o melhor conhecimento que...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Doutor, deixe-me interrompê-lo por uma razão muito simples, que é a seguinte: nós sabíamos, toda a gente sabia, na altura, que havia um passivo na *holding* internacional do grupo de 12 000 milhões.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Essa nunca ouvi!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas havia esse passivo e, portanto, como na altura o PCP também afirmou, era necessário um controlo público. Era essa a nossa posição e continuamos a achar que sim, porque a verdade é que estamos a gastar o mesmo que talvez gastaríamos com essa solução, mas, no final, o banco não é nosso.

Este é que é o problema, ou seja, na solução que foi sendo construída, temos um banco que foi, na mesma, pago com o dinheiro dos contribuintes e que, no final, é um banco privado e, muito possivelmente, será integrado num grande grupo internacional bancário, como disse, com a sua sede e com as decisões fora do País.

Portanto, parece-nos óbvio que se essa era a informação que nós próprios tínhamos na comissão de inquérito anterior, claro que o Governo também teria essa informação.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, volto a afirmar que, para mim, as pessoas que eu conhecia no Governo e no Banco de Portugal, pessoas de bem, com carácter, e que tomaram a decisão que julgavam a que melhor defendia os interesses nacionais.

Quando hoje concluímos que essa decisão foi errada, digo que é pena, considero-a uma má decisão e, na altura, disse-o também, ou seja, não estou a dizer nada, agora, que não tenha dito na altura.

Agora, repare bem, quando aceitamos aplicar a diretiva da resolução que não estava em vigor — e como a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua chamou a atenção que só entrou em vigor muito mais tarde —, a própria Comissão Europeia, num dos documentos sobre ajudas de Estado, diz que a decisão de aplicar a medida de resolução foi uma decisão exclusiva das autoridades portuguesas. Está lá escrito! Isto para desfazer algum equívoco de que a medida de resolução poderá ter sido imposta pela Europa. Não! Está lá escrito que não foi; foi uma decisão das autoridades portuguesas.

Mas, a partir do momento em que decidimos, ficamos obrigados e compartimentados num quadro regulamentar. E, portanto, esse quadro regulamentar faz com quê? Uma coisa insólita, que é termos um acionista com 25% do capital, mas que não pode exercer o direito de voto, porque aceitou não exercer esse direito; temos um acionista com 25% do capital, que aceitou três coisas: aceitou um mecanismo de capital contingente, que pode ir até, salvo erro, 1000 milhões de euros; que se o Novo Banco não tiver sucesso na colocação de 400 milhões de euros de obrigações para o *Core tier 2*, teria de ser o Fundo de Resolução a suprir isso; e, finalmente, um *backstop*, em que se o Novo Banco vier com os rácios de capitais abaixo dos mínimos legais, se o novo acionista – leia-se Lone Star – não quiser participar no aumento de capital, o Governo de Portugal obriga-se, sem limite, a pôr lá o dinheiro. É isto que está na deliberação.

Ora, nós aceitamos isso tudo, porque aderimos a esse mecanismo. E depois, pagamos a conta – agora, numa linguagem mais popular – mas que quinhoamos em 25% do resultado e, durante o processo, não temos direito a exercer o direito de voto nem a tomar decisões importantes. Nunca vi isto em parte nenhuma nem em negócio nenhum! Se me convidassem para ser acionista de alguma coisa com 25% e suportar isto, eu dizia assim: «Desculpe, está a passar-me um atestado de menoridade ou, então, de liliputiano mental.» Só pode ser uma das duas coisas, não é?!

Repare: a partir do momento em que o regulamento é aquele e se adere, aí já não há fuga. É aquilo! Quando me pergunta se não seria melhor termos ficado com o problema e com o proveito dos nossos lados. Para mim, pessoalmente, a resposta óbvia é sim!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Muito bem.

Então, queria passar para outra parte.

É inevitável repetirmos algumas questões que foram sendo colocadas a outros membros do conselho de administração da mesma altura, e começo pela questão da garantia pública angolana.

Para nós, nessa questão, ainda não está claro porque é que não se foi atrás desta garantia pública, porque se havia tanta confiança... E já referiu aqui que o Sr. Governador do Banco de Portugal estava plenamente convencido de que aquela garantia era válida, tanto é que no dia 18 de julho de 2014, depois de contactos que teve com o Banco Nacional de Angola, disse, na Assembleia da República, que não haveria impactos do BESA sobre o BES. Portanto, é porque havia confiança.

Então, se há tanta confiança nesta garantia, por que razão se colocam as ações do BESA no «banco mau», dando o pretexto para a revogação, no mesmo dia, da garantia pública angolana? Ainda não conseguimos perceber.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, a garantia pública angolana era uma garantia ao balanço do BESA; não era uma garantia ao BES. Era ao balanço do BESA.

Quando, no dia 4 de agosto, o Governador do Banco Nacional de Angola — isso está numa notícia do *Jornal de Negócios*, portanto, presumo que foi lá que obtive a informação, que é acedível — vem dizer que, fruto da ação de recapitalização que foi feita ao BESA, a garantia bancária é revogada... A decisão de revogar a garantia bancária, o Governador do BNA tomou-a, dizendo porquê: porque tinham feito a recapitalização do BESA.

O que há aqui, que é um pequeno detalhe, que convém ter presente? É que a recapitalização do BESA foi, *grosso modo*, no montante de 2000 milhões de euros à taxa de câmbio da época e a garantia soberana ao BESA era mais do dobro disto. Mas, a partir do momento em que o Banco Nacional de Angola chama a si, porque chamou, a resolução do problema do BESA, o BESA ficou com o problema resolvido, porque ficou capitalizado. Mais: o

BNA nomeou administradores provisórios para o BESA e passou a gerir o BESA.

A garantia bancária, a partir do momento em que... Neste caso, as ações ficaram no BES, nem sequer ficaram no Novo Banco; o que ficou no Novo Banco foi, ao fim e ao cabo, a dívida proveniente do mercado monetário interbancário. Essa garantia soberana nunca foi uma garantia ao BES, nem ao balanço do BES. Nunca! Foi sempre ao BESA!

Quando o crédito é colocado nas contas do Novo Banco totalmente provisionado, eu digo assim: «Se uma instituição de crédito tem um crédito sobre o Sr. José — digo ‘Sr. José’ porque me chamo José e assim não há problema nenhum — e resolve provisionar o crédito pela totalidade, o que é que está a dizer ao Sr. José?» Estou a dizer que não acredito que ele lhe vá pagar. É o que está a dizer, ainda para mais se o disser publicamente, porque, se não o disser publicamente, isto passa.

Portanto, a mensagem que passou, quanto a mim — mas, repito, é uma apreciação pessoal —, ao provisionar pela totalidade o crédito que o BES tinha sobre o BESA, acho que isto deve ser visto por uma dupla perspetiva: uma, de que — e agora vou fazer um juízo de valor, que não tenho base para suportar — o Fundo de Resolução não acreditava que o crédito não fosse pago, portanto, ao provisioná-lo, quando fosse pago, libertava a provisão e era mais um reforço de capital para o Novo Banco.

Esta é uma leitura benigna e acho que é uma leitura possível de ser feita. Ou seja, acho que — estou a dizer «acho, acho, acho», é tudo pessoal, nada factual — nunca passou pela cabeça do Banco de Portugal que o crédito não seria reembolsado. Portanto, ao provisioná-lo pela totalidade, já estava a colocar ali uma almofada de capital para o Novo Banco. Esta é a primeira questão.

A verdade é que, como tudo na vida, não há só uma leitura. Quer dizer, uma garrafa não está meio vazia; tanto pode estar meio cheia, como meio

vazia. Portanto, do outro lado, quem vê, vê assim: o crédito está todo provisionado. Para mim, como não acredito muito em coincidências — poderá haver algumas —, pergunto por que razão, no mesmo dia 4, o Governador do BNA disse: «A garantia soberana foi revogada e capitalizámos o banco.»

A seguir, o que se passa? Passa-se que, mais tarde, o Novo Banco faz uma negociação com o BNA sobre o crédito que continuava a ter sobre o BESA. Em que se traduziu essa negociação? Traduziu-se no seguinte: em vez de receber, salvo erro, 3,4 mil milhões de euros, ficou com dois créditos de, salvo erro, 317 cada um e, depois, com mais 57 milhões de euros convertidos em capital. O que é que isto permitiu? Permitiu que, ao libertar a garantia deste montante, houvesse um reforço indireto de capital do Novo Banco de 688 milhões de euros, que foi mais uma ajuda para recapitalizar o Novo Banco.

Por que razão fizeram esta negociação? Por que razão aceitaram praticamente 20% do montante que tinham a receber? Isso, não lhe posso responder. Terá de perguntar a quem fez a renegociação e com o respaldo de quem. Porquê?! Porque o artigo 17.º dos Estatutos do Novo Banco é claro: a administração tem de preservar o capital. Portanto, uma coisa destas, que tem impacto em capital, não pode ser feita sem autorização do Banco de Portugal, muito menos nestes montantes. Logo, a administração do Novo banco, seguramente, negociou em concertação, no bom sentido da palavra, com o Banco de Portugal.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Se bem entendi a sua interpretação, ao haver este aprovisionamento no dia 4 de agosto está-se, de alguma forma, a transmitir a ideia de que não acham que vá pagar. No dia 18 de julho, portanto, poucos dias antes, a certeza era exatamente a contrária, ou seja, a

certeza era a de que ia ser pago, porque o Sr. Governador disse aqui que não ia haver impactos.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Ele induziu-o em erro, não intencionalmente, mas induziu. É que, no dia 4, ainda não era visível para as autoridades angolanas que o crédito estava provisionado. Ainda não sabiam. Nós próprios não sabíamos... Só viemos a saber do balanço do banco mais tarde. E somos nós! Portanto, quero acreditar que, dali, não havia fuga de informação, não é?!

O que é sintomático é a aplicação de uma medida de resolução também ao BESA, no dia 4, porque isso não foi outra coisa senão uma aplicação de uma medida de resolução, que libertou o BESA de uma coisa que era penosa para Angola e que substituiu 5,7 mil milhões de dólares por 2000 milhões de euros.

O tema de o Novo Banco continuar com um crédito sobre o BESA é que, para mim, dada a dimensão do montante e a materialidade, não deveria ser discutido a nível do conselho de administração do banco, nem do Banco de Portugal sozinho. Isso devia ser um tema de Estado, face aos montantes envolvidos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Vamos passar a outra questão, que já falámos com outros seus colegas do conselho de administração, que é a da Tranquilidade. Esta é aquela questão a que não podemos fugir, porque é uma operação, nas poucas semanas que estiveram em funções, em que tiveram uma participação bastante significativa.

Já percebemos todos os argumentos a favor desta venda, embora continuemos a ficar perplexos com a diferença entre o preço com que a Apollo comprou e, depois, o preço a que vendeu e, portanto, não podemos deixar de ter esse questionamento.

Uma das questões que temos levantado nas várias audições tem que ver com a decisão de não submeter à assembleia geral e ao acionista esta decisão.

Em reunião de 8 de setembro de 2014, se não me engano, a sua posição — que, na ata, não dá para perceber a 100% —, inicialmente, vai ao encontro da preocupação do Dr. João Freixa, no sentido de que seria melhor consultar o acionista dada a dimensão desta operação.

Já percebi que o Dr. José Honório tem uma noção de que estas questões têm sempre uma componente política.

Estamos a falar da submissão desta decisão, sobre uma seguradora tão importante como é a Tranquilidade, ao acionista, que é o Fundo de Resolução, que é, para todos os efeitos, uma entidade do Estado e que representa o interesse público.

Pelo que percebo, na sua primeira posição, porque, depois, foi aprovado por unanimidade, teve a preocupação de que, de facto, poderia ter alguma razoabilidade submeter esta operação ao acionista. Certo?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, quando se trabalha a nível de um órgão de gestão e se existe uma cumplicidade construtiva com o acionista as coisas decidem-se muito mais rapidamente.

Durante quase 25 anos, com o Sr. Queiroz Pereira, decidimos carradas de coisas, como devem imaginar, sem um papel. Conversávamos os dois e as coisas aconteciam. Porquê?! Porque ele não tinha dúvidas, nunca punha em causa que o que eu lhe dizia não era verdade e eu nunca punha em causa que o que ele me dizia não era verdade. Isto pressupunha que, falando, sabíamos. Ou era sim, ou era não. Nem ele, depois, mudava de opinião, nem eu mudava de argumentação.

Quando estamos perante esta situação, digo assim: «No campo formal, isto não tinha de ir à assembleia geral.» Porquê?! Imagine o que era se todos

os bancos do sistema, cada vez que executassem uma garantia, convocassem a assembleia geral. Não faziam outra coisa! Não saíam de lá!

A execução de uma garantia é, na gíria, um ato de gestão normal de negócio, é uma competência do conselho de administração, portanto, deve é fazer andar para frente. Aliás, muitas vezes, até se delegam poderes em diretores para que o possam fazer. Ou seja, isto é tranquilo.

Neste caso, esta minha posição tem que ver com aquilo que não sentia que devia existir, que era a tal cumplicidade entre o acionista e a gestão. Porquê? Repare: o Banco de Portugal, e bem, é o regulador, é o supervisor, tem de estar equidistante de toda a gente, mas era, simultaneamente, o acionista. Portanto, nunca tivemos o acionista connosco; tivemos sempre o regulador. Sempre! Nunca sentimos o acionista.

Ora, à medida que as coisas vão progredindo e que a narrativa que vamos tendo vai sendo sucessivamente alterada, é previsível que a nossa preocupação por termos algum formalismo eventualmente excessivo possa existir. Em condições normais, não existiria. Mas não havia nenhuma razão formal de gestão para que a decisão não fosse tomada por nós.

Veja que, mesmo assim, a posição que veio do Banco de Portugal motivou, do nosso lado, que pedíssemos uma opinião jurídica, precisamente sobre aquilo que veio do Banco de Portugal, para termos a certeza se a mesma era uma opinião adequada ou não. Porquê?! Porque a coisa pior que pode acontecer nestas coisas, lá está, é os equívocos, é pensarmos que temos uma opinião e quem tem a opinião estar convencido de que não emitiu opinião rigorosamente nenhuma. Ora, os equívocos pagam-se caríssimos. É como os mal-entendidos. A pior coisa que há na vida é um mal-entendido.

Portanto, pedimos uma opinião jurídica, para termos a certeza de que a nossa interpretação estava correta, porque não sabíamos se ia haver litigância futura, ou não, sobre estas coisas.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, aquilo que concluo destas três audições em que colocámos esta questão é que, de facto, houve a posição final de que, formalmente, não haveria necessidade de ir ao acionista.

Mas houve preocupações que foram manifestadas por várias pessoas que estavam nessa reunião, nomeadamente por, pelo menos, dois administradores e, também, pelo presidente do conselho fiscal, a título individual, que foi consultado e disse que era preferível ir ao acionista, tendo em conta a sensibilidade de uma matéria como esta, tratando-se de uma seguradora histórica, tratando-se de um ato que seria, com certeza, escrutinado, como o está a ser agora.

Portanto, deveria ter ido ao acionista nesse sentido: não tanto no sentido formal, mas no sentido de dar algum respaldo a esta decisão.

Depois, aquilo que também percebemos é que, quando a decisão foi submetida ao Banco de Portugal, não como acionista, mas como supervisor, de alguma forma, o Banco de Portugal procurou, num primeiro período, «sacudir a água do capote» e dizer que nem sequer tinha de dar aval a essa decisão, mas, mais tarde, emitiu uma não-oposição que não é clara — aliás, tanto é assim que há essa discussão jurídica que referiu.

Perante uma operação desta importância, que é a venda da Tranquilidade, não é de um créditozinho qualquer, houve dúvidas sobre se deveria ir ao acionista, decidiu-se não ir ao acionista, e foi-se ao Banco de Portugal, como supervisor, mas Banco de Portugal, primeiro, não quer dar opinião, e, depois, dá opinião, mas é dúbio, então, a minha pergunta é: não se pede um esclarecimento ao Banco de Portugal?

Decidiu-se ali, na reunião...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Estamos a falar de uma matéria importante, porque foi tomada uma decisão que, talvez, devia ter tido outro tipo de responsabilização por parte do Governador do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, compreendo a sua pergunta, mas é assim: a certa altura, temos de parar, senão, pedimos o esclarecimento do esclarecimento e nunca mais paramos... É como uma pessoa que tem um problema, vai ao médico e tem uma primeira opinião, uma segunda, uma terceira, uma quarta, uma quinta e não para...

Aqui o que vimos foi que íamos conseguir recuperar completamente o crédito que tínhamos nos nossos livros, portanto, íamos preservar o capital. O valor de venda da Tranquilidade estava em linha com os múltiplos de mercado e, repito, em linha com aquilo a que a Caixa vendeu a Fidelidade à Fosun e, portanto, essa parte também nos dava tranquilidade, no sentido em que estava bem encaminhado.

Queríamos ter o respaldo do Banco de Portugal, porquê?! Porque nunca sentíamos que tivéssemos o respaldo do Banco de Portugal. E como nunca sentíamos que o tivéssemos... Ou seja, sentíamos que estávamos nas cataratas, a água a cair-nos em cima, e quem nos devia dar o chapéu-de-chuva tirava o chapéu-de-chuva... Uma vez, houve alguém que me disse que um banco é uma entidade que empresta um chapéu-de-chuva no verão ao cliente e, no inverno, vai lá buscá-lo para não se estragar.

Portanto, era mais ou menos isto que nós sentíamos: cada vez que havia um problema, estávamos sozinhos e não tínhamos apoio de retaguarda, porque o Banco de Portugal não o podia dar.

Um dos erros capitais que foi cometido nisto é o de que é preciso perceber que a figura do regulador não se pode confundir com a figura do acionista. Portanto, colocar a entidade de resolução na égide do regulador não funciona, porque, entre a gestão e o acionista tem de haver cumplicidade,

no bom sentido. E cumplicidade traduz-se em confiança. E a confiança traduz-se em quê? Em os assuntos serem discutidos e haver confiança, de parte a parte, de que é assim que se vai fazer.

Ora, nós percebemos que, dada a natureza do Banco de Portugal enquanto regulador, ele não podia assumir essa figura de acionista, e o que é que sentíamos? Que estávamos num banco sem capital, num banco em que não tínhamos apoio do acionista; então, que raio era aquilo?! — desculpe a expressão e a liberdade de linguagem.

Ora, era, justamente, por esta contradição, em que o Banco de Portugal vivia... Porque, repare: o acionista devia ser uma entidade do Banco de Portugal, com gente independente, que não tivesse nada que ver com o Banco de Portugal, nada! E que fossem pessoas, num caso destes, também, com mundo empresarial, com vivência empresarial, para perceber como é que isto funciona.

Se eu quiser bloquear uma empresa, com regulamentos e com formalismos, eu bloqueio, não custa nada! E nunca se toma decisão nenhuma...! Agora, o que é que nós queremos? É isso? Ou queremos que as coisas andem com segurança? E a segurança nunca é total, corremos sempre riscos. Gerir é gerir com risco. Mas o risco tem de ser é delimitado e sabermos o que é que estamos a fazer, mas isto implica ter a tal cumplicidade.

Se a pessoa que é o seu acionista ou entidade não pode ter essa cumplicidade, se está permanentemente refugiada atrás do muro, só não fala consigo através do acrílico — porque, enfim, na altura, não havia isto, não é? — de resto, está sempre refugiado... Porquê? Porque tem de estar, porque não tem oportunidade de ser diferente. E isto é uma coisa que, até agora, nunca ninguém discutiu: há aqui um problema grave, de base, que é pretender que a entidade de resolução possa fazer o que ela não pode fazer — ser acionista. Portanto, quando nós nos atemos ao formalismo e ao regulamento, pois entrámos numa camisa de 11 varas.

Ora, como nós estávamos a ter esta experiência desde que lá chegámos, perante um tema destes, em que pensámos: «isto vai ser escrutinado do ponto de vista jurídico...» Não, oiça, não é que nós tivéssemos receio com a decisão que estávamos a tomar, e sentíamo-nos confortáveis, mas era: «já agora, deixa ver se toda a gente está de acordo, para que não venha ninguém dizer ‘não perguntaram... se me tivessem perguntado, eu tinha uma opinião diferente’.»

Por isso, nós envolvemos o regulador, que foi o Instituto de Seguros de Portugal (ISP), envolvemos o Banco de Portugal, enviando-lhe cópia integral dos documentos que era suposto serem assinados, que era o contrato de compra e venda das ações e os três contratos de parceria, para que não houvesse um papel acerca do qual alguém pudesse dizer: «Eu não conheço, eu não vi, eu não ouvi falar», porque, às vezes, as pessoas têm amnésia seletiva.

**O Sr. Presidente:** — Vamos, agora, entrar na segunda ronda.

Nesta segunda ronda cada um dos Srs. Deputados terá cinco minutos corridos para fazer perguntas. O Sr. Doutor responde imediatamente a seguir a cada um dos Srs. Deputados.

Começo por dar a palavra, desta vez ao Sr. Deputado Eduardo Barroco de Melo.

**O Sr. Eduardo Barroco de Melo (PS):** — Sr. Presidente, Dr. José Honório, queria tentar sumarizar e fazer, de alguma maneira, um certo balanço cronológico, porque, confesso, nesta audição, sinto-me, se calhar não exatamente mas, mais ou menos como o Dr. José Honório se deve ter sentido depois da reunião com o Banco de Portugal no dia 30 de julho e, portanto, estou aqui um bocadinho com a cabeça à roda, confesso.

Vou tentar fazer aqui uma cronologia, fazer-lhe algumas perguntas, para tentarmos, de facto, perceber o processo da sua participação no BES e depois Novo Banco.

Ainda antes de se colocar a questão de participar no conselho de administração do Banco Espírito Santo, participou, dado o convite que lhe tinha sido endereçado para a administração da Rioforte, em diversas reuniões com o Dr. Ricardo Salgado e com responsáveis políticos, nomeadamente a Ministra das Finanças, à época, o Presidente da Comissão Europeia e o Primeiro-Ministro sobre a situação do GES.

Entretanto, deu-se um aumento de capital no BES, com vários destes responsáveis políticos a assegurar a boa saúde do BES.

A seguir, uns tempos depois, não muito depois — no mês seguinte, se não estou em erro —, entrou no BES, na equipa liderada pelo Dr. Vítor Bento, foi para o conselho de administração, mas antes de aceitar esse desafio, falou com o Dr. Carlos Costa, à época, à frente do Banco de Portugal.

Ora, neste processo do BES e do Novo Banco já tínhamos percebido que havia vontade de separar o banco em «banco bom» e «banco mau» no processo de resolução, mas, depois desta audição, ficámos a saber também, pelas suas palavras sobre o Dr. Carlos Costa, que temos um «Carlos Costa bom» e um «Carlos Costa mau». O «Carlos Costa bom», como disse, que lhe merece todo o seu apreço, e a mim também merece, como qualquer pessoa merece o meu apreço, a não ser que, de facto, tenha feito alguma coisa que seja assim tão reprovável. Mas, pelo visto, o Dr. José Honório, apanhou o «Carlos Costa mau», e isso foi um azar, porque, pelo visto, não foi o único, fomos todos nós.

Portanto, queria tentar perceber — porque acho que isto é mesmo muito relevante: tinha participado naquelas reuniões em que sabia qual era a situação do GES e avisou diversos responsáveis. Como é que se justifica que

o Banco de Portugal não lhe tivesse dito que havia uma almofada de capital suficiente no momento da sua entrada sobre o BES?

Pergunto-lhe isto porque o Banco de Portugal já sabia dos problemas da exposição do BES ao GES, aliás — e já ontem perguntei isso ao Dr. Vítor Bento e acho mesmo que isto é importante —, o Banco de Portugal já tinha conhecimento desde 2010, portanto estamos a falar de 14 anos, de problemas de aumento sucessivo de exposição do BES ao GES, tinha dado o aval à cobertura dessa exposição com capital e, portanto, era impossível que, no momento em que aceitou esse desafio de integrar a administração do BES, que o Banco de Portugal não soubesse — pode é não lhe ter dito — do problema que ia enfrentar.

Já nem vou falar sobre a outra questão, porque acho que essa questão já foi mais ou menos esclarecida, já sabemos que há uma motivação política, para não ter havido capitalização pública e não ter podido recorrer à linha de financiamento da troica para poder fazer essa capitalização.

Mas há uma parte que eu não consigo perceber: como é que o Governador do Banco de Portugal lhe podia garantir, à altura, que essa necessidade de capitalização pública só se colocaria no caso de haver um evento extraordinário, porque, para aquilo que era conhecido à data, já havia almofada de capital no banco suficiente para responder aos problemas que tinha? E isso é feito logo a seguir a um aumento de capital. Portanto, imagino se não tivesse havido essa possibilidade...

Entretanto, no meio desse processo, acabam por antecipar a entrada no banco. Já tinha aqui explicado — e bem —, que a sua vontade era entrar apenas depois da aprovação das contas de 30 de junho.

Fiquei curioso relativamente a um pormenor que contou dessa sua insistência, porque acho que é relevante. Quando tem uma reunião com o Banco de Portugal, com o Sr. Governador do Banco de Portugal, Carlos

Costa, e lhe coloca esta questão, ficamos a perceber que é o Dr. Pedro Machado que lhe dá a solução.

O Dr. Pedro Machado parece que está envolvido em tudo o que se passa, mas está envolvido dos dois lados: estava envolvido no momento em que entra no BES, estava envolvido no momento da resolução do BES, estava envolvido, não diretamente, na auditoria da PwC, na contratação da PwC, que faz a avaliação do balanço do banco, no momento da resolução, enquanto ainda está no Banco de Portugal, sendo que, logo a seguir, vai para *partner* da PwC, sabendo que já ia para lá, porque esse convite foi feito e, pelo menos, do que já aqui nos foi dito, houve um período de *cooling off* de seis meses, portanto, ele já sabia que, eventualmente, ia para *partner* da PwC e é, ao mesmo tempo, responsável, enquanto membro do Banco de Portugal, por contratar a PwC para fazer a avaliação do balanço numa decisão na qual ele próprio estava envolvido. Portanto, essa era uma coisa que gostava de explorar.

Mas percebemos, e acho que é a parte mas relevante, que é para eu tentar rematar isto...

**O Sr. Presidente:** — E o tempo, Sr. Deputado.

**O Sr. Eduardo Barroco de Melo (PS):** — Sim, Sr. Presidente, por isso mesmo vou tentar rematar.

Daquilo que conseguimos perceber, há bocado disse que não acreditava em incompetência generalizada; estava a falar, especificamente, da concessão de crédito da banca portuguesa.

Também não acredito em incompetência generalizada. Não posso dizer que há dolo. Mas, quer dizer, de duas uma, neste caso: ou há dolo; ou há incompetência.

Nós percebemos que há um conjunto de responsáveis políticos que sabia do que se passava no GES, porque tinha sido avisado; o Banco de Portugal sabia do que se passava no GES e no BES, por causa da exposição do BES ao GES, entretanto, encurralaram-nos — acho que não há outra forma de dizer isso — para uma solução em que só era possível a resolução. Não havia recapitalização pública, não havia outra forma de resolver aquele problema.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Estou mesmo a terminar, Sr. Presidente.

Não havia outra forma de resolver o problema que se colocou, depois da aprovação das contas.

Aquilo que lhe queria perguntar, e que já perguntei ontem ao Dr. Vítor Bento, acho que é mesmo muito relevante, e é o seguinte: como já disse, deram-lhe uma tarefa e não um projeto, o Banco de Portugal alterou o projeto, pelo que gostava de perceber, no meio disso tudo, se sentiu ou não, porque acho que é impossível não concluir isso, que o processo para o qual foi encaminhado o BES, e depois o Novo Banco, de alteração de projeto e a forma como foi feita essa resolução, foi politicamente motivada, porque, como lhe disse, não há outra forma de nós percebermos essa alteração de comportamento. Ou, então, quais foram as razões para a alteração de comportamento?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José Honório, faça favor de responder.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, só uma precisão: aquelas reuniões em que estive presente com o Dr. Ricardo Salgado

e com políticos não foram sobre a situação do GES; foram sobre a situação do ramo não financeiro do GES.

A segunda questão é — provavelmente fui eu que induzi isto e não o queria de todo — de que há um «Dr. Carlos Costa bom» e um «Dr. Carlos Costa mau»: não! O Dr. Carlos Costa é uma pessoa, para mim, séria, é uma pessoa de carácter, é uma pessoa ética. Mas, ao trabalhar numa instituição, ele quando é o porta-voz, é o porta-voz da instituição. Ou seja, eu não pessoalizo as questões. E quando o ex-Governador do Banco de Portugal me diz uma coisa é ele que me está a dizer, mas aquilo é a decisão da instituição, não é ele que decide sozinho, a não ser que o conselho de administração só tivesse uma pessoa, o que não é o caso.

Portanto, queria desfazer, de todo — fui eu, pelo visto, que a induzi — , esta leitura de que nem há um «bom» nem há um «mau»; há a mesma pessoa, que é uma pessoa séria, ética e de carácter. E as decisões que tomou, ou as decisões que nos comunicou foram resultado de um processo decisório da estrutura em que estava inserida.

Relativamente à questão sobre se o Banco de Portugal nos disse o problema que ia enfrentar, eu não tive nenhuma reunião com o Banco de Portugal previamente à minha entrada.

Repare: a conferência é no dia 10, no dia 12 há uma reunião no Banco de Portugal, porque o Sr. Governador entendia que a situação do banco era de forma a que deveria haver uma cooptação rápida já na segunda-feira, dia 14, e, portanto, nunca houve nenhuma reunião em que eu estivesse com alguém do Banco de Portugal para me inteirar do que quer que fosse. Daí que tenha utilizado aquela imagem de que é como uma pessoa estar a mergulhar em cataratas todas diferentes, todos os dias, a toda a hora.

Quando me perguntou como é que era possível o ex-governador ter-me dito que, num caso de evento extraordinário, haveria a recapitalização e que havia a almofada de capital, pela vivência que tive, desde o dia 14 de julho

ao dia 30 de julho no Banco Espírito Santo, aqueles últimos 15 dias foram um manual de aprendizagem que mais ninguém teve o privilégio de ter tido a não sermos nós que lá estivemos.

Portanto, naqueles 15 dias, fomos confrontados com as situações que fizeram com que a provisão que o Banco de Portugal tinha ordenado fazer, de 2000 milhões, para fazer face ao relacionamento do banco com o GES, não fosse suficiente e tivessem surgido mais cerca de 1,5 ou 1,6 mil milhões que fizeram com que o resultado negativo se traduzisse em 3,6 mil milhões, e que foi a questão das cartas-conforto que ninguém sabia, foi a questão das operações com as obrigações, ou seja, isto aconteceu em 15 dias.

Portanto, quando o Sr. ex-Governador mo diz, disse-me o que sabia e estava a dizer a verdade, porque a surpresa que nós tivemos foi a mesma que o Banco de Portugal teve; disso não tenho a mínima dúvida. O Banco de Portugal é uma instituição séria e credível a toda a prova e, portanto, não ia dizer uma coisa se não tivesse confiança naquilo.

Agora, em 15 dias é que se precipitaram...?! E só se precipitaram — isto é que é curioso! — por uma situação curiosa, que foi a seguinte: se o banco continuasse a gozar da confiança junto dos seus clientes, a conta ia à mesma ser paga, só que era diluída desde 2014 até ao último ano, ao último mês em que se vencesse a última das obrigações; porque a conta era paga na mesma.

O que é que houve ali? Houve uma precipitação e, portanto, aquilo que estava — passe a expressão — «pendurado no candeeiro» de repente, pumba, caiu cá em baixo; porque a conta ia ser sempre paga. Sempre! Era, era ao longo do tempo.

O tema das cartas-conforto, esse aí é diferente, ou seja, ninguém sabia dessas cartas, quando elas apareceram, foi uma surpresa, e tem que ver com uma clara falha de controlo interno.

Mas, no banco, uma coisa tão simples como perguntar: «Que procurações é que estão emitidas? Quem é que são os procuradores? Quais foram os poderes que lhes foram outorgados? Qual é que é a validade da procuração?»; ninguém sabia responder a isso. Não havia um sistema central, uma coisa tão simples quanto isto. O que faz com que uma pessoa possa estar a trabalhar no banco e é procurador; sai, a procuração é revogada, se for uma pessoa menos séria pode utilizar a procuração para lesar o banco.

Ou seja, isto dá-lhe uma pequena ideia de algumas fragilidades do sistema de controlo interno. E isto explica que possa ter havido cartas de conforto assinadas por dois administradores e que os outros não soubessem. Assisti ao espanto genuíno dos meus colegas quando fomos confrontados com a situação.

Portanto, o Banco de Portugal foi confrontado, tal como todos nós, em 15 dias, com coisas completamente inusitadas e que não estavam previstas porque, para aquilo que sabia, o Banco de Portugal mandou fazer — e bem e com segurança — uma provisão de 2000 milhões. Espero ter respondido a esta parte.

Relativamente à questão em que diz que o Dr. Pedro Machado estava em tudo... Repare: também não quero ter contribuído com alguma má informação. O Dr. Pedro Machado tinha uma responsabilidade no departamento de supervisão e era jurista. Ou seja, o Sr. Governador não é jurista, de modo que, quando colocamos um argumento jurista, o de «nós não podemos», e quando perguntamos «há solução ou não há solução?» ... A solução está em conhecer o RGIFSC (Regime Geral das Instituições Financeiras e Sociedades de Crédito) da frente para trás e de trás para a frente e foi aí que o Dr. Pedro Machado encontrou a solução, na qualidade de elemento da supervisão e de jurista, ponto.

Quanto à questão da PwC, deixe-me fazer esta precisão sobre quem informou o Novo Banco de que a PwC seria a entidade a contratar: a mim,

foi o Dr. Luís Costa Ferreira quem me disse. O que eu lhe disse foi o seguinte: «Gostava de ver os termos de referência que estão acordados, negociados ou falados com a Price, porque eu, ao estar no Novo Banco e ao haver um balanço de abertura de contas, quero sentir-me confortável com os *deliverables*, ou seja, com os relatórios que hão de surgir de lá».

Ele disse-me «com certeza, tem total autonomia. Faça o que entender» e eu alterei profundamente o âmbito da auditoria, alterei profundamente os trabalhos que eram para fazer e, nomeadamente, exigi um *full audit* a uma série de empresas instrumentais do Grupo Banco Espírito Santo que estavam na «originação». Eu queria ter certeza de que ESAF, a BES Vida, tudo aquilo, estava como deve ser. Porquê? Porque tinha algum receio. Se me pergunta se tinha provas digo: «não, mas tinha receio» e, como gostava de não o ter, queria eliminar isso. E introduzi, também, a obrigatoriedade de a Price incluir no seu trabalho a avaliação do sistema de controlo interno.

Se forem ver os termos de adjudicação — seguramente que os Srs. Deputados terão isso, mas se não tiverem podem pedi-los —, vejam o detalhe que lá está dos serviços, nomeadamente na área de crédito, do que era suposto a Price fazer no relatório e os anexos com todas as empresas submetidas a *full audit*.

Portanto, contribuí de uma forma muito determinante para o âmbito do trabalho que a Price iria fazer, assim como também contribuí de uma forma determinante para a redução da fatura que a Price iria receber. Ou seja, contribui nos dois sentidos: reduzindo, em negociação com eles, obviamente, o montante a pagar; e aumentando o âmbito da auditoria.

Portanto, não foi o Dr. Pedro Machado, foi o Dr. Luís Costa Ferreira quem me disse que era a Price e eu pedi-lhe para ver os termos de referência e para ter autonomia, e tive toda a liberdade nisso.

Não sei se respondi a tudo ou se haverá alguma pergunta que tenha falhado, Sr. Deputado.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Perguntei sobre a questão da condução política deste processo...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Ah! Muito bem.

Sr. Deputado, sobre isso não posso comentar, pelo seguinte: como digo, não tenho experiência política, nunca desempenhei um cargo político, não tenho a mínima das habilidades para isso e, portanto, não sei.

O que eu sei, da minha experiência de vida profissional, é que far-me-ia sentido que um tema com esta magnitude e desta importância tivesse um grande acompanhamento político. Mas isso é a mim. E porquê? Porque penso assim: «Se uma coisa destas não tem, então o que é que tem?». Mas, oiça, isto é a mim!

Como referi antes, quando eram assuntos sérios, sempre tive a preocupação de manter uma informação cristalina e transparente com o nosso Governo e com os nossos embaixadores, nos vários sítios onde estive, para, quando fosse caso disso, poder contar com essa ajuda. Porquê? Porque o apoio político é importante. Ou seja, quando se está a fazer uma transação num país — seja no Brasil, em Moçambique, em Angola ou na China — é bom que o nosso embaixador saiba o que se está lá a fazer, é bom que o nosso Governo saiba e é bom que, se houver um atrito, saibam também. Porquê? Para que quando os Governos falam, de parte a parte, esses temas possam ser discutidos. Se não souberem, não podem!

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o Sr. Doutor já disse isso quatro vezes.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Mas não foi essa a pergunta que fiz, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Deputado, de todo! O que eu senti — e, mais uma vez, isso tem que ver com a minha experiência profissional — foi que nunca foi possível ter a relação que é desejável ter entre a gestão e o acionista, porque eu não tinha o acionista; e, tinha o regulador.

O regulador, por acaso, também era acionista, mas o fato que ele tinha vestido sempre que falava connosco era o de regulador e, portanto, estou convencido de que isto prejudicou, em muito, a evolução de todo o *dossier*, porque também estávamos a pedir a Banco de Portugal uma tarefa impossível. Ou seja, o Banco de Portugal tinha dois chapéus: à segunda, quarta e sexta era o regulador e à terça, quinta e sábado era o acionista. Não pode ter! Não pode!

Portanto, quanto ao que se pediu ao Banco de Portugal, digo que sim, pediu-se, mas, provavelmente, sem a consciência de que era um pedido que nunca poderia ser satisfeito. Nos momentos críticos de tomada de decisão era sempre o chapéu de regulador que se sobrepunha, aliás, como tinha de ser. Oiça, era como eu faria se lá estivesse.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, se me permite, pergunto-lhe: tem a certeza de que o nosso embaixador e os membros do Governo não tiveram nenhum conhecimento desta negociação da garantia soberana?

O Sr. Dr. **José Honório**: — De todo, Sr. Presidente.

Repare: eu não disse que não tiveram conhecimento; o que disse foi que me faria sentido que tivesse havido um acompanhamento político, porque é muito dinheiro! Se for uma coisa pequena, a pessoa pode... Mas nunca veio a público, pelo menos que eu tenha visto, mesmo nas sucessivas visitas de Estado, que o tema dos 3000 milhões tenha sido abordado. Se o foi, foi de uma forma recatada — como também é bom que sejam estas coisas, não é?! —, porque há coisas que não se discutem na praça pública, mas a partir do momento em que se discutia na praça pública uma garantia soberana pensei «então, aí...»! Também sou partidário de que há muita coisa que é melhor discutir entre as paredes de um gabinete do que na praça pública, porque as pessoas não têm toda a informação, infelizmente, mas quem está entre essas paredes tem toda a informação.

Portanto, não tenho a certeza, mas o que digo é que far-me-ia sentido que tivesse sido, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mónica Quintela.

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimento-os a todos e cumprimento também o Sr. Dr. José Honório, a quem ouvi com muita atenção.

Praticamente já tudo lhe foi perguntado e o Sr. Doutor tem respondido com paciência aturada a todas as questões, mas tenho ainda algumas dúvidas para lhe colocar.

A primeira abordagem que lhe foi feita pelo Sr. Dr. Ricardo Salgado, para o Sr. Doutor trabalhar na Rioforte, que seria para a reestruturar — e abreviando, porque só tenho 5 minutos para lhe colocar questões —, foi para

desempenhar uma tarefa que veio a concluir-se não ser exequível. No entanto, o Sr. Doutor foi abordado, discutiu os termos em que iria desempenhar essa tarefa, discutiu, inclusivamente, a remuneração que iria auferir, de 2,1 milhões, o que daria à volta de 150 000 € por mês, acrescidos de prémios.

Portanto, quando se negocia, inclusive, uma remuneração sabe-se o que se está a negociar, não é «no ar»! Ainda por cima, estamos a falar de gestores de topo, que sabem perfeitamente o que lhes é pedido e que tarefas têm de desempenhar para que possam auferir estes montantes.

No entanto, dando de barato que o Sr. Doutor não conhecia a situação da Rioforte, tenho estas perplexidades quanto ao lado de lá, porque do lado de lá sabiam e sabiam que lhe estavam a propor realizar uma tarefa hercúlea, não exequível e, no entanto, iam pagar-lhe.

Pergunto: como responder, como compatibilizar e como explicar esta contradição, que, para mim, se afigura como uma contradição insanável? Em concreto: para que é que o Sr. Doutor ia ser contratado?

Depois, em 5 de abril, numa das célebres reuniões do conselho superior do GES, o Sr. Doutor consentiu que o seu nome fosse utilizado na praça pública para credibilizar o GES.

Ora, também sabemos que, a 31 de janeiro de 2014, o Sr. Doutor «anunciou ao mercado», palavras suas na anterior comissão parlamentar de inquérito, que estaria disponível porque tinha abandonado o Grupo SEMAPA, com efeitos a partir de 28 de fevereiro.

Portanto, o nome do Sr. Doutor tem um peso muito grande no mercado, tanto é que o anunciou... E, entretanto — mas já lá iremos —, estava também a trabalhar nos CTT, contrato esse que fez subsequentemente.

Portanto, nós sabemos que estamos uma vida inteira a construir um nome e a credibilidade — aliás, penso que o Sr. Doutor disse ter 36 anos de carreira — e que basta uma coisinha para o deitar abaixo. Então, pergunto:

como é que o senhor deixa que um ativo, que é o melhor ativo que qualquer ser humano pode ter, que é o seu bom nome seja associado a um projeto nestas circunstâncias, não obstante não lhe ter sido facultado o relatório da KPMG?

Já agora, aproveito para lhe pedir que explique por que não pediu que lhe fosse facultado esse relatório e, se ele não lhe foi facultado, pergunto-lhe por que não desconfiou disso, pois o Sr. Doutor não é ingénuo e sabia perfeitamente o que ali poderia estar.

Por que razão deixa que utilizem o seu nome como *senior advisor* nestas circunstâncias, quando sabe que está a credibilizar uma coisa que, objetivamente, está falhada e que não pode aceitar, tanto assim que não aceitou desempenhar essas funções?

Pergunto-lhe também, pois não percebi, porque foram agendadas seis reuniões, como que do «Papa ao padre», na hierarquia clerical, ou seja, começando no presidente da Comissão Europeia e indo até ao secretário de Estado adjunto. Qual foi a ordem com que foram realizadas estas reuniões? Começaram com o Presidente da Comissão Europeia e depois passaram ao Primeiro-Ministro, seguido do Ministro das Finanças...? Qual foi a ordem e porquê todas elas?

A ter por boas as informações que nos deu, bastava reunir com o Sr. Primeiro-Ministro, por exemplo. Se ele disse, como já aqui foi referido, que o Governo não iria ter qualquer tipo de intervenção num grupo privado — aos privados o que é privado e ao público o que é público —, porquê as reuniões subsequentes? Por que razão, a seguir ao Sr. Primeiro-Ministro ter dito isso, foram falar com o secretário de Estado, ou com o Vice-Primeiro Ministro, que não iriam, presumo, desautorizar as instruções que já tinham sido dadas pelo Sr. Primeiro-Ministro e pela Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças?

Se houve uma estratégia concertada para serem requeridas todas estas reuniões, pergunto: qual foi a ordem pela qual se desenrolaram? Começaram

no secretário de Estado e terminaram no presidente da Comissão Europeia, ou foi ao contrário? O que pediram a cada um deles?

Já aqui foi dito que foi entregue o memorando elaborado pelo Dr. Ricardo Salgado. Pergunto: qual foi a intervenção e a colaboração que o Sr. Doutor teve na elaboração desse memorando?

Compreenderá que é com dificuldade que acompanhamos toda a intervenção que teve, designadamente nas reuniões do conselho superior do GES, em que foi delineada uma estratégia clara por parte do Sr. Doutor, e ouvimos o Sr. Doutor dizer que apenas no carro, à ida para lá, tomou conhecimento do conteúdo desse memorando, que, parece-me, terá de ter uma estrutura concreta.

**O Sr. Presidente:** — Chamo a atenção para o tempo, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Mónica Quintela (PSD):** — Sr. Presidente, peço só alguma tolerância para poder terminar.

Sr. Doutor, que respostas lhe foram dadas nestas reuniões? Foram esgrimidos vários argumentos? As pessoas que os receberam limitaram-se a ouvir e a rececionar esse memorando? Houve argumentação? Qual foi a intervenção do Sr. Doutor? Qual foi a intervenção dos vários intervenientes?

Por fim, na anterior comissão parlamentar, a propósito do esquema da triangulação de emissões das obrigações do BES, o Sr. Doutor disse que essa era «a pergunta do milhão».

Considerando o tempo entretanto decorrido e aquilo que hoje sabemos, pergunto-lhe se já nos sabe dizer quem foi responsável pelas condições em que as obrigações foram colocadas no mercado secundário e quem foi responsável por elas voltarem a ter sido colocadas junto dos clientes do banco.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor José Honório, faça favor de responder.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, boa tarde, muito gosto e obrigado pelas suas perguntas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando fez estas perguntas todas, pensei que me ia começar por perguntar como é que eu tinha recusado 2,1 milhões de euros por ano. Pensei...! Estava à espera que me perguntasse isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — Sr. Doutor, eu tenho de lhe fazer as perguntas todas seguidas; a segunda ronda é diferente!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Não, não, mas eu estava à espera que começasse por aí, que eu lhe satisfizesse a curiosidade de saber como é que eu tinha recusado 2,1 milhões de euros por ano, mas visto que não me fez essa pergunta, tenho todo o gosto de lhe responder a todas as outras.

Primeira, quando diz que me convidaram para uma tarefa que era não era possível, Sr.<sup>a</sup> Deputada, sabe, muitas vezes, as pessoas cometem erros grosseiros, porque não têm distanciamento. Ou seja, quem conhece empresas sabe que muitas empresas vão à falência, porque começam a entrar num processo complexo, mas quem lá está, está tão envolvido, tão envolvido que não é capaz de ter distanciamento.

Mal comparado, é como quem tem filhos, tem muita dificuldade em reconhecer defeitos aos filhos e tem muita dificuldade em ser áspero, ou ser duro para com eles. Porquê? Porque não tem distanciamento.

Ora, aqui a questão é a seguinte: a informação que tive da Rioforte, foi o relatório e contas da Rioforte. Não tive mais nenhuma. Portanto, com base nesse relatório e contas, o que é que constatei? A empresa estava presente em vários países, tinha uma série de negócios, podia ser uma coisa engraçada, mas tinha ali algo que lhe pesava, que era a dívida que tinha

perante o seu acionista e, portanto, era determinante saber se o acionista poderia, ou não, continuar a apoiar a sua subsidiária e em que condições.

Quando, entretanto, sai no jornal *Expresso* notícias sobre as dificuldades da ESI e quando o Dr. Ricardo Salgado me tinha perguntado «mas diga-me lá as condições...» Então, nessas condições todas estava uma muito importante, que era o relatório da auditoria sobre as contas da ESI. Esse relatório nunca me foi entregue e a informação que eu tinha era a informação do relatório e contas da Rioforte.

Pergunta-me por que é que eu consenti que o meu nome fosse utilizado para credibilizar o GES, porque tinha saído da SEMAPA, anunciando ao mercado.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, a SEMAPA é uma empresa cotada e, nos termos do Código das Sociedades Comerciais e do Código de Mercado de Valores Mobiliários, quando um administrador sai dos órgãos de gestão de uma empresa cotada, tem de divulgá-lo ao mercado. Porquê? Porque é um facto relevante.

Portanto, a razão pela qual divulguei anunciar a minha saída ao mercado, não foi porque eu gostasse, ou porque goste — na minha vida sou uma pessoa discreta, muito *low profile* e, portanto, não gosto nada de andar por aí nos escaparates do quer que seja —, mas foi porque eu e a empresa tivemos de anunciar a minha saída.

Quanto à questão dos CTT, eu explico-lhe porquê: foi o Governo que me telefonou...

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — Sr. Doutor, explique-me, por favor, porque é que deixou que utilizassem o nome do Sr. Doutor para credibilizar um projeto que estava...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Eu vou lá, eu vou lá!

A razão pela qual eu aceitei, na altura, ser administrador dos CTT foi porque o Governo me pediu se eu aceitava fazer parte do conselho de administração dos CTT, porque iam fazer a privatização da companhia e queriam apresentar a companhia com um conselho de administração composto por independentes para que o mercado percebesse que a lógica não era a de pessoas ligadas a partidos políticos — eram profissionais de gestão.

Na altura, disse a mesma coisa: «Estou numa fase da minha vida em que não é nada disso que eu quero, eu quero é ter tempo para a família, que nunca tive até hoje.» «Não, mas é um favor que nos faz, desculpe lá, mas aceite lá isso.» E foi assim que aceitei ser administrador dos CTT, que saí e apresentei renúncia, exatamente no mesmo momento em que fui para a administração do Banco Espírito Santo.

Relativamente à questão do meu nome, eu tinha ali duas questões: uma, a de que eu, com a informação do relatório e contas da Rioforte, não ia longe. Porquê? Porque um relatório e contas é uma fotografia que parou no tempo. Era uma fotografia a 31 dezembro do ano de 2013. Tudo que se passava depois disso, o relatório e contas não diz, porque não o pode dizer.

Ora, o relatório e contas permite ter uma opinião inicial, mas, para ter uma opinião mais fundamentada, é preciso ter acesso às pessoas que estão nos negócios, é preciso visitar os negócios e é preciso a pessoa poder falar, porque senão... Diz-me assim: «Mas, então, a que título é que vai falar com o não sei quantos, que é de determinada empresa?» Nem ele sabe, nem eu sei... Ele diz: «Mas está aqui a falar comigo a que título?»

Portanto, quando a questão se colocou de poderem dizer que eu era *senior advisor* do presidente do conselho de administração da Rioforte, foi com o duplo objetivo de, com isso, oficializar uma exigência que eu tinha relativamente ao facto de ter muito pouca informação e precisar de ter muito mais, e, para poder falar com as pessoas, eu tinha que aparecer de algum lado.

A outra questão era da que achavam que se pudessem dizer isso, tal iria ajudar à perceção do mercado de que estavam a procurar uma figura que poderia trazer credibilidade à gestão.

Eu, na altura, ainda não sabia que ia dizer que não. Na altura, o que sabia é que não tinha informação para dizer que sim; que são coisas distintas. Porque, pelo relatório e contas da Rioforte, o que é que eu via? Via que era uma empresa engraçada, perdoe a expressão, pelos sítios onde estava e pelos negócios, e que tinha uma restrição financeira que advinha do seu acionista, não dela, e que, portanto, poderia ser interessante. Agora, precisava de muito mais para poder dizer que sim; o que não tinha era razões para dizer logo que não.

As razões para dizer que não advêm quando me dizem que a dívida do conjunto da ESI com a Rioforte era de 7,6 milhões de euros. E aí digo: «O projeto, então, não é projeto exequível». É a partir desse momento que, numa das breves presenças que tive em alguma das reuniões do conselho superior, por pouco tempo, que eu digo: «A expectativa que poderiam ter de que eu pudesse trabalhar convosco não se vai concretizar, porque o projeto para o qual me convidaram não é exequível». Estamos a falar numa coisa que demorou uma semana, seis dias... Foi isso que aconteceu.

Se me perguntasse: «Acha que foi muito ajuizado ter permitido que dissessem o seu nome?» Eu tinha de ter informação da empresa. Eu não tinha a informação. Para ter a informação tinha de falar com as pessoas. Como é que eu falava com as pessoas? Diziam-me: «Então, olhe, fica como *senior advisor* do conselho de administração da Rioforte». «Está bem, é uma forma de eu poder falar com as pessoas». Agora, isto durou uma semana. O equívoco, durou uma semana.

Provavelmente, não teria presente isso e estou a precisar-lhe que foi essa a duração do equívoco.

Perguntou-me: «Porque é que não pediu o relatório da KPMG?» Pedi! Eu pedi e não me deram relatório da ESI! E por ter pedido e não mo darem é que o equívoco durou uma semana. Durou uma semana o equívoco! Foi isso que durou.

Depois, pergunta-me por que é que foram agendadas seis reuniões e qual foi a ordem. Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu, a ordem, não faço ideia. Isso passou-se há sete anos, não tenho registos de nada.

Quem marcou as reuniões foi o Dr. Ricardo Salgado. Eu sei que falámos com essas pessoas, agora a ordem... Não consigo ser preciso para dizer quem foi o primeiro, quem é que foi o último; mas não foi por uma ordem lógica. A ideia que tenho é que foi consoante as pessoas tinham disponibilidade para receber o Dr. Ricardo Salgado. É a ideia que tenho.

Quanto à questão do memorando, foi ele que o fez, não fui eu! O grupo não era meu, era dele. Eu não tinha nada a ver com o grupo. A minha única razão para ter acedido em estar nas reuniões era para que o número de 7,6 fosse dito. Porquê? Porque eu não concebia que ninguém soubesse! Afinal, toda a gente sabia — mais ou menos, de uma forma direta ou indireta —, eu é que não sabia!

E, portanto, como seguramente entenderá, as reuniões que deve ter havido entre a cúpula do Grupo Espírito Santo, o Governo e o Banco de Portugal devem ter sido às dezenas... Eu estive numa reunião! Eu só sei o que se passou na reunião em que estive. Estive em seis reuniões, porque foram reuniões distintas com cada uma das pessoas. Nessas, eu nessa sei dizer-lhe o que é que se passou lá e o que é que eu ouvi; agora, nas outras, não faço ideia! Agora, que devem ter tido dezenas de reuniões... Basta ler o *Expresso*, em 2014 e 2015, ver a quantidade de informação que é lá divulgada e as cartas trocadas, para ficar com uma pequena ideia do circuito que havia de informação permanente entre as pessoas. Eu não sabia disso, não fazia a mínima ideia!

Quando me pergunta sobre a estratégia concertada, não houve não estratégia concertada nenhuma, nem eu tinha uma estratégia! Uma estratégia é uma coisa muito séria, que pressupõe um trabalho de base, um documento e, depois, um plano estratégico. Eu nunca vi nada disso! Olhe, que eu o fizesse, nunca fiz; que haja uma linha minha escrita sobre isso, não há; um quadradinho com 1 cm por 1 cm de aresta, também não há — isso é o que eu lhe posso garantir da minha parte. Portanto, quando me diz que houve uma limitação clara da estratégia... Não, não defini estratégia rigorosamente nenhuma!

Quanto às respostas dadas nessas reuniões e à minha intervenção nessas reuniões, eu posso dizer-lhe que a minha intervenção — ainda bem que me pergunta — foi muito parca. Foi dizer o que eu fazia questão dizer sempre: «Eu não trabalho com o GES, nunca trabalhei com o GES, não tenho nenhum vínculo com o GES, nunca tive, não tenho nenhuma remuneração, nunca recebi o quer que fosse, nem em espécie, nem em nada, nem vou receber. Portanto, a minha presença nesta reunião deve-se a ter sido convidado para esta função. Detetei isto assim e assim e aconselhei a que o assunto fosse dado...

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — Detetou isso, assim e assim, o quê, Sr. Dr. José Honório?

O Sr. Dr. **José Honório**: — 7,6 mil milhões, que foi o que me disseram. Eram os dois números que eu sabia que um somado com o outro dava 7,6. Perante a dimensão desse problema, fiquei preocupado, porque fiquei, e insisti para que fosse dado conhecimento. Era a minha intervenção nas reuniões, ponto final.

O Sr. **Presidente**: — V. Ex.<sup>a</sup> disse isso na reunião com a Comissão Europeia?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Presidente, obrigado por me ter tratado por V. Ex.<sup>a</sup>, que não mereço, mas é o seguinte: posso não ter dito com este entusiasmo, porque a distância física também não era esta, não é? A esta distância física... As coisas são maiores e este é um tema que me entusiasma.

O que disse exatamente ao Dr. Durão Barroso — se não foi com essas palavras, foi com palavras muito próximas — foi isso mesmo: «Isto é um problema muito grande». Ele, de facto, ouviu e disse: «Pois, mas não vejo que a Comissão tenha mecanismos.»

Aquilo que eu queria, se quiser, era um bocadinho a satisfação dizer assim: «Pronto, eu fiz o que podia. Não sei o que é que vai acontecer, não fiquei em casa fechado e, pelo menos, se toda esta gente decidir bem, mal, péssima ou assim ou assado, há uma coisa que nunca poderão dizer é que não tinha informação e decidiram por omissão». Essa era a minha preocupação.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Mónica Quintela tem a palavra para fazer um esclarecimento rápido.

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — Sr. Doutor, fiquei aqui com...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Há aqui uma pergunta a que não respondi, desculpe. Perguntou-me, sobre as obrigações do mercado, se eu sei quem é que era o responsável.

Sr.<sup>a</sup> Deputada: quando nós fomos confrontados com essa situação, a primeira coisa que pedi foram as atas da comissão executiva ou do conselho em que a emissão das obrigações em mercado primário tivesse sido

aprovada. Porquê? Para saber quem é que tinha sido o órgão que a tinha aprovado. E as atas demonstraram que a emissão em mercado primário foi aprovada pela comissão executiva do banco. A partir daí, não há mais nada. E tanto não há mais nada que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se puder ter oportunidade de ler as atas de comissão executiva do Banco Espírito Santo, constatará que, a certa altura, são feitas perguntas específicas à diretora do departamento financeiro de mercados e estudos, que responde que não sabe, mas que vai procurar saber. Porque as perguntas são incisivas. Nomeadamente, há um colega meu que lhe pergunta: «Mas onde é que ficou à margem? Onde é que ficou a margem deste negócio?» E ela diz: «Não sei, mas vou tentar saber.» «Mas quem é que era o *broker*?» E a senhora diz: «Eu julgo que era a Eurofin, mas também vou confirmar».

Ou seja, tudo isto... Dito, assim, nesta sala, até pode parecer uma coisa estranha, mas foi exatamente o que se passou. O que eu peço é que... Eu não consigo ser, vamos lá ver, tão certo quanto o que está nas atas, mas o assunto está tratado as atas até à exaustão. Portanto, se ler as atas, vai ficar incrédula, também, como nós ficamos, com a forma como tudo isto se passou.

Repare no que eu disse antes: o prejuízo iria sempre materializar-se, não se iria dar por ele, porque, como algumas das obrigações iam até 2040, desde que houvesse clientes a vender e clientes a comprar... Oiça, a perda ia sendo registada, mas em montantes que iam sendo diluídos. O que é que aconteceu ali? Aconteceu que, de repente, parou o interesse do comprador. Então, se parou o interesse comprador e só havia vendedores, e se o banco tinha, entre aspas, assumido perante os seus clientes o compromisso de garantir liquidez ao título e de garantir proteção do capital, o banco tinha de recomprar as obrigações e é quando recompra que se dá o prejuízo e é quando o departamento de contabilidade lança um sinal de alerta para o prejuízo que estava a crescer, que estava, ao fim e ao cabo, a materializar.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada, o esclarecimento rápido, mas o mais rápido possível, se faz favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — Sr. Presidente, muito rapidamente: Sr. Doutor, enquanto estava a fazer este enquadramento para o GES, chame-lhe o que quiser, chame-lhe conselhos, enquanto toma um café e come uma «nata», como já referiu,...

O Sr. Dr. **José Honório**: — Ainda se lembra do que disse há seis anos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — ... o Sr. Doutor estava a ser remunerado pelos CTT, até sair de lá.

Outra questão é o que é que lhe disseram nas seis reuniões — nestas reuniões, porque não respondeu — independentemente de, como já disse, não conseguir precisar a ordem pela qual as mesmas ocorreram? O que é lhes foi dito? Pergunto porque, depois do Primeiro-Ministro ter dito que não tinha qualquer interesse e que não iria ter nenhuma intervenção, as outras reuniões parecem-me manifestamente desnecessárias e só fazerem perder tempo.

Pergunto-lhe porquê a insistência, o que é que pretendiam e se isso teria alguma coisa a ver com a tal estratégia, de que se tinha falado anteriormente, de cobrança de favores.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José Honório, faça favor.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, diria duas coisas.

Começando pela remuneração nos CTT, sabe que nos termos da legislação portuguesa e no Código das Sociedades Comerciais, as pessoas podem acumular cargos em vários órgãos sociais e serem remuneradas por

isso. Eu, por acaso, não acumulava nenhum. Era administrador dos CTT e aceitei-o, como lhe disse, contrariado e de má vontade, porque me pediram.

E, lá está, o argumento era: o Governo português ia fazer uma privatização de uma companhia, queria que o mercado fizesse uma leitura de que os órgãos sociais dessa companhia eram constituídos por pessoas competentes, independentes e que não houvesse ninguém que o pudesse fazer com a tentação de que fossem pessoas ligadas ao partido *a, b, c* ou *d*. E como eu sou uma pessoa independente e sempre fui — e Deus queira que continue a ser no futuro! —, foi por isso que falaram comigo. E também tinha alguma credibilidade, devo reconhecer.

Quanto à questão de estratégias e não-estratégias, não me vai levar a mal por eu brincar um bocadinho com isso, mas digo-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que a estratégia de qualquer coisa é uma coisa muito séria, ou seja, um pastel de nata e um café só têm uma estratégia: que é tomar o café enquanto está quente e comer o pastel de nata enquanto ele está bom; o resto não tem estratégia rigorosamente nenhuma.

Portanto, sobre essa questão da estratégia, e não é falta de respeito, não consigo dar seriedade ao tema da estratégia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — Mas é assim que qualifica as reuniões que eram tidas no conselho superior do GES?

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não sei sobre as reuniões do conselho superior. Eu sei as vezes que entrei e saí, porque, se está recordada — e está, porque me falou no pastel de nata e no café —, eu ficava próximo da porta, porque era o primeiro a entrar e o último a sair.

E, portanto, das vezes que lá estive, a mais importante foi para dizer que não podia trabalhar com eles, que não contassem comigo. Essa foi a mais importante de todas.

Relativamente à questão do porquê de ter reuniões com toda esta gente, a sugestão de ter reuniões com várias pessoas é para que, mais uma vez, haja um espectro importante que tenha a mesma informação. Sempre a mesma preocupação: que a informação seja partilhada!

A Sr.<sup>a</sup> Deputada repare: se estiverem quatro pessoas numa sala, numa reunião, os quatro quando se juntam, depois da reunião, e fazem o *debriefing* conseguem muito melhor recordar o que lá se passou do que se estiver lá só um. Ou seja, se um assunto é de uma magnitude tremenda, como eu achava — achava e acho — que era, falar só com uma pessoa depende de como é que essa pessoa vai interpretar, como é que vai ouvir, como é que está o humor nesse dia, se está preocupada com outra coisa ou não.

Ao falar com pessoas importantes do Governo, o que é que assegura? Que toda a gente ouve mais ou menos a mesma coisa. E mais ou menos porquê? Porque o memorando era um memorando em papel, entregue pelo Dr. Ricardo Salgado, e acredito que fosse sempre o mesmo. Acredito, mas não sei. Mas acredito que fosse.

Aquilo que ele dizia, basicamente era a mesma coisa, não conseguirei repetir as palavras, porque não tenho esse dom, mas a mensagem que eu queria passar era muito importante e era: eu sou independente, não tenho nada que ver com isto, nunca trabalhei aqui, não recebi um tostão, apercebi-me disto pelo convite que me fizeram, fiquei preocupado e sugeri que vos dessem conhecimento. Isso, para mim, era o que era crucial.

Isso mesmo se passou na reunião que tivemos no Banco de Portugal, onde fiz questão de o dizer. Tanto mais que no Banco de Portugal foi alguém — já não sei quem — que disse: «Mas porque é que o Sr. Doutor não assume a responsabilidade, então, do ramo não financeiro?». Perguntaram-me isso no Banco de Portugal. Disse logo: «Nem pensar! Fora de questão. Eu não trabalho, nem vou trabalhar, nem tenho nada que ver.»

Portanto, esse para mim era um ponto de honra. Porquê? Pelo meu nome e pela minha reputação. Aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui disse é o que eu tenho de mais sagrado na vida. O nome de uma pessoa acompanha-a enquanto é viva e depois de morta. E eu tenho filhos e tenho netos. E, portanto, o meu nome, que herdei do meu pai, é o mais sagrado que eu tenho. Daí que, quando surgiram notícias na imprensa, dizendo que eu poderia ser sucessor do Dr. Ricardo Salgado no Banco Espírito Santo, telefonei-lhe e pedi-lhe que pedisse à área de comunicação do grupo que desfizesse esse equívoco. Porquê? Porque ele sabia que nunca tinha falado comigo sobre isso nem eu tinha falado com ele, portanto a notícia era falsa. Agora, como eu estava sozinho, e estou, não tenho nenhuma agência de comunicação a trabalhar comigo, não tenho nada, eu disse: «Faça-me um favor, desfaça-me este equívoco, porque eu não quero o meu nome a circular.»

Já me tinha chegado o facto de o meu nome ter sido utilizado naquilo para que a Sr.<sup>a</sup> Deputada chamou a atenção, que foi ser *senior advisor* do presidente do conselho de administração, porque acedi, de boa-fé, para ter acesso às pessoas, e nunca pensei que menos de dois ou três dias depois caísse outra vez noutra torrente de água e que aquilo não tivesse exequibilidade.

Por isso é que isto do equívoco durou uma semana. O mal estava feito? Estava, reconheço que sim! Tinha sido muito melhor que o meu nome nunca tivesse sido citado? Sim, claramente que sim! Só que a diferença entre dizer que não ou não estar em condições de dizer que sim é grande, porque o que me faltava era informação. E com a informação que eu tinha, não era o suficiente para dizer que não, pelo contrário; era o suficiente para pedir mais informação e para ver as coisas em detalhe.

Espero ter respondido à sua pergunta. Mas se não foi assim, estou à sua disposição.

O Sr. **Presidente**: — Vamos entrar agora na terceira ronda, com uma intervenção do Sr. Deputado Miguel Matos, que virá através das nuvens. Falará alto e nós conseguiremos ouvi-lo.

Sr. Deputado Miguel Matos, está a ouvir-nos?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ouço, sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem três minutos para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Dr. José Honório, vamos lá ver uma coisa: o Sr. Doutor quando foi para o BES dizia que o banco estava bem, como disseram no Parlamento, que Angola ia resolver-se, que a linha de capitalização pública podia ser usada, e soubemos hoje que todos sabiam das dificuldades do Grupo Espírito Santo, do BES, etc., com meses e, no caso do Banco de Portugal, com mais de uma década de antecedência e esconderam tudo.

O Sr. Doutor, e todos nós, fomos novamente enganados, porque nos venderam a hipótese de uma recapitalização privada, quando, já a 30 de agosto, tinham pedido autorização à Comissão Europeia para o auxílio do Estado.

Pedia-lhe que nos confirmasse, por favor, que antes das 20 horas do dia 1 de agosto não sabiam não só da resolução como também da retirada do estatuto de contraparte, da devolução dos 10 000 milhões de euros ao BCE ou dos limites que o BCE impôs no apoio à liquidez.

O Sr. Doutor e todos nós fomos, novamente, enganados, porque nos disseram que o Novo Banco ia ter uma hipótese de recuperar, mas não vos disseram a VV. Ex.<sup>as</sup> os compromissos que tinham com a Comissão Europeia que balizavam a vossa ação e puseram o acelerador na venda.

O Sr. Doutor e todos nós fomos novamente enganados, porque achávamos que o «banco bom» ia ter regulamentos, para que não acontecessem as calinadas que levaram o BES à desgraça, mas, na verdade, o que sabemos é que alguns dos regulamentos internos só depois, muitos anos depois, muitas vezes já depois da venda para o Lone Star, é que foram implementados, desde passar os devedores à área de recuperação e acompanhamento, os *write-off*, as imparidades, o *backtesting* das avaliações para os imóveis...

O que lhe pergunto é: o Doutor, quando estava no BES, iniciou estes procedimentos? Porque, se os iniciou, temos de lhe perguntar: por que é que ninguém os concluiu?

Por fim, parece que todos nós fomos novamente enganados, pelos auditores, pelo conselho de administração, como o Sr. Doutor disse, porque, de facto, as contas que nos apresentavam estavam sistematicamente erradas e vendemos o banco com um pressuposto que, depois, veio a ver-se que era errado.

Por isso, queria perguntar-lhe se, de facto, isto tudo não passou de um grande logro, em que o Dr. Carlos Costa foi o cabecilha do gangue, em conjunto com o Dr. Pedro Duarte Neves e o Dr. Luís Costa Ferreira, que andaram aqui a prometer um conjunto de circunstâncias que permitiriam ter uma resolução diferente, mas, na verdade, não foi possível.

Termino, Sr. Presidente, com uma pergunta, porque, de facto, o que nos tem vindo a causar mais perplexidade é esta resolução que foi feita às prestações e em que, de facto, há um conjunto de ativos maus que são deixados no «banco bom», no Novo Banco, e que ou não têm suficientes imparidades, ou então deveriam, talvez, ter ficado no BES.

O que queria perguntar ao Dr. José Honório era se, em algum momento, deu a entender ao Banco de Portugal que estes ativos tóxicos que ficaram no Novo Banco, incluindo um conjunto de ativos para outros grupos

económicos, relacionados com maus negócios com o BESA, etc. — aliás, há uma carta do Novo Banco que fala, justamente, nestes ativos e creio que o Sr. Doutor terá conhecimento dela, de projetos sem colateral, de empréstimos para a bola, de projetos de financiamento completamente sem qualquer tipo denexo... —, se ninguém disse que estes projetos deviam ter ficado no «banco mau»?! Se eram ativos maus, deviam ter ficado no «banco mau»!

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mónica Quintela.

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. José Honório, tenho uma dúvida que já coloquei ao Sr. Dr. Moreira Rato, que não me conseguiu responder, relativamente à venda da Tranquilidade, no que concerne ao contrato de depósito em garantia e de financiamento.

O contrato é feito a 28 de abril de 2014 e depois tem dois aditamentos feitos no mesmo dia, 2 de julho de 2014.

No segundo aditamento, no n.º 4 da cláusula 25, é conferido um mandato irrevogável, portanto uma procuração com poderes irrevogáveis, que não caduca por morte do mandante nem por extinção da entidade, no caso, das sociedades — que é o que para agora interessa —, porque é conferido no interesse do mandatário, portanto é uma figura jurídica que nós, juristas, conhecemos bem, e que confere, neste segundo aditamento, poderes ao BES para fazer negócio consigo próprio.

Que é que isto significa, Sr. Doutor? Significa que o BES, com este aditamento, poderia colocar a totalidade das ações que eram da Partran em seu nome e ficava com a totalidade da companhia de seguros, com a Tranquilidade, e escusava de ir executar o penhor financeiro sobre as ações, tendo apenas o escopo de recuperar a linha de financiamento e a obrigação

de ter que dar ao devedor o remanescente do produto da venda, caso fosse o caso.

Já aqui nos foi dito, quer pelo Sr. Doutor, quer pelo Dr. Moreira Rato, quer pelo Dr. Vítor Bento, que estiveram sempre assessorados por advogados, designadamente pela Linklaters — e isso resulta das atas —, pelo que lhe pergunto por que é que não rentabilizaram a Tranquilidade desta forma, ficando com o registo das ações? Ou seja, por que é que, em vez de executarem o penhor financeiro, pura e simplesmente, não ficaram com a Tranquilidade pelo valor da dívida, não obstante os 150 milhões que aqui já foi referido que era necessário injetar?

Mas atenta depois a recuperação que foi feita, não consigo perceber como é que este negócio não foi feito, porque aqui havia este instrumento jurídico que permitia fazer negócio consigo próprio, ou seja, o banco pega nas ações e averba-as em seu nome.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, por 3 minutos, o Sr. Deputado Eduardo Barroco de Melo.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Sr. Presidente, Dr. José Honório, devo dizer que, depois desta audição, tenho de concluir que teve azar, porque se ouvirmos a bancada que apoiava o Governo de então, parece que foi o Dr. José Honório que causou a situação de irreversibilidade da resolução, porque, percebemos aqui, pelo visto, o Governo da altura foi apanhado nessa questão sem possibilidade alguma, e parece também que foi o Dr. José Honório que foi responsável pelos problemas no GES.

Creio que não e, portanto, queria fazer-lhe uma pergunta muito objetiva.

Há pouco, falou sobre o processo de resolução e disse duas coisas que acho que são relevantes: primeiro, disse que o Banco de Portugal, quando foi

o momento da resolução, recusou a ajuda que foi oferecida, da sua parte e da parte da administração, para ajudar nesse processo de resolução.

Pelo que percebi, o senhor terá dito que o Banco de Portugal disse que o Banco de Portugal e a PwC tratariam do assunto e que, apenas, precisariam da disponibilidade das equipas para estarem prontas nessa altura. Mas, ao mesmo tempo, disse que, entretanto, se soube que já estavam a tratar com equipas conjuntas da resolução, antes disso.

Queria perceber quem eram estas equipas conjuntas, porque não consegui perceber se havia diálogo do Banco de Portugal com equipas técnicas do BES antes de a administração ter conhecimento de que ia haver uma resolução. E isso é importante para percebermos também de quem é essa responsabilidade.

Depois, queria tentar perceber também, porque há pouco acho que não foi suficientemente claro, o que é que acha sobre as alterações que tinha para o BES — e depois Novo Banco —, porque também não me esclareceu cabalmente essa questão.

Aquilo que consigo retirar do que disse é que havia um conjunto de pessoas com responsabilidades políticas que, sabendo da informação — e há bocado disse, e bem, que a sua preocupação era se alguém não tomasse uma decisão ou se tomasse uma má decisão, pelo menos, teria toda a informação, foi isso que o levou a ter aquelas reuniões —, sabendo que alguma coisa estava a correr mal, não se preocuparam em tentar resolver o problema.

Ou seja, deixaram arrastar o problema até à publicação das contas, em que se soube que havia um problema financeiro no BES que era superior àquilo que se tinha previsto, estenderam esta decisão com acesso à recapitalização pública, não lhe dando instrumentos para poder resolver de outra forma, e levaram esta não decisão até à beira do abismo, até à única possibilidade que havia, a possibilidade de resolução, e nem sequer se preocuparam — porque, há bocado, pelo que entendi, no caso do BESA, a

única pessoa que estava em condições de perceber o que era a garantia soberana era mesmo o Presidente da República de Angola —, do ponto de vista político, em tentar perceber se essa garantia era válida ou não.

Portanto, aquilo que lhe quero perguntar é se houve alteração do projeto do BES e do Novo Banco e porquê, e se entende ou não que este conjunto de decisões levaram o BES, e depois o Novo Banco, a um caminho único possível para a resolução dos seus problemas que foi, obviamente, condicionada politicamente.

O Sr. **Presidente**: — Agora, sim, Sr. Dr. José Honório, faça favor de responder.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr. Presidente, muito obrigado e prometo não demorara 3 horas a responder.

*Risos.*

Sr. Deputado Miguel Matos, sou uma pessoa psicologicamente forte, porque aquilo que me disse, aqui, sobre as vezes em que fui enganado, era para eu sair daqui de rastos se, de facto, eu não fosse uma pessoa com uma capacidade e uma resiliência acima da média. E também, enfim, não espere que eu vá reconhecer aqui que fui enganado, porque isso também não vou fazer.

O que posso dizer é que a questão da recapitalização privada era um tema recorrente, discutido entre nós e o Banco de Portugal, que estava preocupado com o tema; discutido entre nós e o assessor financeiro, que era o Deutsche Bank; e discutido entre nós, o Deutsche Bank e o Banco de Portugal e esse foi um tema que esteve sempre em cima da mesa, nunca nada foi escondido.

A questão é que, para se fazer a recapitalização privada, depois de o Banco ter apresentado os resultados que apresentou, o melhor mecanismo, que era um mecanismo através do mercado, tinha um tempo de execução entre dois a três meses e precisava de dois remédios, que nos ultrapassavam — e que, como eu disse há pouco, ultrapassavam a farmácia que tínhamos no banco —, que era o remédio tempo, que só nos podia ser dado com amparo político.

Aliás, eu referi, até salvaguardando, como se nós fôssemos um país muito grande e muito importante, aquilo que o Draghi disse na crise do euro, ou seja, *whatever it takes*. Portanto, nós precisávamos de uma declaração política que tirasse as dúvidas da cabeça de qualquer pessoa de que não haveria apoio político — havia, com certeza — e precisávamos de liquidez, que só podia ser dada pelo Banco de Portugal.

Isto porquê? Porque a partir do dia 1 — e respondendo a uma pergunta que também me foi feita —, depois das 8 horas da tarde, em que nos foi dito que o Banco Central Europeu nos ia retirar o estatuto de contraparte, o que faria com que o banco não se pudesse financiar no mercado... A questão não é não poder, porque podia, através da linha de emergência, do ELA, se o Banco de Portugal tivesse condições e quisesse assumir o risco de emprestar 10 000 milhões, que, na altura, era aproximadamente o montante de exposição que o banco tinha junto do sistema monetário europeu.

E, portanto, é preciso dar ao mercado duas tranquilidades: que não se vai verificar o que aconteceu em Chipre e que os depósitos não estão em causa, estão garantidos, seja qual for o montante. Isto é muito importante porquê? Porque as empresas têm depósitos de montantes significativos e o fundo de garantia de riscos cambiais cobre 100 000 euros por depositante e por banco, o que significa que se as empresas vislumbram que os seus ativos podem estar em causa, imediatamente os retiram do banco.

Portanto, era fundamental dizer, de uma forma perentória, que haveria os recursos que fossem necessários — isto dizia o nosso assessor — para que isso desaparecesse da cabeça das pessoas.

Mas, era mais: ao dizer isto, os outros bancos do sistema financeiro que concorriam com o Banco Espírito Santo, também perceberiam que não faria sentido estarem com políticas comerciais agressivas para captar recursos, clientes e pessoas junto do Novo Banco. Porquê? Porque o BES — na altura, ainda não era o Novo Banco — ia continuar a funcionar. E com a franquia e com o nome que tinha, então, não valia a pena. Porquê? Porque um depósito a prazo era muito... O banco pagava muito mais por ele a um cliente do que por uma cedência de liquidez em mercado monetário interbancário.

Portanto, os bancos em questão também não iam estar disponíveis para ter um custo adicional na sua demonstração de resultados, quando podiam não o ter. E uma afirmação inequívoca, categórica, política, que dissipasse todas as dúvidas da cabeça das pessoas, permitiria que o mercado tivesse a segurança de que o BES iria continuar a funcionar sem problemas do ponto de vista de solvabilidade de capitais, faltava a questão de liquidez.

Quanto à questão da liquidez, quem a podia proporcionar era, exclusivamente, o Banco de Portugal. Para a proporcionar, era preciso que o Banco de Portugal tivesse condições, que não sei se tinha, e estivesse na disposição, que não sei se estava, de dizer assim: «Então, nós proporcionaremos ao Banco Espírito Santo toda a liquidez de que precisar sem limites».

Recordo que isto também se passou na Grécia e que havia os célebres «bancos zombies», que eram bancos que funcionavam com capital muito abaixo do mínimo regulamentar, durante meses, mas que nunca tiveram falta de liquidez.

Portanto, neste cenário, era perfeitamente possível ter montado a recapitalização privada. Com base em quê? Nas manifestações de interesse

que fomos recebendo, com três ressalvas: queriam ter uma clareza total sobre a questão do relacionamento BES/BESA; queriam ter uma clareza total sobre o impacto que o *asset quality review* poderia ter nas contas do banco; e uma *due diligence* sobre as contas do banco. Porquê? Porque o Banco tinha feito um aumento de capital em junho e, em 30 de julho, com referência a 30 de junho, estava a apresentar resultados de 3,6 mil milhões de euros, quando aquilo que tinha ditado todo este problema tinha acontecido em 15 dias do mês de julho, ou seja, era tudo muito inusitado. E, atenção, que os auditores não são polícias! Nós temos de entender que toda a gente faz o seu trabalho com base na informação que é dada.

Repito: a informação dada é muito importante, porque uma coisa é nós darmos informação a alguém e a pessoa ser incompetente, perante essa informação, a fazer o seu trabalho; outra coisa é não lhe darmos a informação e querermos que a pessoa adivinhe que aquela informação existe. São coisas completamente distintas.

Relativamente, ainda, à questão do logro – e foi a palavra que o Sr. Deputado Miguel Matos utilizou – do Dr. Carlos Costa e do Dr. Luís Costa Ferreira, etc., quero dizer o seguinte: na minha opinião, o Dr. Carlos Costa, o Dr. Luís Costa Ferreira, o Dr. Pedro Duarte Neves, todas as pessoas com quem interagi no Banco de Portugal, são pessoas seriíssimas, de carácter e irrepreensíveis.

Portanto, não podemos utilizar — eu, pelo menos, não faço isso — o facto de não gostar (e utilizo o termo «não gostar» intencionalmente) de uma decisão de uma entidade de supervisão, isso quer dizer, apenas, que o meu modo de pensar e de decidir sobre uma matéria é, claramente, diferente do modo como essa instituição, no seu conjunto, vê o problema.

Agora, desculpe, quanto às pessoas em si, não tenho nenhuma evidência de que não sejam pessoas de carácter, de seriedade e irrepreensíveis. Não tenho nenhuma evidência, pelo contrário.

Relativamente à resolução às prestações, é verdade. Aliás, na altura, não sabíamos que o Banco de Portugal, enquanto entidade de resolução, tinha a faculdade de andar a alterar o perímetro do Novo Banco durante um tempo largo. Que faz todo o sentido, faz, porquê? Porque se pensarmos que é feita uma resolução num fim de semana, que é feita uma cisão com uma complexidade, digo assim: «Quem, nesta sala, já tiver alguma vez participado na cisão de uma empresa, sabe a dificuldade que isso é», muito mais com uma empresa com a complexidade do Grupo Banco Espírito Santo e durante um fim de semana, digo assim: «Eu não conheço, era impossível que saísse bem!»

Daí a minha incredibilidade: «Como é que isto vai ser feito num fim de semana?» Mais uma vez, eu não sabia a história toda... E a história toda era que esse processo era um processo de ajustamento dinâmico, ou seja, eu só conhecia cisões de empresas que são feitas num dia, faz-se a escritura e está feito. Não, neste caso, não era assim: era uma cisão dinâmica, em que a entidade que faz a cisão tem um tempo lato para ir aprofundando a forma como fez a cisão e ir alterando o perímetro. Era uma informação muito importante e que nós não tínhamos.

Portanto, a minha incredulidade, perante o Sr. Governador, foi ao ponto de lhe perguntar: «Como é que vão fazer isso?» E ele: «Esteja descansado, que nós vamos fazer isso com a Price». «Mas não quer ajuda?», ao que ele respondeu: «Tenha as pessoas no banco, se nós precisarmos». Faz todo o sentido. Porquê? Porque o Sr. Governador sabia aquilo que eu não sabia, ou seja, que ele ia ter muito tempo para fazer uma aferição do perímetro e mexer no perímetro.

Portanto, é completamente correto aquilo que o Banco de Portugal fez; é completamente correto o que a Price fez; assim como é completamente correto a minha dúvida e a minha incredulidade, porque havia uma grande assimetria de informação e sempre que há assimetria de informação, geram-

se estas picuinhas, estes mal-entendidos, que é sempre bom que não haja. Como é que se evita? Não havendo assimetria de informação.

Relativamente à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mónica Quintela e à venda da Tranquilidade, se me permite, gostaria de precisar alguns conceitos.

O Banco Espírito Santo poderia, no limite legal, ficar com a Tranquilidade, só que tinha um problema insolúvel, que era os rácios de capital... Ou seja, o peso que a Tranquilidade iria ter no consumo de capital era de tal maneira... Tanto que há uma ata, ainda em sede de Banco Espírito Santo, em que em comissão executiva perguntámos: «Se não aparecerem compradores para a Tranquilidade, como é que se faz?» E discutimos entre nós que uma hipótese possível para preservar o valor da companhia era que ela ficasse temporariamente nos nossos livros e nós a comprássemos para que ela continuasse a ter franquia, a ter valor e não perdesse valor. Porquê? Porque se a Tranquilidade perdesse valor, a garantia que tínhamos também perdia valor e aí era um problema para nós. O que nós queríamos era permanecer com o nosso valor intacto.

E esta questão foi imediatamente colocada e, como disse um dos meus colegas, há duas questões que têm de ser vistas: por um lado, acautelar junto do Banco de Portugal de que ficaríamos inibidos, durante um tempo, de considerar para o consumo de capital a compra da Tranquilidade, ou seja, ela não contava para efeitos de consumo de capital; por outro lado, não seríamos obrigados a pagá-la na altura e o pagamento seria feito quando vendêssemos a Tranquilidade, isto se não aparecesse um comprador. Porque é que isto se altera? Altera-se no pressuposto de que há um comprador...

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, peço desculpa, posso só para colocar uma questão.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Quintela** (PSD): — Sr. Doutor, não tinham de pagar nada, bastava porem as ações em nome próprio.

Portanto, era a custo zero, não tinham de pagar nada; perdiam era a título de linha de financiamento que tinha sido concedido.

O Sr. Dr. **José Honório**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, se fizéssemos isso, teríamos de fazer uma avaliação da empresa, como sabe, e teríamos de devolver ao acionista da empresa o que excedesse entre a avaliação que fosse feita pela empresa e o valor do nosso crédito. E, portanto, isso era uma não-solução.

Então, apareceu um comprador e não só apareceu um comprador como a informação que tínhamos da comissão executiva da Tranquilidade, plasmada num documento, era que a valorização da Tranquilidade estava rigorosamente em linha com a valorização que foi utilizada pela Caixa Geral de Depósitos para vender a Fidelidade à Fosun, e esse negócio foi feito em abril de 2014.

Ou seja, o que foi que isso nos deu? Se o valor está correto e se existe um comprador, então, o receio que nós tínhamos de não haver comprador, de que a companhia iria desaparecer, e, então, como é que faríamos. Mas não, isto ficou calculado destas duas formas e, portanto, tínhamos o problema de nunca podermos ficar com a companhia pelo consumo de capital, só se tivéssemos um *waiver*... Ajudem-me! Se tivéssemos, por parte do Banco de Portugal... Quem me ajuda com a tradução de *waiver*? Está a faltar-me o termo em português. Bem, mas sabemos todos do que estou a falar.

O Sr. **Presidente**: — Um levantamento, não é?!

O Sr. Dr. **José Honório**: — Exatamente, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Portanto, se houvesse um *waiver* do Banco de Portugal, se houvesse essa restrição de que não haveria consumo de capital, porque, se não, nós não podíamos. Aliás, isso é tão pesado — não tenho presente de quanto é o capital de uma seguradora —, mas digo-lhe que, pelo contrário, não há bancos na Europa que sejam donos de seguradoras. Não é porque o negócio seja mau, o negócio é excelente; é pelo consumo de capital, e, portanto, não tínhamos condição. Quando aparece um comprador e por um preço validado, ficámos perfeitamente tranquilos.

Penso que já respondi à Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Sr. Deputado Eduardo de Melo, quando refere que o Banco de Portugal recusou a ajuda no célebre fim de semana da cisão das contas, percebi muito mais tarde por que é que podia ter recusado a ajuda: é que tinha um prazo muito lato para poder fazer ajustamentos. Ou seja, aquilo que iria fazer naquele fim de semana era o melhor que conseguiria e faria com os recursos que tinha, depois tinha tempo, porque o processo era dinâmico.

Ora, na minha vida profissional, não sabia, sequer, que poderia haver decisões com ajustamentos dinâmicos. Porquê? Porque nas empresas isso não acontece, faz-se um dia e andou... Ali não, justamente por causa da resolução.

Portanto, o Banco de Portugal estava corretíssimo quando disse: «Não se preocupem». Nessa noite, fiquei outra vez com insónia e pensei: «Como é que isto vai ser feito?». Não tinha a informação toda. Portanto, agora percebo a tranquilidade do Sr. Governador e a tranquilidade da Price em dizer que faziam o exercício.

Quando me diz que havia equipas conjuntas e que já se sabia disso, não... Ou seja, eu induzi-o em erro e a culpa é minha. Eu soube isso muito mais tarde, através do *Expresso*, e, portanto, como digo, só não saio daqui completamente «mais baixo do que barriga de jacaré» pelas vezes que fui enganado, porque sou uma pessoa resiliente e com uma capacidade acima da

média de resistir, porque imagine o que é virmos a saber, muito mais tarde, pelo *Expresso*, de uma série de coisas de que não tínhamos conhecimento rigorosamente nenhum.

Tanto que eu me recordo de que, quando tivemos a reunião com o Sr. Governador e saímos de lá no dia 1, o Vítor Bento diz uma coisa qualquer, eu digo assim: «Ó Vítor, mas como é que é possível que uma coisa desta magnitude tenha saído assim da cartola, hoje e agora?» Diz-me ele: «Mas o que é que queres dizer com isso?» Eu respondo: «Isto é uma decisão muito complexa! Isto não acontece assim. Isto tinha de andar a ser preparado.» E ele: «Mas porque é que tu dizes isso?» Eu: «Ó Vítor, porque é óbvio que tinha!»

Eu não tinha prova nenhuma, mas era o meu sentimento. Viemos a constatar, muito mais tarde, que assim era, e quando eu disse que havia equipas conjuntas, foi o que li no jornal, de que estariam cá equipas da DG Comp e da Comissão Europeia para discutir com o Banco de Portugal e etc., estas situações todas. Foi o que eu li! Não sei se houve conversas, mas, para mim, é impensável que não tenha havido. Mas, pela minha maneira de pensar.

Aliás, repare que eu tenho uma consistência muito grande, durante os meus últimos 24 anos de trabalho, tudo o que eram coisas importantes, eu dava sempre a conhecer. Nunca pedi um favor; que haja alguém que tenha feito parte dos Governos de 1993 a 2014 que diga que eu pedi um favor. Nunca pedi um favor. Mas sentia sempre que era bom ter as pessoas a bordo, porquê? Porque eu sozinho não conseguia chegar lá. Se eu tinha um problema em Moçambique, acha que eu conseguia resolvê-lo? Não! Mas se eu tivesse o apoio do nosso embaixador, se tivesse o apoio do nosso Governo para as reuniões, a probabilidade de conseguir chegar a bom porto era muito maior. Era isso que me interessava.

Relativamente à última pergunta que o Sr. Deputado me fez, sobre a alteração do projeto BES para Novo Banco e se não nos preocupámos até à publicação das contas, repare que a questão que houve ali foi que nos últimos 15 dias de julho, houve um dilúvio, mas não tínhamos a Arca de Noé. Até lá, a provisão dos 2000 milhões que o Banco de Portugal tinha ordenado fazer era suficiente.

Diz-me que o banco tinha um prejuízo. Tinha, mas estava tudo compartimentado, estava confinado, havia uma explicação, havia tudo e isso explica como é que o Banco de Portugal manteve a sua lógica de comunicados, porque acreditava em tudo isto.

O que ninguém sabia — o Banco de Portugal não sabia e nós não sabíamos — foi o que se precipitou nos últimos 15 dias. E, como digo, quando o departamento de planeamento e contabilidade alerta que temos um prejuízo de umas centenas de milhões de euros com obrigações. Prejuízos com obrigações? Mas como é que isso é possível?

E quando se começa, é quando... Ou seja, começou-se a puxar um bocadinho o fio à meada naquilo que ia surgindo e é quando aparecem as cartas-conforto à Venezuela, aparece tudo o mais, e é isto que faz com que, no conjunto, surjam cerca de 1500 milhões de euros, que ninguém sabia, não estavam previstos, e que colocam o prejuízo em 3600 milhões.

Há uma questão que já me foi aqui colocada, mas que, mesmo assim, quero voltar a abordar, sobre se o provisionamento foi excessivo ou não foi excessivo, porque houve itens que foram provisionados a 100%.

Digo assim: não sei, na altura não tinha condições de saber, de todo. Hoje, posso ter uma opinião. Porquê? Porque se há provisões, como disse ontem aqui o Dr. Vítor Bento, que mais tarde vieram a ser anuladas, então hoje é fácil dizer que, há sete anos, o provisionamento pode ter sido excessivo. Mas temos de nos situar na altura, com o conhecimento que temos e com a informação que temos. Portanto, é o que posso dizer sobre a questão.

Provavelmente poderia ter havido outro desfecho. Se me perguntam se acho que a resolução foi o melhor caminho, respondo claramente que não e acho que isso ficou patente hoje, durante o tempo que estive aqui a conversar convosco: não acho que a resolução tenha sido melhor caminho. Mais: acredito que o banco era perfeitamente capaz de sair da situação difícil em que se encontrava.

Finalmente, gostaria de deixar aqui uma palavra de apreço a todas as pessoas que trabalhavam e que trabalham no banco e que tiveram, numa situação muito difícil, de dar a cara perante os clientes, ouvir impropérios de pessoas que estavam desesperadas, com razão do seu lado, mas do lado do banco as pessoas, enfim, não eram responsáveis por isso, e que deram sempre o seu melhor, nunca baixaram os braços e contribuíram, em tudo o que estava ao seu alcance, para que a franquia fosse defendida e que os custos que ocorreram, aqueles que foram, não tivessem sido menores.

Quero também deixar uma palavra de apreço aos meus colegas da comissão executiva, a todos, mas com particular apreço ao Dr. Vítor Bento e ao Dr. Moreira Rato, porque fomos os três que entrámos juntos, que saímos juntos e que sentimos aquilo.

Queria também dizer aqui que, apesar de tudo, considero que o Banco de Portugal e o fundo de resolução poderão ter tomado as melhores decisões em cada momento, quanto a mim não foram, mas acredito que possam ter tomado, e que há aqui um pecado capital no meio disto tudo: nunca ter havido a separação entre a figura do acionista e a do regulador e isto — é a minha convicção — inquinou sobremaneira a relação saudável de confiança que deveria existir entre a administração de uma entidade e o seu acionista e a capacidade também de o seu acionista contribuir para ajudar a resolver problemas.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José Honório, nós é que agradecemos muito toda a colaboração que nos deu e toda a informação minuciosa e detalhada que nos trouxe, nunca se tendo recusado responder a qualquer pergunta que foi formulada.

Muito obrigado a todos, está encerrada a reunião.

*Eram 20 horas e 35 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.